UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

REDE DE MULHERES INDÍGENAS DO ESTADO DO AMAZONAS – MAKIRA E'TA: ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS DE RE-EXISTÊNCIA

SUZY EVELYN DE SOUZA E SILVA

Manaus/AM
2024

SUZY EVELYN DE SOUZA E SILVA

REDE DE MULHERES INDÍGENAS DO ESTADO DO AMAZONAS – MAKIRA E'TA: ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS DE RE-EXISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profª. Drª. Marcia Regina Calderipe Farias Rufino
Coorientadora: Profª. Drª. Maria Helena Ortolan

Manaus-AM
2024

Ficha Catalográfica

Agradecimentos

Agradeço às mulheres, indígenas, as estrelas da rede de tantas conexões, que me motivaram e me inspiraram na escrita e reflexões sobre o propósito deste trabalho; às minhas interlocutoras que se disponibilizaram a compartilhar memórias, vivências e aspirações sobre uma coletividade fortalecida; ao movimento indígena; à coordenação da Makira E'ta que concordou e contribuiu com que este projeto saísse do campo das ideias; aos colegas do PPGAS que compartilham angústias, vitórias e informações necessárias à vivência acadêmica.

Agradeço à banca examinadora, da qual fazem parte a Profª. Dra. Angela Sacchi, referência no tema desta dissertação, que me apresentou ao conceito de gênero e que, generosamente, compartilhou seu trabalho ainda no prelo para que eu pudesse ter o suporte teórico necessário, e a Profª. Dra. Ana Carla Bruno pelas contribuições na banca de qualificação e pela estreita e intensa conexão com as mulheres indígenas; às minhas orientadoras, Profª. Dra. Maria Helena Ortolan, pela energia, paixão e pragmatismo com que analisa a questão indígena, e à Profª. Dra. Márcia Calderipe, pela serenidade, paciência e condução na orientação e ensinamentos sobre estudos de gênero.

Agradeço à FAPEAM pela bolsa de pesquisa concedida justamente no período da pandemia de Covid que possibilitou a manutenção básica necessária para o acompanhamento das disciplinas do curso e o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a todas, todos e todes que, de alguma forma, vibraram e acreditaram que, em algum momento, o trabalho seria concluído.

Agradeço às minhas ancestrais, aos meus familiares e, em especial, agradeço à Rosimere Arapaço, por representar a força e a riqueza das mulheres do (meu) rio Negro, pela luta incansável no movimento das mulheres indígenas do Amazonas, pelo espírito agregador, pelo respeito e reconhecimento daquelas que vieram antes.

A ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo.

Sonia Guajajara

RESUMO

Este trabalho apresenta a Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta, enquanto uma organização do movimento de mulheres indígenas projetada para articular as interconexões de mulheres das diversas etnias e regiões do Estado, convergindo organizações, coletivos e alinhando pautas comuns, específicas do contexto feminino indígena, mas também do movimento indígena geral. A pesquisa, desenvolvida fundamentalmente a partir da observação participante, constata que o desafio enfrentado pela Makira E'ta para dar conta da empreitada para qual fora criada está diretamente ligado à dimensão geográfica e às características amazônicas, que encarece a logística e dificulta a comunicação, mas que não impede a utilização de estratégias para vencer esses obstáculos. A conexão com outras organizações indígenas foi fundamental para direcionar a retomada do movimento indígena do Estado do Amazonas e, embora tenha poucos anos de existência, a competência de representar as mulheres indígenas de todas as regiões do Amazonas a credencia junto às agências financiadoras de projetos com enfoque na perspectiva de gênero. A escrita está distribuída de forma a apresentar a organização desde a sua criação, seus objetivos institucionais, abrangência de atuação política no contexto local, regional e nacional, bem como composições diversas na sua estrutura organizacional, além de refletir sobre a possível relação entre o feminismo e organizações de mulheres indígenas, concluindo que esta não se apresenta com uma pauta prioritária.

Palavras-chave: mulheres indígenas; organizações de mulheres indígenas; feminismo indígena; rede de articulações

ABSTRACT

This work presents the Amazonas State Indigenous Women's Network - Makira E'ta, as an organization of the indigenous women's movement designed to interconnection by women from different ethnicities and regions of the state, converging organizations, collectives and aligning common agendas, specific to the indigenous feminine context, but also to the general indigenous movement. The research, developed fundamentally from participant observation, finds that the challenge faced by Makira E'ta in carrying out the project for which it was created is directly linked to the geographic dimension and Amazonian characteristics, which makes logistics more expensive and complicates communication, but which does not prevent the use of strategies to overcome these obstacles. The connection with other indigenous organizations was fundamental in directing the resumption of the indigenous movement in the State of Amazonas and, although it has only been in existence for a few years, the ability to represent indigenous women from all regions of Amazonas gives it accreditation with funding agencies for projects with focus on the gender perspective. The writing is distributed in order to present the organization since its creation, its institutional objectives, scope of political action in the local, regional and national context, as well as diverse compositions in its organizational structure, in addition to reflecting on the possible relationship between feminism and indigenous women's organizations, concluding that this does not present a priority age.

Keywords: indigenous women; indigenous women's organizations; indigenous feminism; network of joints

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Logomarca Makira E'ta 25
Figura 2. Capa da Constituição Federal na língua Nheengatu 35
Figura 3. Mapeamento de organizações de mulheres indígenas 43
Figura 4. Rede de articulação da Makira E'ta 49
Figura 5. Card Retomada coletiva do movimento indígena do Amazonas 51
Figura 6. Foto da I Marcha de Mulheres Indígenas do Amazonas 52
Figura 7. Fotografia do I Encontro de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas 60
Figura 8. Fotografia Mariazinha Baré 64
Figura 9. Fotografia Rosimere Arapaço 64
Figura 10. Fotografia Raquel Munduruku 64
Figura 11. Card da I Assembleia Extraordinária 71
Figura 12. Card da II Assembleia Eletiva 75
Figura 13. Imagem do grupo de Whatsapp 87
Figura 14. Estrutura Rede COIAB 81
Figura 15. Local da I Assembleia eletiva 89
Figura 16. Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.....90
Figura 17. 1ª logomarca Makira E'ta 92
Figura 18. Card ANMIGA 99
Figura 19. Card Caravana das Originárias 100
Figura 20. Logomarca da UMIAB 103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Lista de organizações de mulheres indígenas do Amazonas 43
Quadro 2. Participantes do I Encontro de Mulheres Indígenas do Amazonas 60

LISTA DE SIGLAS

AAMI – Associação das Artesãs do Médio Içana
ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro
ACIMRN – Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
ACIR - Associação de Comunidades Indígenas Ribeirinhas
ADRA – Associação de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
AIKSAI - Associação Indígena Kokama de Santo Antonio do Içá
AISA - Associação Indígena do Sahu-Apé
AIY – Associação Indígena Yepamahsã
AKAVAJA - Associação dos Kanamari do Vale do Javari
AMAI - Associação das Mulheres de Assunção do Içana
AMARN - Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
AMATU - Associação de Mulheres Artesãs Ticuna do Bom Caminho
AMCIFÜ - Associação de Mulheres da Comunidade Indígena de Feijoal Ümatüma
AMIARN - Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
AMIATA - Associação de Mulheres Indígenas e artesãs de Tapauá
AMIBAL - Associação de Mulheres Indígenas do Balaio
AMIBI - Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana
AMIDI - Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté
AMIK - Associação das Mulheres Indígenas Kambeba
AMIM - Associação de Mulheres Indígenas Mura
AMIMSA - Associação das Mulheres Indígenas Médio Solimões e Afluentes
AMIPC - Associação de Mulheres Indígenas de Pari-Cachoeira
AMIPC - Associação de Mulheres Artesãs de Porto Cordeirinho
AMIRN - Grupo de Mulheres Indígenas do Rio Negro
AMIRT - Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracuá
AMISM - Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé
AMIT - Associação de Mulheres Indígenas Artesãs Ticuna
AMITRUT – Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá, Rio Waupés e Tiquié
AMITTG - Associação das Mulheres Indígenas Trabalhadoras da Terra Grande
AMMAC - Articulação das Mulheres Marubo do alto Rio Curuçá
ANMIGA – Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
APIAM – Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas
APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ARPINSudeste – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste
ARPINSUL – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
ASIBA – Associação Indígena de Barcelos
ASSAI - Associação dos Artesãos Indígenas de São Gabriel da Cachoeira
ATL – Acampamento Terra Livre
CAIARNX – Coordenadoria das Associações do Alto Rio Negro e Xié
CAIMBRN - Coordenadoria das Associações do Médio e Baixo Rio Negro
CASAI/MAO – Casa de Saúde Indígena de Manaus
GEEI/SEDUC - Gerência de Educação Escolar Indígena da Secretaria Estadual de Educação

CGTT – Conselho Geral da Tribo Tikuna
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CIR – Conselho Indígena de Roraima
CIVAJA – Conselho Indígena do Vale do Javari
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COICA – Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
COIPAM – Coordenação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas
COP – Conferência das Partes
COPEAKA - Coordenação de Proteção Etnoambiental e Desenvolvimento Sustentável Kanamari
COPIME – Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno
DEMIWAS - Departamento de Mulheres Indígenas Witoto do Alto Solimões
DMIAB – Departamento de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira
DMIRN - Departamento de Mulheres Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
EaD – Educação a distância
FAS – Fundação Amazônia Sustentável
FBDH – Fundo Brasil de Direitos Humanos
FEI – Fundação Estadual do Índio
FEPI – Fundação Estadual dos Povos Indígenas
FEPIPA – Federação dos Povos Indígenas do Pará
FIMI – Fórum Internacional das Mulheres Indígenas
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FOCIMP – Federação das Comunidades e Organizações Indígenas do Médio Purus
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FOREEIA - Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GMAM - Grupo de Mulheres Artesãs Marubo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA – Instituto Socioambiental
MAI - Mulheres Artesãs Vale do Javari
MAPANA - Associação de Mulheres Tikuna
MEIAM – Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas
MOWATCHA - Associação de Mulheres Indígenas Ticuna da Comunidade de Paranapara I
MPI - Ministério dos Povos Indígenas
NACIB - Núcleo de Arte e Cultura Indígena de Barcelos
NUMIMRT - Núcleo das Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquié
OGM - Organização Geral Mayuruna
OIBI - Organização Indígena da Bacia do Içana
OIKAM - Organização Indígena Kokama do Amazonas
OMINRU - Organização das Mulheres Indígenas do Rio Urubu
OMIR – Organização de Mulheres Indígenas de Roraima
OMS – Organização Mundial de Saúde
OPIAM – Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira
PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
SEPROR – Secretaria de Estado de Produção Rural
STF – Supremo Tribunal Federal
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UMAI - União das Mulheres Artesãs Indígenas do Médio Rio Negro
UMIAB – União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira
UMIRA - União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

UNISOL Brasil - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UPIMS – União dos Povos Indígenas Munduruku e Sateré-Mawé

USP - Universidade de São Paulo

WATYAMA - Organização das Mulheres do Povo Sateré-Mawé

SUMÁRIO

Introdução 13

O contexto da pesquisa 18

CAPÍTULO I – Uma representação para articular entre as organizações de base do movimento de mulheres no Amazonas 25

1.1.A rede que surge no amazonas 25

1.2. A rede de articulação 27

1.3. A comunicação como estratégia 33

1.4. Pautas prioritárias 38

1.5. A atuação da Makira E'ta 41

1.6. Os projetos institucionais 54

1.7. A articulação política e a personalidade jurídica 56

Capítulo II - As mulheres que dão vida à constelação 59

2.1. As estrelas da Makira E'ta 59

2.2. As mulheres idealizadoras da Makira E'ta 64

2.3. As associadas e as mulheres da coordenação executiva 68

2.4. As mulheres das organizações de base 72

2.5. As mulheres do grupo de Whatsapp 74

2.6. Feminismo: um tema que permeia o movimento 76

Capítulo III - A participação política da rede.....86

3.1. A rede que se estende para além do Amazonas 86

3.2. Quando as mulheres se encontram 89

3.3. A marcha das mulheres indígenas 92

3.4. A participação na UMIAB e na ANMIGA 97

Considerações finais 104

Referências bibliográficas 106

Anexos 110

INTRODUÇÃO

A pretensão inicial da pesquisa era discorrer sobre as mulheres indígenas do Estado do Amazonas, de forma ampla, para que abarcasse a multiplicidade de possibilidades que o tema apresenta, identificando-as nos espaços sociais para além de suas comunidades de origem, visibilizando-as enquanto cidadãs, profissionais, acadêmicas, influenciadoras e ativistas. Tal propósito conferia ao projeto um superdimensionamento. A proposta original permaneceu, contudo, em linhas mais delimitadas e com recorte mais definido, direcionada à Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas – Makira E'ta[1], organização que reúne possibilidades variadas para pensar sobre os movimentos de mulheres indígenas a partir de um ponto de vista antropológico.

É importante esclarecer que o desenvolvimento das reflexões neste trabalho partiu de minha vivência pessoal e profissional com os povos indígenas. Sou graduada em Direito, com especialização em Antropologia da Saúde e Gestão Pública. Atuei no campo jurídico na esfera pública e privada. No município de São Gabriel da Cachoeira como advogada popular, assessorando a Diocese, a prefeitura e a FOIRN; no Governo do Estado do Amazonas, em dois momentos, na Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI) e na Fundação Estadual do Índio (FEI); na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas, exerci em Brasília a função de assessoria técnica na Coordenação de Defesa dos Direitos Indígenas, na Coordenação de Mulheres Indígenas e na Coordenação Geral de Identificação e Delimitação; em Manaus, assumi a chefia da Divisão Técnica. Já desenvolvi consultorias para COIAB, UNICEF e atualmente, continuo assessorando organizações do movimento indígena, coordeno uma organização não governamental e presto consultoria como coordenadora executiva de um projeto da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) voltado para fomentar as atividades empreendedoras de mulheres indígenas.

Nos últimos quatro anos passei a ser uma pesquisadora, que há dez anos, pelo menos, passou a desenvolver questionamentos identitários sobre a compreensão de ser uma mulher amazônica. Destaco que o processo de elaborar a autodefinição é complexo, solitário e demasiadamente reflexivo, e que se mantém num estágio contínuo de construção. Reforço que

[1] Makira significa rede (de dormir) em Nheengatu, e E'ta significa estrelas, na língua Tikuna. No texto, ao mencionar a Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta, citarei, por vezes, somente Makira E'ta.

esse exercício de constatação da identidade é de uma complexidade desafiadora, que ainda se apresenta como uma dificuldade enfrentada quase diariamente. Embora nascida em Manaus, os primeiros meses da minha vivência de infância e adolescência foram no município de São Gabriel da Cachoeira, situado no Alto Rio Negro, região que é minha referência, forjou minha identidade e com a qual me mantenho conectada.

Da ascendência materna, sou filha, sobrinha e neta de José Paiva e Emilia Farias, gente negra e indígena, benzedeira, seringueiro, carpinteiro, da região de Murutinga, território indígena do povo[2] Mura. Há, nessa linhagem, a clássica história do europeu português que se casou com a "índia", meus bisavós, no caso. Numa repetição de trajetórias, meus avós maternos vieram para a capital amazonense em busca de melhores condições de estudos para os filhos e fixaram residência nas proximidades de onde hoje é o Quilombo do São Benedito, no Bairro Praça 14, em Manaus, o segundo quilombo urbano do Brasil. Meu avô continuou intercalando o ofício de seringueiro na empresa Hevea, com o de carpinteiro.

Da ascendência paterna, sou neta de Moisés e Ana Andrade, ele branco, nordestino, cearense, soldado da borracha, estivador e marreteiro, e ela, dona de casa, paraense de Óbidos, detentora de conhecimentos tradicionais sobre os benefícios das plantas medicinais para cada mazela do corpo. O comércio fixado pelo meu avô paterno em São Gabriel da Cachoeira e Barcelos no início dos anos 70, com produtos variados, no estilo bazar, é o motivo da relação com o Rio Negro. Meu avô fornecia os artesanatos produzidos pelos indígenas do Rio Negro para a loja do Tropical Hotel, no auge dos anos 80.

Esse histórico que me remete à ascendência negra e indígena motiva questionamentos identitários os quais entendo como comuns aos amazônidas e fomentam discussões de caráter histórico e antropológico. Destaco, ainda, que durante a pós-graduação participei, sem a intensidade que gostaria, do Colegiado Negro e do Colegiado Indígena do PPGAS/UFAM. Para o primeiro, fui convidada. Para o segundo, fui comunicada.

A pós-graduação na área da Antropologia Social se deu a partir da necessidade de conhecer teorias acadêmicas sobre a perspectiva de gênero motivada, na época, pelo recente exercício do ativismo feminista. As reflexões acadêmicas sobre literaturas que evidenciaram a invisibilidade de mulheres que contribuíram sobremaneira para a ciência antropológica é o fio condutor que liga

[2] Adotarei, na maior parte do texto, a palavra povo, ao invés de etnia, por ser o termo adotado pelo movimento indígena.

esta pesquisa à Rede de Mulheres do Estado do Amazonas - Makira E'ta. Considerei também que, para além do ambiente do movimento indígena ou de alguns locais específicos do meio acadêmico e de instituições públicas direcionadas ao trato com os povos indígenas, as referências bibliográficas ainda estão bem distantes de serem um volume satisfatório e, principalmente, de serem acessadas.

A apresentação contextualiza parte de minha percepção enquanto pesquisadora que tem relação direta com o tema da dissertação, por ser juridicamente uma associada, nos termos do estatuto social da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, além de manter laços de afetividade com parte das mulheres que a compõe. O olhar complementar diz respeito à experiência profissional desenvolvida quase que exclusivamente com a questão indígena enquanto operadora da área do Direito, que tem me possibilitado, ao longo dos anos, partilhar os saberes técnicos na forma de assessoria, também à Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas – Makira E'ta, quando demandada.

A rede, foco deste trabalho, é composta por mulheres de variadas etnias[3], organizações das diversas regiões do Estado que têm em comum discutir questões e fomentar iniciativas afetas ao universo de mulheres, como atividades produtivas geradoras de renda, aliada à defesa dos direitos indígenas e que, em determinado momento e suas trajetórias, decidiram compor uma frente mais ampla, para além das mobilizações locais, nas suas regiões de atuação. Tomando por exemplo outras iniciativas entre as mulheres indígenas na região norte, como a OMIR, em Roraima, se fazia necessária uma representação em nível de Estado no Amazonas para alinhamento de estratégias de articulação e união de forças, de forma a se verem representadas para além de suas comunidades, regiões ou segmentos, conforme explicarei no decorrer do texto.

A partir das reflexões de Sacchi (2006), especialista em antropologia de gênero, a pesquisa, num contexto geral, busca analisar o processo constitutivo da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta e como essa rede de mulheres, sob a perspectiva de gênero, se articula entre si e com os agentes externos, não indígenas. Ainda no campo das ponderações, considerei o possível diálogo entre a agenda própria da organização pesquisada e a agenda feminista.

[3] Dados do censo de 2022 constatou que o Amazonas é o estado com a maior população indígena do Brasil com 490.854 indivíduos (site Funai) e a publicação Povos Indígenas no Brasil 2017/2022, do Instituto Socioambiental (ISA), do total de 266 povos existentes no Brasil, 63 estão no Amazonas.

A percepção e internalização dos princípios feministas se constituem num processo em construção pelas indígenas e as discussões sobre os respectivos assuntos parecem caminhar de forma paralela ao movimento indígena, embora possa ser identificada alguma intersecção. Assim, é importante entender que, por vezes, o fato de as organizações de mulheres indígenas serem também compostas por mulheres declaradamente feministas não as faz organizações feministas.

Essa abordagem parte de uma perspectiva decolonial sobre como a temática do feminismo é recepcionada pelas mulheres indígenas, ou por suas organizações sociais. Neste caso, evidenciar a projeção das indígenas, que se articulam e empreendem em torno de temas que são coletivamente importantes de serem discutidos enquanto mulheres e a partir de realidades próprias dos povos originários[4], não as coloca voluntariamente no nicho feminista. Contudo, esse movimento de (e entre) mulheres indígenas dá margem para uma interpretação ao que se denomina feminismo indígena como forma de classificar, sob um viés colonialista. Na defesa de tal perspectiva, me apoio ao longo da escrita nos textos de Sacchi, Segato, Matos e outras autoras que contribuem para reflexões que problematizam sobre a ótica colonialista.

Fazer uma leitura do movimento de mulheres indígenas sob o contexto da interseccionalidade oferece a compreensão de que é uma realidade própria, distanciada da motivação do feminismo eurocêntrico. A interseccionalidade se apresenta, neste caso, como uma ferramenta metodológica para, ao considerar as especificidades do contexto de vivência, de luta e de pautas das mulheres indígenas, localizar qual o ponto comum que as coloca no cenário feminista. Neste sentido, Akotirene (2021, p.63) reflete: "pensamos que a interseccionalidade é apenas sobre múltiplas identidades, no entanto, a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais". O assunto será retomado mais adiante no item que discute sobre organizações de mulheres indígenas e o feminismo.

O desenvolvimento da pesquisa se apoiará igualmente nos argumentos teóricos de Ortolan Matos (2012) sobre a importância da participação das mulheres indígenas nas decisões políticas. É preciso reconhecer sua participação no campo de ações políticas interétnicas protagonizadas pelos homens, ainda que só recentemente esta participação tenha sido incorporada na agenda política da perspectiva de gênero. A inserção indireta das mulheres nas deliberações coletivas dos povos

[4] A expressão povos originários significa a existência no território antes do período da colonização. Passou a ser utilizada pelos indígenas como forma de marcação política, a exemplo de outros termos que antes eram usualmente falados e foram substituídos, como índios (antes) e indígenas, atualmente.

indígenas, nos espaços públicos interétnicos, pode ser compreendida pelo fato de que as lideranças masculinas, ao defenderem seus posicionamentos, estavam também orientadas pelas ponderações femininas discutidas no âmbito doméstico, segundo a autora.

No Amazonas, de forma similar aos outros estados, os grupos de mulheres indígenas foram e são compostos por mulheres que se dispuseram a contribuir para a melhoria da causa coletiva indígena e, mais ainda, levar para o centro das discussões as preocupações comuns internas de suas comunidades e aldeias, para que elas também fossem consideradas na construção das políticas. É fato que hoje a maioria das indígenas que transitam nas instâncias políticas e lideram as organizações possuem vivência urbana e formação acadêmica, que as habilitam a atuar ainda mais de forma estratégica em espaços políticos públicos interétnicos, robustecendo o empenho e a legitimidade na defesa de seus direitos enquanto mulheres indígenas.

As indígenas desempenham papéis para além da esfera doméstica, enfrentando a múltipla jornada de trabalho, universidade, conflitos familiares e outros conflitos de ordem pessoal resultantes do choque cultural ao transitarem para o contexto urbano. Conforme Sacchi (2022, p. 69):

> A dimensão de gênero nos processos de deslocamentos apresenta particularidades e a mobilidade feminina tem sido caracterizada como decorrente de fatores estruturais e outros específicos relacionados às mulheres como a fuga de situações de violência física e sexual existentes nas localidades de origem, restrições à liberdade, discriminações e maior vulnerabilidade em restrições de fronteiras. A mobilidade feminina também pode significar a busca por um ambiente diversificado com outras opções e oportunidades profissionais de saúde, educacionais e de casamento. A atuação nas organizações, por outro lado, exige o deslocamento aos centros urbanos ou a moradia nesses locais para participar de reuniões, debater políticas, apresentar e encaminhar as demandas.

As variáveis sobre a diversidade dos contextos interétnicos devem ser consideradas na atuação das mulheres. Isso quer dizer que deve ser levado em conta o histórico de envolvimento no movimento indígena e, no mesmo grau, o espaço de fala na dinâmica cultural e social em que elas vivem.

Esse contexto envolve mulheres que, embora possam ser consideradas empoderadas pela atuação e articulação no movimento indígena, não conseguem se posicionar em razão de uma vivência não favorável, opressora, muitas vezes verbalizada como machismo. Sobre o assunto, a socióloga Baniwa, Valéria Marques (2022), em matéria veiculada pelo portal eletrônico sosmulher.sp.gov.br, explica que “o machismo e a misoginia, comportamentos do não-indígena,

passaram a ter forte influência nas relações entre os indígenas, gerando violência, principalmente com o impacto da colonização e da religião cristã".

Retomando o Amazonas como a área de recorte da presente pesquisa, observei as vitórias alcançadas pelas indígenas e a expressão política e acadêmica consideráveis que muitas delas alcançaram, para além de suas ocupações nas aldeias e comunidades. Portanto, sob uma ótica mais localizada, é importante considerar a diversidade de graus de inserção das mulheres no contexto de movimento indígena e, desta forma, não se compara o discurso e vivências das mulheres do Rio Negro às do Rio Purus, ou Rio Juruá, por exemplo, pois estas estão numa outra fase da jornada organizativa. Para além de uma participação num contexto mais geral das mulheres indígenas no movimento social, a apreciação sobre a absorção da perspectiva de gênero deve levar em conta o contexto comunitário e étnico específico.

Ao tempo que é importante enaltecer trajetórias de sucesso acadêmico e profissional de mulheres indígenas, é também essencial valorizar o conhecimento ancestral das originárias que permanecem nos seus territórios perpetuando as práticas tradicionais através da oralidade, buscando a coexistência de saberes e, contribuindo no teçume da rede de articulação política do movimento de mulheres indígenas.

A importância desta pesquisa justifica-se, portanto, pela relevância de compreender como mulheres no movimento indígena, em especial as do Estado do Amazonas, se inserem, se articulam e desenvolvem estratégias específicas para fazer prevalecer os direitos dos povos indígenas na sociedade brasileira, reverberando a luta nas instâncias internacionais, inclusive, e nas diversas instâncias de embate do campo interétnico. Outros estudos já ressaltaram que as mulheres sempre estiveram atuantes em decisões coletivas dos povos indígenas, mesmo sem a visibilidade pública que os não indígenas consideram como o espaço privilegiado das decisões e ações políticas (SACCHI, 2003; ORTOLAN MATOS, 2012)

Há muito a ser etnografado sobre a atuação das mulheres indígenas na história de resistência dos povos indígenas no Brasil, desde os enfrentamentos coloniais até a história mais contemporânea. Esta pesquisa traz contribuições originais nesta direção.

O CONTEXTO DA PESQUISA

A pandemia da COVID-19 permeou parte do período de formação e pesquisa deste Mestrado iniciado em março de 2020. No início daquele ano, os noticiários alertavam mais fortemente para o alastramento do vírus, primeiro no exterior, depois em algumas capitais do Brasil e, em fevereiro, pós-carnaval, foi notificado o primeiro caso de morte pelo coronavírus no Amazonas. Após uma única aula presencial que inaugurou o período, as atividades presenciais foram suspensas e, então, veio um hiato de medos e incertezas, onde estratégias de comunicação foram aperfeiçoadas, a exemplo da já estabelecida educação à distância (EaD). A estratégia adotada pela UFAM para a continuidade do período letivo foi oferecer o ensino remoto, denominando-o de período especial, no segundo semestre de 2020, única solução segura e possível a ser adotada, em atendimento às orientações de distanciamento social preconizadas pelos organismos internacionais de saúde. A formação teórica, contudo, se deu inteiramente de forma remota, através das telas dos computadores.

No Brasil, considerando o posicionamento negacionista do então Presidente da República, Jair Bolsonaro, a população ficou à deriva de direcionamentos oficiais que corroborassem as práticas sanitárias para evitar o contágio pela Covid-19. A ciência desenvolveu a vacina e, em tempo recorde, foi disponibilizada para o mundo, chegando atrasada no Brasil, às custas de milhares de vidas perdidas, o estado do Amazonas foi duramente afetado.

O ciclo vacinal das duas doses, acrescida da dose de reforço, aliada às variantes da Covid-19, continuaram a ser parte do pano de fundo para o desenvolvimento do Mestrado com a manutenção das medidas de distanciamento social, implicando, sobremaneira, no desenvolvimento das pesquisas científicas. Esse contexto de ensino remoto foi especialmente desafiador para minha experiência pessoal de pesquisadora neófita, que intencionava me valer das trocas de conhecimentos e experiências no âmbito da convivência acadêmica e, não sendo possível, busquei redirecionar, para o campo profissional e ativista, as estratégias de pesquisa.

No período que coincidiu com a formação no Mestrado em Antropologia Social no PPGAS/UFAM, prestei serviços técnicos, na área de projetos, à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), além de assessorar juridicamente, dentre outras, a

própria Makira E'ta, objeto da minha pesquisa. O período de desenvolvimento desse trabalho coincide com o período da primeira gestão da associação e a assembleia eletiva da segunda gestão.

A relação de proximidade com a Makira E'ta, enquanto profissional da área do direito e ativista do movimento indígena, causou em mim um certo desconforto inicial por temer que o ofício de pesquisadora ficaria comprometido pelo papel desempenhado de assessora técnica. Tive o receio de imprimir mais fortemente, durante a escrita, perspectivas empíricas advindas da vivência sem o devido cuidado do olhar cientificamente fundamentado.

Outra tensão sentida por mim, desta vez de ordem ética, foi gerada na minha relação com a COIAB enquanto prestadora de serviços na qualidade de técnica de projetos, inclusive tratando do eixo de gênero daquela instituição. Minha preocupação maior, dentro das possibilidades reais, foi de não me valer diretamente de informações institucionais na escrita desta Dissertação sem o devido cuidado analítico de evitar exposições indevidas de dados que colocassem em risco os interesses da COIAB, embora estas informações não tivessem caráter confidencial e fossem de conhecimento geral. Assumi a posição de não sobrepor demandas analíticas aos limites éticos de ser uma pesquisadora que também é agente envolvida no campo de ações políticas de suas e seus interlocutores.

Esses meus questionamentos acerca de limites de apropriação de informações e do distanciamento necessário para formular reflexões sobre minha posição como pesquisadora e agente do campo etnográfico também fizeram parte da minha pesquisa junto à Makira E'ta, mesmo eu tendo cumprido as formalidades de solicitar autorização para sua realização. Fiquei mais convencida das minhas possibilidades pelo que Rosana Guber (2019, p.57) nos esclarece: "De todos modos la subjetividade forma parte de la conciencia del investigador y desempeña um papel activo em el conocimiento, particularmente cuando se trata de sus congeneres. Ello no quiere decir que la subjetividad sea una caja negra que no es possible someter a análisis".

Os incômodos foram sendo desfeitos, no decorrer do tempo, através das discussões teórico-metodológicas desenvolvidas nas aulas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e com o melhor entendimento sobre o desenvolvimento da pesquisa. A troca de conhecimentos e experiências, inicialmente limitada presencialmente em razão do distanciamento

imposto pela pandemia, foi suprida com a proximidade virtual da colega de Mestrado e também minha interlocutora como representante legal da Makira E'ta, Socorro Baniwa[5].

Com essa interlocução acadêmica e de pesquisa , questões de estruturação da Makira E'ta, de desenvolvimento acadêmico e os conflitos maiores foram tomando outros contornos, possíveis de serem dissipados. O mesmo se deu em relação à minha interlocução sobre questões de gênero com a vice-coordenadora da Makira E'ta, indígena do povo Arapaço, Rosimere Teles, minha colega de trabalho e assessora política na COIAB, à época, enquanto importante referência no assunto para minha pesquisa.

É possível, ainda, que as motivações das angústias apresentadas tenham se fundamentado no fato de ter cursado uma graduação diversa à Antropologia, o Direito, que tende a cristalizar costumes de uma sociedade ocidental através de normas, as impondo como regras gerais, em confronto à natureza da antropologia que privilegia as subjetividades do mundo na sua plenitude. Um dos relevantes exercícios ao cursar a pós-graduação em Antropologia Social foi compreender como os dados da pesquisa não estão simplesmente ofertados aos pesquisadores, mas sim devem ser construídos na relação de campo entre interlocutor-pesquisador e interlocutores-agentes pesquisados.

Ante ao panorama apresentado, este trabalho foi desenvolvido em Manaus, local de sede da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas – Makira E'ta e, metodologicamente, me utilizei de três recursos para fundamentar a escrita: a) a pesquisa bibliográfica em busca de arcabouço teórico relativo ao campo temático, onde busquei trabalhar com autoras que têm importante produção literária, inclusive mulheres indígenas; b) entrevistas com quatro mulheres indígenas da Makira E'ta, as três idealizadoras e a atual coordenadora da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas; c) trabalho de campo etnográfico junto às mulheres da Makira E'ta, com minha participação como pesquisadora que também é agente atuante no campo das relações pesquisadas, o que significa estar sempre atenta à reflexão antropológica sobre este meu lugar. Neste sentido, Mariza Peirano (2008, p.6):

> No fazer etnográfico, a teoria está, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas. Mais: a união de etnografia e teoria não se manifesta apenas no exercício monográfico. Ela está presente no dia a dia acadêmico, em sala de aula, nas trocas entre professor e aluno, nos debates com colegas e pares, e especialmente na transformação de eventos de que participamos ou que observamos em "fatos etnográficos", como diria

[5] Maria do Socorro Elias Gamenha, do povo Baniwa, graduada em Serviço Social, é colega de turma do Mestrado em Antropologia Social - PPGAS/UFAM e Coordenadora reeleita da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta, organização que é tema da sua dissertação.

Evans-Pritchard. Desta perspectiva, a etnografia é uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação.

No período da pandemia, buscou-se respeitar todos os protocolos recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) quando dos eventos presenciais como, por exemplo, a participação na Assembleia de criação e eleição da diretoria da Makira E'ta, realizada na Comunidade Três Unidos, no período de 20 a 26 de outubro de 2020; e uma outra assembleia extraordinária para retificação de endereço, realizada 18 de março de 2021, na residência de Rosimere Arapaço, ocasião em que participaram cerca de 20 mulheres.

Com exceção da Raquel Munduruku, que desenvolve suas atividades profissionais na saúde indígena, o contato com as outras três interlocutoras que contribuíram diretamente com esta pesquisa foi mais próximo, seja por atuarmos no mesmo ambiente sociopolítico dada a agenda do movimento indígena, seja por trabalharmos na mesma organização ou projetos, ou até mesmo por sermos colegas de curso.

As entrevistas se deram de forma direta e indireta. Diretamente com Rosimere Arapaço, uma das idealizadoras da Makira E'ta, que se apresentou como a principal interlocutora e, ao longo da pesquisa, estava disponível para falar sobre como nasceu a ideia de criação de uma representação estadual de mulheres indígenas, quais os desafios e expectativas. Além dos diversos diálogos, Rosimere concedeu entrevistas através de roteiros enviados, um por e-mail e outro por whatsapp. Raquel Munduruku, sempre solícita, também respondeu às questões encaminhadas por e-mail ou por mensagens de whatsapp. Outra interlocutora foi a colega do PPGAS, Socorro Baniwa, presidente da Makira E'ta, que entrevistei diretamente.

Com Mariazinha Baré não obtive retorno do roteiro encaminhado duas vezes e nem realizei uma entrevista direta, o que se justifica pela sua intensa agenda de compromissos que envolve muitas viagens, contudo, pude extrair seu relato sobre a criação da Makira E'ta quando da segunda assembleia extraordinária, em novembro de 2022. E ainda, entre novembro de 2020 e meados de 2023 compartilhei o convívio com Mariazinha, quando ela atuava na função de Gerente de Projetos da COIAB e eu, como técnica, e ainda no processo de constituição da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amazonas - APIAM, da qual ela é a representante legal, eleita em dezembro de 22, ocasião em que eu, juntamente com o também advogado, Paulo Pankararu,

fizemos a assessoria jurídica necessária para a regularização da organização. Durante o período de convívio mais próximo tivemos muitos momentos de diálogos sobre a Makira E'ta.

Pela agenda de atividades das interlocutoras e por acreditar que estariam mais à vontade para formular suas interpretações quanto à resposta, considerando eu ser agente parte do campo das relações da pesquisa, optei por enviar as perguntas para que pudessem responder com maior tranquilidade. Os roteiros foram compostos por vinte questões, que estavam distribuídas em perguntas iniciais sobre a interlocutora (nome, povo, idade, escolaridade, prole, atividade geradora de renda); sobre a criação da rede de mulheres (contexto, motivo, aspirações, pautas, participantes); percepção sobre a Makira passado anos da sua criação e, se a interlocutora considerava a organização como feminista e se ela própria se considerava feminista.

A análise documental realizada para a Dissertação se deu, basicamente, em torno do estatuto social que rege a organização da Makira E'ta, além da ata da assembleia, de onde foram extraídos dados como o objetivo, estruturação jurídica da rede de mulheres e as participantes da assembleia de criação. As redes sociais da Makira E'ta foram, igualmente, importantes fontes de pesquisa por registrarem eventos realizados, com registro de imagens, além de consultar sobre a nomenclatura correta das parcerias firmadas.

O longo período compreendido entre o ingresso na pós-graduação e o efetivo desenvolvimento da Dissertação, devido aos imponderáveis do fazer etnográfico, modulou o contexto de interlocução com as mulheres da Makira E'ta. O universo de pesquisa que foi inicialmente pensado para trabalhar entrevistando diretamente cerca de 10 interlocutoras distribuídas entre as idealizadoras da Makira E'ta, as associadas e representantes de organizações de base[6], necessitou ser reduzido, quando redefini outra abordagem na escrita. Foi assim que elegi como minha principal interlocutora Rosimere Arapaço, por ser uma referência exemplar para narrar o histórico, a vivência, as relações e as aspirações do movimento de mulheres indígenas de todas as regiões do Amazonas. Por meio de trabalho de campo etnográfico, no qual também sou agente atuante, construí dados a partir da compreensão de outras mulheres da Makira E'ta.

Destaco, ainda, o cuidado que procurei ter nesta Dissertação de apresentar uma análise da Makira E'ta que dialogasse com o trabalho de pesquisa antropológica de outras duas colegas de

[6] A utilização do termo "base" no movimento indígena é recorrente. Significa o fundamento que dá sustentação ao coletivo, à organização indígena ou, ainda, à condição de ser liderança.

pós-graduação que desenvolveram etnografias na mesma temática, sendo uma delas era a própria coordenadora da Makira E'ta[7].

Em minha Dissertação priorizei uma análise sobre a constituição da Makira E'ta através de uma perspectiva panorâmica sobre essa rede de articulação, como se constitui, qual a sua abrangência e atuação, decisão feita considerando meus diálogos com as demais pesquisadoras para que nossos estudos fossem complementares. As reuniões semanais de estudo realizadas no Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais (NEPTA-PPGAS/UFAM) foram importantes para a delimitação de nossos temas.

Antes de finalizar esta parte introdutória, ressalto que com esta Dissertação tive a pretensão de apresentar um trabalho final que seja mais que uma formalidade a ser cumprida para a conclusão da pós-graduação, e que possa colaborar teórico-metodologicamente com as reflexões das mulheres indígenas e, em especial, à Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta, sobre o campo de atuação no qual estão inseridas.

Organizei o texto da Dissertação em três Capítulos, além da Introdução e Considerações Finais. O primeiro Capítulo é o mais abrangente e tem a pretensão de descrever a Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas Makira E'ta, desde a sua concepção a partir de mulheres que fizeram parte da coordenação da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira e que, em 2017, na sede da COIAB, realizaram o primeiro encontro com o intuito de constituir um coletivo de caráter estadual. Também abordar a composição da Makira E'ta enquanto rede de articulação e, posteriormente, como uma organização juridicamente constituída, suas pautas e projetos, relações políticas internas e externas e sobre a importância da comunicação para a manutenção desse processo de conexão com as mulheres e suas organizações locais, considerando a abrangência geográfica do Amazonas.

O segundo Capítulo dedica-se a apresentar as mulheres que compõem a rede, as idealizadoras, as associadas e as dirigentes, as mulheres das organizações de base, o grupo de whatsapp e a discussão em torno da compreensão sobre o feminismo entre as mulheres indígenas, embora acenando que ainda é um tema em processo de amadurecimento.

O terceiro e último Capítulo aborda a relação da Makira E'ta num contexto de relações com outras organizações de mulheres, como a UMIAB e a ANMIGA, numa extensão de

[7] Socorro Baniwa com a Dissertação intitulada Mulheres indígenas do Amazonas na rede de atuação Makira E'ta; e Thamires Angelo com a Dissertação Mulheres em Marcha: uma etnografia da resistência e atuação política de mulheres indígenas no Brasil contemporâneo.

articulação da rede para além do estado do Amazonas, nas esferas regionais (Amazônia) e nacional. Também trata sobre como se dão os encontros e em quais ocasiões, como a assembleia geral e em eventos de importância geral do movimento de mulheres indígenas, como a Marcha de Mulheres Indígenas.

CAPÍTULO I - UMA REPRESENTAÇÃO PARA ARTICULAR ENTRE AS ORGANIZAÇÕES DE BASE DO MOVIMENTO DE MULHERES NO AMAZONAS

Figura 1 - Logomarca da Makira E'ta

Fonte: Facebook Makira E'ta

1.1. A REDE QUE SURGE NO AMAZONAS

A referência estadual para as mulheres indígenas do Amazonas nasceu num contexto amadurecido do movimento indígena no país. São mais de trinta anos de experiência no associativismo como modelo de organização ocidental, juridicamente formalizado, que os indígenas adotaram para se relacionar com o mundo dos não indígenas e para viabilizarem pautas de interesse estratégico dos povos originários.

Maria Helena Ortolan (1997) foi pioneira ao apresentar na sua dissertação de Mestrado, o protagonismo dos povos indígenas com o surgimento do movimento pan-indígena e criação da União das Nações Indígenas (UNI), como resultado de um processo desenvolvido com apoio de atores e organizações parceiras, entre os anos 70 e 80, de caráter supra-étnico e de resistência para enfrentar a política autoritária e estatal estabelecida pelo governo ditador da época. No seu texto Ortolan menciona ter participado, em maio de 1990, em Brasília, do I Seminário de Mulheres Indígenas.

Ainda sobre o contexto que precede a criação da Makira E'ta, no artigo "Raízes históricas das organizações indígenas no Brasil: estratégias políticas e culturais das novas lideranças nativas", publicado *in memoriam,* o historiador e professor de Antropologia John Manuel Monteiro (2022) apresentou a sua interpretação histórica sobre as novas formas de liderança e ação política, ao analisar o processo de empoderamento, a partir dos anos 80, num contexto que o autor chama de emergência do movimento indígena com a ampliação dos direitos indígenas garantidos constitucionalmente. Esse processo passa, necessariamente, pela intermediação de organizações indigenistas e indica, como o autor ressalta, que o movimento indígena caminha em busca da autonomia. Passados alguns anos desde esta reflexão, é possível afirmar que o movimento indígena alcançou sua autonomia na apresentação e defesa de suas pautas nesse contexto histórico de busca pelo protagonismo em que também as mulheres indígenas estão inseridas.

No mesmo texto, sobre essa inserção, que coloca as mulheres num outro patamar de interação, John Manuel Monteiro (2022, p. 08), observa que: "Do mesmo modo, a V Reunião do Conselho da FOIRN, enquanto debatia a política de terras indígenas do governo de Fernando Henrique Cardoso, também abriu espaço para registrar as denúncias da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) sobre a violência sexual praticada contra as mulheres por militares no noroeste da Amazônia (Boletim da COIAB, 23, 1994/95)".

A passagem mencionada, ocorrida no Rio Negro, em meados dos anos 90, já evidencia a participação das mulheres indígenas do Amazonas nos movimentos. E, em 2017, em Manaus, lideranças femininas há muito envolvidas nas agendas políticas do movimento indígena mais ampliado, liderados pela COIAB e UMIAB, que são organizações originadas nos anos 80, e com ativa participação nas discussões de repercussão na Amazônia e no Brasil, com toda essa experiência do que estava sendo discutido em outras regiões, avaliaram a pertinência de articular

com as mulheres do Amazonas pautas mais específicas para a realidade das mulheres e movimento de mulheres locais do estado. Dentre essas pautas, consideraram a importância de gerar renda a partir das atividades produtivas tradicionais e definirem um alinhamento político. Foi então realizada, nas dependências da COIAB, em 29 de julho de 2017, a primeira reunião estadual de mulheres indígenas do Amazonas para a criação de uma organização de alcance regionalizado. Ressalte-se que o título de "primeira reunião" diz respeito ao objetivo de inaugurar um formato de contorno inicialmente coletivo e, posteriormente, institucionalizado.

Rosimere Arapaço, atual vice-coordenadora da Makira E'ta, lista os participantes desse primeiro encontro, em Manaus:

> Maria Nazaré do Município de Lábrea, do Purus, acompanhante/Casai; Glades Kokama do Alto Solimões, presidente da Associações de Tuxauas de Tabatinga; Leia, representante da Unisol Brasil; Selma Apurinã, de Manacapuru, do movimento indígena de Mulheres em Manacapuru; Joana Dessana, da AMARN – Associação de Mulheres Indígenas Residentes em Manaus; Rosilda Cordeiro da Silva da etnia Tukano, da Organização de Mulheres –AMIRT; Cecilia Piratapuia da Associação ASSAI – Associação das Artesãs Indígenas; Maria Simão Ingarikó, de Roraima, acompanhante CASAI/MAO; Luiza Hexkariana, presidente da Associação; Rosinete Kokama, de Fonte Boa; Anpi, do município de Maraã, aldeia São Francisco; Wanderleia Kanamari, nome indigena Uanum, de Maraã; Fernanda Souza Mura, da Aldeia Terra Preta, Murutinga/ Autazes; Rosa Alves Monteiro, do município de Fonte Boa; Maria do Socorro da Silva. do Município de Itacoatiara; Rosa Barbosa Martins, vice-Tuxaua de Itaboca, do Município de Itacoatiara; Roseane Mura de Itacoatiara; Madalena Cardoso Lopes, Tuyuka, vice coordenadora da AMARN – Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro; Sandra Sateré da Associação de Mulheres Saterê –AMISM; Raimunda Sateré; Dimiciana da Aldeia Quatá, do Madeira, no Canumã, com apoio da Casai; Walcirene, do Município de Autazes; Elizabete Tikuna; Terezinha Barbosa, da nação Ninjabo; Daria Monteiro Nery, da etnia Piratapuia, Associação ACIMRN; Luana Sateré do Município de Maués; Raquel Macedo, do povo Munduruku; Rosimere Teles, do povo Arapaço; Francinara Martins, do povo Baré, Coordenadora da COIAB; Mariazinha, de Cucuí, do povo Baré; Milena Kokama, representando a FEI (Fundação Estadual do Índio); Fatima do CIMI; Alcilei Vale Neto, da (Gerência de educação escolar indígena); Joao Pedro, ex-presidente da Funai, ex-senador; Leda da Ufam e Procuradora do Ministério Público, do Tribunal de Justiça; Maria Assunta, Coordenadora secretária da UMIAB - União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira; João Neves - Secretário Geral da COIAB; Djuena Tikuna, cantora, jornalista, artista da dupla com Diego Jonata, percussionista e o assessor da rede, Jean Maia. (Rosimere Arapaço, 11/08/2022).

O encontro, que contou com uma participação expressiva e diversa, se tornou um marco no histórico de criação da organização de mulheres indígenas do Amazonas, definindo a transição do campo das ideias, das articulações de bastidores, fazendo-a nascer para a sociedade enquanto um coletivo que se propõe ser uma rede de mulheres indígenas com a finalidade de conectar coletivos e organizações da capital e do interior do estado para alinhar pautas comuns ao universo feminino

indígena para propositura de ações que levassem a melhoria da realidade de suas comunidades. Mais adiante, no texto, desenvolvo uma análise mais apurada sobre a lista de participantes.

1.2. A REDE DE ARTICULAÇÃO

A rede de estrelas (Makira E'ta) é extensa, composta por mulheres indígenas de povos e regiões diversas do Amazonas, de vivências e realidades distintas, representativas de suas respectivas regiões, distribuídas nas calhas de rios e nos centros urbanos da capital ou das sedes dos municípios. As mulheres da Makira E'ta são as indígenas das aldeias e comunidades, agricultoras, artesãs, lideranças de comunidades, parteiras, rezadeiras, benzedeiras, pajés, são também domésticas, diaristas, estudantes, militares, políticas, comerciárias, autônomas, servidoras públicas, universitárias, mestres e doutoras[8] com títulos acadêmicos, de vivência urbana. Em geral, estão vinculadas a organizações locais.

Para acompanhar a dinâmica de articulação da Makira E'ta, enquanto uma rede de atuação no Amazonas, é necessário compreender a extensão do alcance do que isso quer dizer. Rosimere Arapaço esclarece esse alcance é definido pelas regionais delimitadas pelos principais rios do estado do Amazonas, além da região de Manaus e entorno:

> A partir do final de 2019, já com algumas pessoas já vindo somar ao trabalho da rede, então nós começamos a questionar e sentir a necessidade, muito, assim, no outro olhar dos nossos parceiros. Então nós tínhamos muita ideia de avançar, como chegar nas bases das regionais, na base da Makira Eta, saindo daqui de Manaus para ir para o bairro, a gente já começa a fazer uma articulação com as organizações, com as comunidades onde as mulheres estão localizadas aqui na capital de Manaus. Mas para fazer essa articulação para a gente chegar nas suas comunidades ou nas suas organizações, a gente já pensa, como nós vamos chegar? Nesse dia de trabalho, como é que nós vamos alimentar a equipe? Então a partir daí não foi diferente. Quando a gente pensou nas regionais, nós pensamos nas regionais do rio Negro e seus afluentes, nós pensamos no Rio Solimões e seus afluentes, nós pensamos no Rio madeira seus afluentes, nós pensamos no Vale do javari, nós pensamos no Juruá e Purus, nós pensamos no Rio Madeira e seus afluentes, e do mesmo jeito nós pensamos no baixo Amazonas, que é uma regional muito, muito grande, Rio Amazonas e seus afluentes, aqui, Manaus e entorno. (Rosimere Arapaço, 2023)

A compreensão territorial é importante para pautar as táticas de articulação para atuação política do movimento indígena. Neste sentido, o conceito de região é adotado como uma

[8] Até a entrega deste trabalho identifiquei Rosi Whaikon Baré, Chris Apurinã, Nely Marubo e Alva Rosa Tukano, como mulheres indígenas do Amazonas, Doutoras com títulos acadêmicos.

categoria que permite acessar o público indígena pelas características regionais, no caso, por estarem agrupados numa mesma região, como os rios, onde é possível identificar os povos, as organizações, os municípios, as lideranças, serviços públicos disponíveis, infraestrutura, acessibilidade e outras características.

O elenco de mulheres, nas suas respectivas regiões, é a estrutura sobre a qual a Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas se fundamenta e, numa análise metafórica, tece os fios da rede de articulação e diálogo para fortalecimento do movimento indígena. Para fora, as conexões externas, quando passa a compor com outras organizações com a finalidade de atuar na defesa de direitos dos povos indígenas, em regra; e para dentro, as conexões internas, quando atua na execução de atividades destinadas ao seu público específico: mulheres, jovens e crianças.

Indispensável contextualizar que a Makira E'ta nasceu para ser uma representação de caráter estadual no Amazonas, a partir da compreensão de mulheres que já desde a década de 80 já atuavam no movimento indígena do estado, de forma isolada na capital ou no interior do estado. Sobre esse movimento organizativo de longa data, Angela Sacchi (2003, p.106) destaca que:

> É na Amazônia brasileira que estão situadas a maior parte das organizações femininas e apenas duas surgiram na década de 1980, caso da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá, Rio Waupés e Tiquié (AMITRUT), todas as demais foram fundadas a partir de 1990. Além dessas, outras organizações de mulheres passam a assumir um papel mais significativo no movimento indígena: a Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM), a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) e os Departamentos de Mulheres da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (DMIRN/FOIRN) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (DMIAB/COIAB).

No Amazonas, para as idealizadoras da Makira E'ta, o modelo de rede de articulação pareceu ser o mais estratégico para dar conta dessa multiplicidade de representações mais localizadas, respeitando o histórico e a autonomia de cada um desses coletivos.

É pertinente termos a compreensão sobre a representatividade dessa rede que, na sua denominação, menciona o estado do Amazonas como a sua área de jurisdição. E sobre o conceito de representar, no campo político, busco os ensinamentos de Hanna F. Pitkins, cientista política americana, que faz referência aos fundamentos do conceito:

> No Leviathan, Hobbes define a representação em termos dos aspectos formais da agência legal, especialmente em termos de autorização: um representante é alguém que recebe autoridade para agir por outro, que fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria. A representação pode ser "limitada", sendo autorizadas apenas

> algumas ações específicas sob restrições específicas, ou pode ser "ilimitada". O último tipo dá lugar à soberania. (PITKIN, 2006, p.28)

Adrian Guzza Lavalle, docente de Ciências Políticas na USP, por sua vez, ensina que *a presunção de representar alguém, é claro, não equivale à sua efetiva representação; no entanto o comprometimento com os interesses representados é um componente vital da representação, irredutível a dispositivos institucionais.* (GURZA LAVALLE, 2006, p.89).

Assim, com base no que implica o conceito de representar, entendemos que a representatividade proposta pela Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas foi oficialmente autorizada através do cumprimento das formalidades legais para a sua criação enquanto uma organização juridicamente constituída com o aval de uma assembleia geral composta por mulheres indígenas de localidades diversas do Amazonas, mas que independente dessa legalidade, já havia o compromisso pactuado para conectar, em forma de rede, as mulheres indígenas do Amazonas e as diversas representações locais de mulheres indígenas do estado.

O modelo de rede de articulação vem sido adotado no movimento indígena, e aqui citamos como exemplos, além da Makira E'ta, a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amazonas (APIAM), Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins (ARPIT), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul) e Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (ARPINSUDESTE).

A antropóloga Maria Helena Ortolan (2006), em sua tese de doutorado, recorre ao conceito de rede para compreender o caráter da política indígena no contexto interétnico das experiências do CIVAJA[9], organização objeto de sua pesquisa. Nesta pesquisa, necessariamente, é importante a compreensão sobre o termo "rede" uma vez que é como a Makira E'ta se denomina. Sobre essa questão, segue a compreensão de Maria Helena Ortolan (2006, p.19):

> (...)recorri à noção de rede como um instrumento de análise que permite tratar a relação entre os atores sociais como múltipla e não apenas uni-direcional. A noção de rede viabiliza estudar os diferentes níveis de articulação do movimento indígena, que são, às vezes, compatíveis, outras vezes não. Assim como há pontos de junção, na rede há também distorções e refrações múltiplas (GARNELO, 2003 e RUEDAS, 2001).

Ilse Scherer-Warren (2006) reflete sobre os movimentos sociais numa perspectiva atualizada, originada no novo milênio e destaca as articulações em rede como uma forma de

[9] CIVAJA - Conselho Indígena do Vale do Javari. Hoje a organização atende pelo nome de UNIVAJA - União dos Povos Indígenas do Vale do Javari.

empoderamento e o exercício prático de um ativismo com pautas transversais. Em sua análise conclui que:

> as redes de movimentos sociais possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; temporais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; sociais em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada (SCHERER-WARREN, 2006, p.127).

Projetando a compreensão do conceito de rede de movimentos sociais defendida por Ilse Scherer-Warren (2006) sobre uma perspectiva concreta acerca da concepção que contextualizou a criação da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, é possível identificar o *animus* de articulação como finalidade principal da Rede Makira E'ta, ou seja, essa nova instância se propõe a reunir, organizar e projetar as vozes localizadas das mulheres indígenas do Amazonas das diversas regiões do estado. Isso vai ao encontro da estratégia de análise de Maria Helena Ortolan (2006), ao se utilizar da noção de rede como instrumento de reflexão sobre possibilidades múltiplas.

É importante evidenciar a perspectiva do Antropólogo e Sociólogo Bruno Latour (2012), ao defender a sua teoria Ator-Rede (TAR), afirmando que "rede representa interligações de conexões – nós – onde os atores estão envolvidos. A rede pode seguir para qualquer lado ou direção e estabelecer conexões com atores que mostrem alguma similaridade ou relação". De forma análoga, o conceito de Latour se encaixa no sentido dado pela Makira E'ta ao se conceber como rede, as conexões são os pontos da trama (as mulheres e organizações das diversas regiões e diferentes etnias que a integram), e esse teçume de diversos pontos forma a rede (de conexões). A rede de conexões (assim como a rede de dormir) tem uma finalidade a ser cumprida.

Um mosaico de possibilidades é configurado ao considerar que a Rede Makira E'ta pretende dar conta da diversidade dos movimentos de mulheres existentes no Estado do Amazonas em diferentes contextos de criação, de autonomia, de finalidade, de organização, de representatividade. Pretende servir como canal catalisador para o alinhamento de pautas que contemplem a mencionada multiplicidade de contextos. Ao fim, assume-se como uma organização porta-voz das mulheres indígenas do estado e como um guarda-chuva representativo de dimensão estadual.

Isso, contudo, não quer dizer que o alcance seja de fato condizente com a pretensão. A representatividade absoluta encontra obstáculos por motivações variadas, seja porque muitas organizações localizadas são autônomas e possuem articulações políticas próprias suficientes, seja pelo interesse seletivo de se aliar somente quando entenderem pertinente (isso acontece no caso de pautas comuns ao movimento indígena, por exemplo, o julgamento do marco temporal[10]) ou, ainda, pelo desconhecimento sobre a existência da organização em razão das dificuldades na articulação para firmar conexões, o que pode ser explicado pela geografia amazônida, que dificulta os encontros presenciais, em razão da logística onerosa, ou pela ainda difícil comunicação apesar dos novos aparatos tecnológicos que começaram a ser disseminados na Amazônia, como as antenas de internet da Starlink[11].

A denominada Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, originada, inicialmente, como uma instância política, com o escopo de articulação e que, posteriormente, adotou personalidade jurídica, sob a forma de associação, cuja principal finalidade estatutária é a promoção e a defesa dos direitos e protagonismo das mulheres indígenas do Amazonas vem, ao longo de seus quase 7 anos de existência, se fortalecendo institucionalmente para dar conta de seu papel articulador.

A transição de uma instância política para uma estrutura jurídica faz parte de um processo de amadurecimento para garantir a representatividade no estado, de acordo com Rosimere Arapaço. A formalização permitiu também viabilizar acesso a recursos para a execução de projetos, segundo sua fala:

> Um desafio muito grande que não dependia muito da nossa capacidade de querer fazer. Então, quando a gente conseguiu sentir na pele, quando a gente foi atrás de nossos possíveis parceiros para apoio para as nossas atividades, para chegar na ponta, para falar, para articular, para trocar, trocar informações para fazer intercâmbio, pra sentir mesmo essa aproximação junto com as mulheres que estão nessas regionais, nós sentimos uma dificuldade muito grande quando os parceiros começaram falar para nós: Vocês querem

[10] Marco temporal é uma tese jurídica extremamente prejudicial aos povos indígenas, em princípio, e tem se tornado uma bandeira de luta pela defesa dos direitos indígenas por desconsiderar a presença dos indígenas nos seus territórios antes da data da promulgação da CF, em 05/10/1988. Essa tese foi derrubada pelo STF, em setembro de 2023. Contudo, na esfera legislativa, em dezembro de 2023, foi aprovada a Lei 14.701/23, considerada pelo movimento indígena como a Lei do Genocídio, por legalizar a tese do marco temporal e outros crimes, como o garimpo em terras indígenas. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) ingressou como uma ação no STF para que a lei seja considerada inconstitucional.Um estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) demonstra que a lei coloca em risco o equilíbrio climático na Amazônia, afetando todo o território nacional e colocando em risco a meta do desmatamento zero e da emissão de carbono. (Fonte: site do IPAM, 2023.

[11] O projeto Conexão Povos da Floresta, uma iniciativa da COIAB, CONAQ e CNS quer levar internet rápida a 5.000 comunidades da Amazônia Legal até 2025.

> apoio, mas vocês têm organização formalizada com CNPJ. Então, quando a gente começou a sentir. Por isso que demorou esses 3 anos. A Makira não foi pensado "Olha, nós vamos fazer um é, nós vamos organizar, nós vamos ter agora uma referência, uma rede e logo vamos começar a captar recurso". Não, não foi pensado dessa forma. A gente pensou num fortalecimento, mas com a capacidade política mesmo, de fazer com que as mulheres vejam, sentir, sim, também a importância de ter esse espaço político, representativo politicamente dos anseios delas, mas a gente teve essa oportunidade, esse tempo de 3 anos (Rosimere Arapaço, 23/07/2023).

Essa capacidade política mencionada por Rosimere Arapaço reflete o compromisso de se comunicar, conectar e representar as mulheres indígenas do Amazonas, e dimensiona a abrangência, a perspectiva e o desafio de continuar a se fortalecer junto às mulheres e suas organizações de base para que a Makira E'ta se mantenha enquanto uma referência estadual considerando a peculiar característica superlativa do Amazonas no contexto geográfico, territorial, étnico e político como o cotidiano das organizações que atuam no Estado.

O desafio da Rede Makira E'ta é, assim, é se estabelecer enquanto rede de articulação no Estado considerando contextos múltiplos da realidade do Amazonas que, ao tempo que dificulta uma comunicação entre as mulheres para o nivelamento de ideias e propostas alinhadas, também permite pensar e implementar estratégias adaptadas às realidades locais, cuja eficácia vão sendo experimentadas.

1.3. A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA REDE

Os desafios para o fortalecimento e êxito dos objetivos postos no tópico anterior demandam uma comunicação estratégica, de natureza política, e para tanto, a utilização de recursos tecnológicos para o exercício dessa articulação política, execução de atividades pontuais para mobilização social e cumprimento de agendas programadas com as organizações bases da Makira E'ta, localizadas no interior do estado do Amazonas, são indispensáveis.

Neste sentido, investir na comunicação indígena de forma qualificada, com equipamentos e formações nas atuais linguagens de mídias sociais tem sido uma estratégia eficaz e recorrente. O movimento indígena vem delegando à juventude indígena essa responsabilidade de comunicar por meio dessas ferramentas contemporâneas.

A adesão do movimento indígena aos meios de comunicação disponibilizados pelo acesso à internet corrobora com as reflexões de Manuel Castells, na obra Sociedade em Rede (2005), sobre as implicações de passar a integrar essa sociedade globalizada:

> Além disso, a comunicação em rede transcende fronteiras, a sociedade em rede é global, é baseada em redes globais. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica. Porém, como as redes são selectivas de acordo com os seus programas específicos, e porque conseguem, simultaneamente, comunicar e não comunicar, a sociedade em rede difunde- -se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. De facto, neste início de século, ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afectada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social. (2005,p 19)

As redes de movimentos sociais são constituídas a partir de amplas demandas e instituições e, por seu intermédio, a comunicação cotidiana é aparentemente garantida, através dos meios virtuais, para um público muito diversificado e, por meio de suas redes sociais, a Makira E'ta busca informar às mulheres indígenas que são a sua base sobre as atividades e posicionamentos políticos. As publicações retratam eventos, projetos, campanhas, datas comemorativas, notas de repúdio e de pesar, todas de interesse do movimento indígena e, em especial, das mulheres indígenas. As redes sociais da Makira E'ta me serviram como uma importante fonte de pesquisa para confirmar datas, nomes de instituições e, ainda, acessar gravações.

Esse canal virtual de comunicação difunde para o seu público a linha de atuação da Makira E'ta sobre, que replica o direcionamento político do movimento indígena de forma mais geral e destaca sobre as discussões que estão conduzindo, como empoderamento feminino, educação antirracista, proteção de crianças jovens e adolescentes, saúde mental e diversidade de gênero.

Sobre a importância do uso da internet pelos movimentos sociais, a socióloga Maria da Glória Gohn (2002, p. 32) faz a seguinte reflexão:

> (...) o grande meio/veículo articulador de ações coletivas e movimentos sociais, ela possibilitou a criação de redes virtuais que viabilizam conexões de grupos que nunca se encontraram fisicamente de fato. A internet e outros meios das novas tecnologias informacionais possibilitam, não apenas a conexão e estruturação das ações, mas eles têm sido os grandes agentes divulgadores das informações, alimentadores das ações e reações em cadeia, em tempos recordes.

Outras formas de comunicar são igualmente fundamentais para os povos indígenas e impactam no fortalecimento de assuntos de interesse coletivo. Essas percepções são identificadas ao analisarmos o material gráfico e audiovisual produzido pela comunicação das organizações indígenas como a COIAB, a FOIRN e a própria Makira E'ta divulgado nas respectivas redes sociais[12]. O lançamento da Constituição Federal na língua Nheengatu pelo Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça, em julho de 2023, na Maloca da FOIRN, em São Gabriel da Cachoeira, embora não alcance a diversidade de línguas e povos indígenas existentes no país, tem grande relevância simbólica por ser uma iniciativa de instâncias superiores do poder judiciário, demonstrando a importância de democratizar os direitos constitucionais entre os povos originários.

Neste sentido, a então presidente do STF, Ministra Rosa Weber, em seu discurso reconheceu que "Traduzir a Constituição para um idioma indígena é um símbolo do nosso compromisso de garantir que todos os povos indígenas tenham acesso à justiça e conhecimento das leis que regem nosso país, fortalecendo sua participação na vida política, social, econômica e jurídica".

Figura 2 - Capa da Constituição Federal na língua Nheengatú

Fonte: Página do MPI na internet[13]

[12] Para acessar as redes sociais @coiabamazonia, @foirn e @makiraeta
[13] Fonte: Disponível em https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/mpi-participa-do-lancamento-da-primeira-constituicao-federal-em-lingua-indigena. Acesso em 20 jan.2024.

A tradução para uma língua indígena de um documento que é a lei maior do país, a qual rege o Estado Brasileiro, seus cidadãos e que contém o mandamento que garante aos povos indígenas o direito originários sobre seus territórios tradicionalmente ocupados, além de outros direitos que levam em consideração a diversidade indígena, significa, antes de tudo, que há uma preocupação desse Estado em promover a acessibilidade ao conteúdo desse documento de forma mais inteligível e, como reflexo, que receptor das informações lá contidas se constitua enquanto sujeito empoderado de seus direitos e deveres para o exercício pleno da cidadania.

Por outro lado, ao se preocupar em garantir o acesso à *justiça e ao conhecimento das leis,* como mencionou a Ministra Rosa Weber, é fundamental também garantir aos povos indígenas o pleno exercício de seus próprios sistemas jurídicos, conforme seus costumes e tradições, direito, inclusive, garantido na própria Constituição Federal.

Seguindo na análise das diversas formas de possibilidades de comunicação e suas ferramentas pelo movimento indígena e, em especial, pela Makira E'ta, retorno à estratégia do movimento indígena em investir na capacidade dos jovens indígenas em coordenar a comunicação social de suas organizações. A qualificação da juventude indígena nas técnicas de comunicação foi impulsionada através de um projeto emergencial Povos Indígenas da Amazônia Contra a Covid - PIACC, firmado entre a COIAB e o UNICEF para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, que se realizou entre o final de 2020 e início de 2021, que teve como um dos eixos do projeto o fortalecimento da rede de jovens comunicadores indígenas da Amazônia, para levarem às aldeias e comunidades indígenas informações sobre o combate ao vírus.

O projeto previa apoiar com um kit conectividade composto por um aparelho celular, com capa, além da recarga de créditos, uma bolsa auxílio, e o kit visibilidade com camisa, boné, caderno, caneta e uma sacochila. A metodologia utilizada foi importante para envolver 31 jovens representantes de todos os estados da Amazônia brasileira, de diferentes povos e conhecimentos diversos, que participaram, à distância, de oficinas de formação política, conteúdo para redes sociais, noções de origens de doenças e sistema de cuidados de saúde indígena, psicologia das florestas, mulheres indígenas da Amazônia brasileira, línguas indígenas, além de rodas de conversas. A atuação da comunicação realizada pelos jovens através do projeto teve impactos concretos na mobilização de enfrentamento à COVID com a produção de materiais gráficos (cartazes, folders), podcasts e campanhas para adesão às recomendações sanitárias e de vacinação, em diversas línguas indígenas dos povos da Amazônia.

Essa experiência revelou jovens talentos indígenas nas diversas áreas da comunicação, desde apresentadores, designers, editores de áudio e imagem, que passaram a atuar profissionalmente e continuam formando novos jovens comunicadores de outras redes de comunicação indígena, a exemplo da rede de jovens comunicadores da Makira E'ta, que recebeu também o apoio do UNICEF para a criação desse grupo, igualmente com técnicas de comunicação, bolsas e os kits conectividade e visibilidade. Tive a oportunidade de acompanhar as duas experiências, a primeira na função de coordenadora executiva pela COIAB e, a segunda, como especialista indígena contratada pelo UNICEF para apoio técnico à Makira E'ta. A Rede de Jovens Comunicadores da COIAB continua atuando com mais de 80 participantes, se qualificando tecnicamente, e tem protagonizado a cobertura de eventos indígenas como o Acampamento Terra Livre, Marcha das Mulheres Indígenas e outras mobilizações de interesse dos povos indígenas.

Nessa análise sobre a comunicação mais ampliada do movimento indígena liderada pelos jovens que dominam as novas tecnologias identificamos também consideram a diversidade linguística do seu público, e se valem, por vezes, das traduções para que a informação efetivamente repasse a mensagem de forma inteligível, prática que é comumente adotada nos encontros presenciais.

Entretanto, apesar de estar evidenciada a apropriação dos canais digitais para comunicar para, e entre, indígenas é necessário refletir sobre como essa comunicação está sendo utilizada estrategicamente para a articulação política da rede Makira E'ta, onde é indispensável trocas dialógicas para o fortalecimento e cumprimento dos objetivos enquanto uma organização representativa das indígenas do Amazonas, e o jovem comunicador ou, no caso, a jovem comunicadora está construindo a maturidade política necessária.

Esse alinhamento político se concretiza nos encontros presenciais, ou ainda, nos contatos telefônicos ou videochamadas para as que podem acessar. Sobre essa questão Ilse Scherer-Warren se manifesta:

> [as] reuniões, seminários, assembléias, etc.) continuam sendo muito valorizados, pois neles é onde ocorre o debate mais profundo, a experiência da prática na política, os vínculos mais duradouros no interior da rede. A forma virtual e a presencial de comunicação se complementam, na medida em que a primeira é mais ágil, mais ampla e, às vezes, com menos custos individuais; a segunda é mais intensa, ainda que de mais difícil realização (SCHERER-WARREN, 2008, p.514).

A comunicação, na realidade amazônica, implica em precários sinais de internet ou de conexão telefônica nas aldeias, comunidades, e mesmo nas sedes dos municípios, ou na própria inexistência de qualquer conectividade. Os contatos via chamada telefônica ou de aplicativos de mensagens dependem ainda das antenas de celulares via satélite, ou cabos de fibra ótica, a mesma tecnologia adotada para o ensino à distância da UEA, à despeito da implementação do projeto Conexão Povos da Floresta, mencionado no final do tópico anterior.

Entretanto, a questão não se configura como entrave para a continuidade das atividades programadas, que são, na maioria das vezes, ajustáveis e as articulações e decisões políticas definidas no tempo possível e, nestes casos, recorrem às tradicionais formas de comunicação através de documentos escritos, como as cartas, que quando chegam a um local de acesso às redes sociais são de pronto veiculadas para a divulgação que se requer.

Um marcante exemplo de como o movimento indígena se beneficia do alcance das redes sociais são as campanhas realizadas que comunicam massivamente uma mensagem para determinada finalidade em prol dos povos indígenas, mesmo quando os beneficiários vivem em situação de isolamento voluntário, conhecidos por índios isolados, quando a COIAB adotou uma estratégia de comunicação para defender o direito a não se fazerem qualquer contato com outros povos se não quiserem.

Sobre a amplitude e eficácia da internet para as estratégias dos movimentos sociais, inclusive o indígena, Maria da Glória Gohn (2002, p. 32) a descreve como:

> (...) o grande meio/veículo articulador de ações coletivas e movimentos sociais, ela possibilitou a criação de redes virtuais que viabilizam conexões de grupos que nunca se encontraram fisicamente de fato. A internet e outros meios das novas tecnologias informacionais possibilitam, não apenas a conexão e estruturação das ações, mas eles têm sido os grandes agentes divulgadores das informações, alimentadores das ações e reações em cadeia, em tempos recordes.

A comunicação é ferramenta imprescindível para viabilizar conexões, estabelecer e fortalecer laços políticos, demarcar posicionamentos, além de somente informar fatos. A Makira E'ta enquanto uma rede que tem a responsabilidade de agregar, evocar e defender as pautas comuns às mulheres indígenas do Amazonas depende do estabelecimento de uma comunicação para além de informar e visibilizar eventos nas mídias sociais, o alinhamento político deve ser praticado constantemente para concretizar fluxos de pactuação em torno de objetivos comuns.

1.4. PAUTAS PRIORITÁRIAS

Temas como enfrentamento aos diversos tipos de violência contra as mulheres, acesso a oportunidades de geração de renda por meio da valorização dos potenciais tradicionais indígenas continuam a ser as demandas das mulheres indígenas. O enfrentamento a todos os tipos de violência é pauta constante entre as mulheres do Amazonas, que se mobilizam em suas organizações para pressionar a efetivação de políticas de segurança e proteção, como é o caso do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro da FOIRN, que contribuiu para elaboração do Relatório "Tecendo a vida sob braços fortes - Caracterização da violência contra mulheres na cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM" (2023), organizado e coordenado pela Professora Doutora Flávia Melo, do PPGAS/UFAM.

O antropólogo Ricardo Verdum (2008, p. 09), no artigo "Mulheres indígenas direitos e políticas públicas", menciona essas especificidades:

> Ao mesmo tempo em que passam a participar das discussões e das campanhas reivindicatórias mais gerais dos indígenas com o Estado brasileiro (como o direito territorial; o direito à saúde; o direito à educação escolar adequada; o direito a um ambiente saudável; o direito ao controle e à autodeterminação sobre os recursos naturais e à biodiversidade localizada nos seus territórios; o direito à proteção e ao apoio dos órgãos de Estado de defesa dos direitos humanos), as mulheres indígenas trazem novas pautas e preocupações. Enriquecem o debate interno do movimento, trazendo para o coletivo as avaliações e demandas dos espaços específicos que atuam como mulheres. A violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde indígena, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, entre outros temas, são inseridos pelas mulheres indígenas no seio do movimento indígena e nos espaços de debate e decisão de políticas públicas.

Estatutariamente, o documento oficial que norteia as finalidades para qual a Makira E'ta existe menciona, dentre outras, "Propor e articular junto às instâncias competentes políticas públicas que assegurem às mulheres indígenas a prática do bem viver e de melhoria de qualidade de vida" objetivos estes intrínsecos à atuação e dever do Estado para a garantia de direitos fundamentais previstos constitucionalmente.

Dentre as outras finalidades descritas, essa define essencialmente a razão de ser e de existir dos movimentos sociais de uma forma geral e também do movimento indígena, inclusive o de mulheres indígenas, como a Makira E'ta, com a constante busca pela qualidade de vida e pela

prática do bem viver, em respeito ao modo de vida tradicional dos povos originários. Sob essa perspectiva de conciliar a cultura tradicional de seus povos e uma melhor qualidade de vida ao coletivo indígena, as mulheres evocam o bem viver através da busca pela implementação de políticas públicas que garantam direitos sociais e territoriais para os indígenas. Além das pautas de ordem do movimento indígena: autodeterminação, direitos territoriais, as mulheres têm demandas específicas.

O conceito de bem viver tem sido muito difundido ao longo dos últimos anos. Países como a Bolívia e Equador mencionam expressamente nos seus respectivos textos constitucionais o *buen vivir,* termo originalmente cunhado a partir da expressão *sumak kawsai*, da língua quíchua, dos povos andinos. A expressão reflete a relação dos originários com a terra, com o planeta, para além da materialidade. Se trata de um ponto de vista oposto à perspectiva colonizadora por definir a natureza e as relações cosmológicas e espirituais como a verdadeira motivação da existência harmônica, em respeito ao que os povos indígenas denominam a mãe terra. Sobre o assunto, a coletânea de artigos "La naturaleza como sujeto de Derechos en El Constitucionalismo Democrático" descreve:

> El Buen Vivir constituye en la práctica un principio y un proyecto político latinoamericano, es la alternativa a la modernidad capitalista, es un concepto tomado de las culturas aymara y quechua, caracterizado por ser una visión inclusiva del mundo que impulsa a vivir en equilibrio y armonía con lo existente, pues no se puede vivir bien si los demás viven mal; o, lo que es lo mismo, el Buen Vivir es algo enorme y complejo, que no se reduce a la visión reducida de los planes nacionales ni a las ejecuciones de proyectos gubernamentales, creación de ministerios especializados o articulado constitucional. Es un proceso que implica luchas sociales y un cambio de paradigma (GIRALDO, 2014, p. 15-17).

No Brasil, cada povo tem o seu próprio conceito de bem viver e tem sido uma expressão de ordem mais fortemente usada pelo movimento indígena como forma de resistência aos preceitos capitalistas impostos pelas nações colonizadoras ao longo das centenas de anos de contato. Sob essa perspectiva de conciliar a cultura tradicional de seus povos e uma melhor qualidade de vida do que é possível proporcionar ao coletivo indígena, as mulheres evocam o bem viver através de políticas públicas que garantam direitos sociais e territoriais para os indígenas.

A Makira E'ta organiza o cumprimento de sua finalidade institucional com base nos seguintes eixos temáticos: Fortalecimento institucional, Economia sustentável, Comunicação, Políticas públicas, Fortalecimento cultural, Assuntos geracionais, Meio ambiente e mudanças

climáticas, e Soberania alimentar, que foram definidos em janeiro de 2022, com a finalidade de construir o planejamento estratégico para o biênio 2022/2024.

Juntamente com Mariazinha Baré, então Gerente de Projetos da COIAB à época, participei na qualidade de assessora técnica na elaboração do documento. O processo de construção do documento foi realizado à distância justificada pela notícia de uma nova variante da Covid-19, em janeiro de 2022. O planejamento estratégico foi programado para ser realizado em dois momentos, o primeiro, em 16 de janeiro de 2022, com a participação da Coordenação Executiva, Conselho Fiscal e apoio técnico, para a discussão e definição do planejamento estratégico e plano de ação 2022; e o segundo momento, em 26 de janeiro, acrescido da participação das associadas da Makira E'ta, para a realização da oficina de planejamento e aprovação. As dificuldades de acesso à internet e a extensão do horário em razão das discussões motivaram uma participação mais reduzida.

Os eixos, como temas principais, foram sistematizados de forma a orientar a atuação da Diretoria Executiva de forma a cumprir com as missão da instituição. Eixos como Fortalecimento institucional e Comunicação embora não constem textualmente dentre as finalidades da instituição, configuram como atividades inerentes para viabilizar seus objetivos.

1.5. A ATUAÇÃO DA MAKIRA E'TA

Parte-se do contexto de que o Amazonas é o estado brasileiro que tem a maior diversidade étnica, maior número de terras indígenas, maior número de registros de povos isolados, também tem um número considerável de organizações indígenas juridicamente formalizadas ou não, representativas dessa diversidade de povos e de categorias específicas. O ativismo de resistência[14] é também reflexo do panorama geopolítico e multiplicidade de povos que habitam o Amazonas.

As associações de mulheres indígenas foram criadas para fortalecer reivindicações e ações do movimento ampliado, cuja concentração se encontrava na mão das lideranças masculinas (ORTOLAN MATOS, 2012, p.148), além de viabilizar o repasse de recursos oriundos de agências financiadoras nacionais e internacionais com a finalidade de executar projetos comunitários de

[14] Utilizo o termo no sentido de reforçar a expressão de ordem "resistir para existir" utilizada pelos movimentos sociais, inclusive o movimento indígena como forma de ocupar espaços e territórios, apesar das adversidades. No Brasil, a Lei 11.696/2008 instituiu o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.

fortalecimento institucional e geradores de renda a partir de atividades tradicionais economicamente sustentáveis. A criação da Makira E'ta – Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas faz parte deste processo histórico, conforme será melhor detalhado mais adiante.

A vastidão de associações representativas do movimento indígena distribuídas nos 62 municípios do Estado do Amazonas compõe-se de organizações locais, microrregionais (comunidade, aldeia, município) que se conectam a uma outra organização de abrangência regional. No Rio Negro, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN); no Vale do Javari, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA); no Solimões, o Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT); no Purus, a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) são alguns exemplos dessas organizações representativas regionais. Muito recentemente, em dezembro de 2022, a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amazonas (APIAM) foi criada para ser a representação estadual dessas organizações que, por sua, vez, compõe a estrutura basilar da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Acompanhando a mesma orientação, no contexto geral, o movimento de mulheres indígenas do Amazonas também forma essa gama de organizações e coletivos, seja de forma autônoma, através de organizações próprias de mulheres ou através de departamentos voltados para as mulheres dentro das organizações mistas, ou seja, que não tem no gênero a agenda política específica. Essa dinâmica de organização ocorre por regiões, nas calhas de rios, com as variáveis do processo organizativo próprias de cada área. A Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas Makira E'ta tem a função de ser a representação estadual e fazer o diálogo macrorregional com a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB).

No Amazonas, a Associação de Mulheres Indígenas do Médio Solimões (AMIMSA), organização base da Makira E'ta, é um exemplo de como se delineia a forma organizativa. A sede da AMIMSA é em Tefé, e sua base é composta por mulheres lideranças de aldeias locais do médio rio Solimões e afluentes representando, além de Tefé, os municípios de Alvarães, Uarini, Maraã, Japurá, Fonte Boa, Jutaí, Carauari, Itamarati, Juruá e Coari. Da mesma forma, na região do alto rio Negro, o Departamento de Mulheres da FOIRN congrega as organizações representativas das

calhas de rios Negro, Waupés, Tiquié, Xiè, Marié, baixo e médio Rio Negro, inclusive a organização de mulheres Yanomami[15].

Em 2020, o Instituto Socioambiental (ISA) publicou o Mapa das Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil, identificando 92 organizações de mulheres indígenas em todo o território nacional. Mais recentemente, em 2024, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), por meio do projeto "Parentas que Fazem", onde um dos objetivos é prospectar sobre as principais atividades econômicas das mulheres indígenas para captar recursos destinados ao fomento da produção sustentável e geração de renda, publicou na sua página institucional um mapeamento de organizações/coletivos de mulheres indígenas[16]. No projeto desempenho, a função de coordenadora executiva onde fui responsável pelo levantamento realizado. Somente no Amazonas, foram mapeadas 78 organizações, coletivos ou grupos de mulheres indígenas.

Figura 3 - Mapeamento de organizações de mulheres indígenas

Fonte: Site da FAS/Parentas que Fazem

Para esta dissertação organizei na tabela seguinte a distribuição das organizações de mulheres indígenas, no Amazonas, por calhas de rios, sendo 35 na calha do rio Negro, 17 na calha do rio Solimões, 06 no rio Javari, 03 no rio Purus, 02 no rio Madeira, 02 Amazonas, além de 11

[15] Ver: FERREIRA, Maryelle. "Mulheres Kumirãyõma": Uma etnografia da criação da associação da associação de mulheres Yanomami. UFAM, 2017.
[16] Sobre o mapeamento disponível em: https://fas-amazonia.org/wp-content/uploads/2022/12/Fact-Sheet-Mapeamento-Parentas_-WEB.pdf

organizações sediadas na capital, como a Makira E'ta. É importante destacar o Departamento de Mulheres Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (DMIRN/FOIRN) de abrangência regional, agregando todos os coletivos/organizações da calha do rio Negro, com 33 organizações de mulheres indígenas, ou seja, quase 50 por cento da totalidade mapeada. Durante a programação da III Marcha das Mulheres, o DMIRN/FOIRN lançou o documentário "Rionegrinas", em comemoração aos 20 anos de existência.

Quadro 1 - Lista das organizações de mulheres indígenas no Amazonas

	ASSOCIAÇÃO OU COLETIVO	**SIGLA**	**LOCALIZAÇÃO DA SEDE (calha de rio)**	**MUNICÍPIO SEDE**
1	Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas	MAKIRA E'TA	Capital	Manaus
2	Numiã Kura - Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro	AMARN	Capital	Manaus
3	Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé	AMISM	Capital	Manaus
4	Tawa Hywi – Aldeia Gavião	-	Capital	Manaus
5	Coletivo Moda Raiz	-	Capital	Manaus
6	Associação de Mulheres Indígenas Putira Kaá	-	Capital	Manaus
7	Departamento de Mulheres Indígenas Witoto do Alto Solimões - AWAS	DEMIWAS	Capital	Manaus
8	Grupo Kunhã Kirimbawa	-	Capital	Manaus
9	Grupo Mopy haryporia¨in	-	Capital	Manaus
10	Associação Indígena Mahsã - departamento mulheres e jovens indígenas	AIY	Capital	Manaus
11	Associação Waikiru	-	Capital	Manaus
13	Organização das Mulheres do Povo Sateré-Mawé	WATYAMA	Amazonas	Barreirinha
14	Organização das Mulheres Indígenas do Rio Urubu	OMINRU	Amazonas	Itacoatiara

15	Articulação das Mulheres Marubo do alto Rio Curuçá	AMMAC	Javari	Atalaia do Norte
16	Mulheres Artesãs Vale do Javari	MAI	Javari	Atalaia do Norte
17	Organização Geral Mayuruna	OGM	Javari	Atalaia do Norte
18	Grupo de Mulheres Artesãs Marubo	GMAM	Javari	Atalaia do Norte
19	Associação dos Kanamari do Vale do Javari	AKAVAJA	Javari	Atalaia do Norte
20	Coordenação de Proteção Etnoambiental e Desenvolvimento Sustentável Kanamari	COPEAKA	Javari	Atalaia do Norte
21	Associação de Mulheres Indígenas Mura	AMIM	Madeira	Autazes
22	Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira	OPIAM	Madeira	Humaitá
23	Departamento de Mulheres Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	DMIRN/FOIRN	Negro	São Gabriel da Cachoeira
24	Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté	AMIDI	Negro	São Gabriel da Cachoeira
25	Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracuá	AMIRT	Negro	São Gabriel da Cachoeira
26	Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana	AMIBI	Negro	São Gabriel da Cachoeira
27	Associação das Artesãs do Médio Içana	AAMI	Negro	São Gabriel da Cachoeira
28	União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari	UMIRA	Negro	São Gabriel da Cachoeira
29	Associação de Mulheres Indígenas do Balaio	AMIBAL	Negro	São Gabriel da Cachoeira
30	Associação de Mulheres Indígenas de Pari-Cachoeira	AMIPC	Negro	São Gabriel da Cachoeira
31	Núcleo das Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquiê	NUMIMRT	Negro	São Gabriel da Cachoeira
32	Associação dos Artesãos Indígenas	ASSAI	Negro	São Gabriel da Cachoeira
33	Departamento de Mulheres Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	DMIRN/FOIRN	Negro	São Gabriel da Cachoeira

34	Associação das Mulheres Yanomamis Kumirayôma	AMIK	Negro	São Gabriel da Cachoeira
35	Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro	AMIARN	Negro	São Gabriel da Cachoeira
36	Associação de Comunidades Indígenas Ribeirinhas	ACIR	Negro	Santa Isabel do Rio Negro
37	Departamento de Mulheres de Barcelos	ASIBA	Negro	Barcelos
38	Departamento de Mulheres do Médio Rio Negro	ACIMRN	Negro	Santa Isabel do Rio Negro
39	Associação de Mulheres da Comunidade de Itaperera	ACIBRN	Negro	São Gabriel da Cachoeira
40	Associação das Mulheres Indígenas Tuyukas	-	Negro	São Gabriel da Cachoeira
41	Associação de Mulheres da Comunidade Bacabal	-	Negro	Barcelos
42	Núcleo de Arte e Cultura Indígena de Barcelos	NACIB	Negro	Barcelos
43	Grupo de Mulheres dos DÃW (comunidade Waruwa)	-	Negro	São Gabriel da Cachoeira
44	Grupo de Mulheres Hupdas (Distrito de Taracuá/Rio Ira)	-	Negro	São Gabriel da Cachoeira
45	Grupo de Mulheres Hupdas (Iauaretê/ Bairro: Vila Fátima)	-	Negro	Santa Isabel do Rio Negro
46	Grupo de Mulheres Hupdhe (Distrito de Pari-Cachoeira/Nova Fundação)	-	Negro	São Gabriel da Cachoeira
47	Grupo de mulheres Dâw	-	Negro	São Gabriel da Cachoeira
48	Associação das Artesãs do Médio Içana	-	Negro	São Gabriel da Cachoeira
49	Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana	AMIBI	Negro	São Gabriel da Cachoeira
50	Associação das Mulheres de Assunção do Içana	AMAI	Negro	São Gabriel da Cachoeira
51	Associação de Mulheres Indígenas Baniwa	-	Negro	São Gabriel da Cachoeira
52	União das Mulheres Artesãs Indígenas do Médio Rio Negro	UMAI	Negro	Santa Isabel do Rio Negro
53	Amaronai - Associação de Mulheres Indígenas	AMARONAI	Negro	São Gabriel da Cachoeira
54	Mulheres Indígenas Tarianas Avicultoras	-	Negro	São Gabriel da Cachoeira

55	Grupo de Mulheres Indígenas do Rio Negro	AMIRN	Negro	Santa Isabel do Rio Negro
56	KBIM	KBIM	Negro	São Gabriel da Cachoeira
57	Organização Indígena da Bacia do Içana	OIBI	Negro	São Gabriel da Cachoeira
58	Associação de Mulheres Indígenas e artesãs de Tapauá	AMIATA	Purus	Tapauá
59	Departamento de Mulheres Indígenas do Médio Purus	FOCIMP	Purus	Lábrea
60	Associação das Mulheres Indígenas Trabalhadoras da Terra Grande	AMITTG	Purus	Beruri
61	Associação de Mulheres Indígenas Artesãs Ticuna	AMIT	Solimões	Benjamin Constant
62	Associação de Mulheres Artesãs Ticuna do Bom Caminho	AMATÜ	Solimões	Benjamin Constant
63	Associação de Mulheres Artesãs de Porto Cordeirinho	AMIPC	Solimões	Benjamin Constant
64	Associação das Mulheres Indígenas Médio Solimões e Afluentes	AMIMSA	Solimões	Tefé
65	MAPANA - Associação de Mulheres Tikuna	MAPANA	Solimões	Tabatinga
66	Associação das Mulheres Indígenas Kambeba	AMIK	Solimões	Tefé
67	Associação de Mulheres da Comunidade Indígena de Feijoal Ümatüma	AMCIFÜ	Solimões	Benjamin constant
68	Associação de Mulheres Indígenas Ticuna da Comunidade de Paranapara I	MOWATCHA	Solimões	São Paulo de Olivença
69	Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões	-	Solimões	Benjamin constant
70	Projeto Agrovida Naãne Arü Mã'ü - Terra e Vida	-	Solimões	Santo Antônio do Içá
71	Organização Indígena Kokama do Amazonas	OIKAM	Solimões	Santo antônio do Iça
72	Grupo de Mulheres Indígenas Tikuna que Produzem Aldeias Sustentável	-	Solimões	Benjamin Constant
73	Associação Indígena Kokama de Santo Antonio do Içá	AIKSAI	Solimões	Santo Antonio do Içá

74	Associação Indígena do Sahu-Apé	AISA	Solimões	Iranduba
75	Grupo de Mulheres Indígenas Tikuna que Produzem Aldeia Sustentável	-	Solimões	Benjamin Constant
76	Coletivo de Mulheres Indígenas Mura do Careiro da Várzea	-	Solimões	Careiro da Várzea
77	Art's Kambeba	GAKAMB	Solimões	Tefé
78	Hariporya Esaika Hap	-	-	sem informação

FONTE: Souza e Silva, 2024.

As organizações da lista se distribuem pelas calhas dos principais rios do Estado do Amazonas, numa interpretação de como nos compreendemos a partir dessas regiões/calhas, rios Negro, Solimões, Japurá, Madeira, Juruá e Purus, suas principais cidades, atividades agrícolas, atividades culturais, povos, sendo que os fluxos regionais interior/capital se mobilizam em torno dessa concepção.

A referência aos rios é traduzida de forma mais concreta ao mencionarmos a forma de governança da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN na qual boa parte das coordenadorias são denominadas pelo região do rio onde estão situadas (Coordenadoria das Associações do Alto Rio Negro e Xié - CAIARNX, Coordenadoria das Associações Indígenas do Baixo Uaupés, Rio Tiquié e Afluentes - Diawí e Coordenadoria das Associações do Médio e Baixo Rio Negro - CAIMBRN).

Da mesma forma, o Governo do Estado do Amazonas, em 2004, lançou o Programa Amazonas Indígena onde as áreas de atuação foram definidas pela então Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI), coordenada naquela época por Bonifácio José Baniwa, ficando distribuídas em 11 regiões: 1. Região do Alto Solimões; 2. Região do Javari; 3. Região do Triângulo Jutaí/ Juruá/ Solimões; Região do Purus; 5. Região do Juruá; 6. Região do Alto Madeira; 7. Região do Baixo e Médio Madeira; 8. Região do Alto Rio Negro; 9. Região do Médio Rio Negro; 10.Região do Rio Negro/ Solimões e 11. Região do Baixo Amazonas.

Essa definição ao dividir o Estado do Amazonas por regiões tendo os principais rios como marcadores é refletida na fala da Rosimere Arapaço quando pensaram na estratégia de atuação política da Makira E’ta, que aqui entendo pertinente replicar:

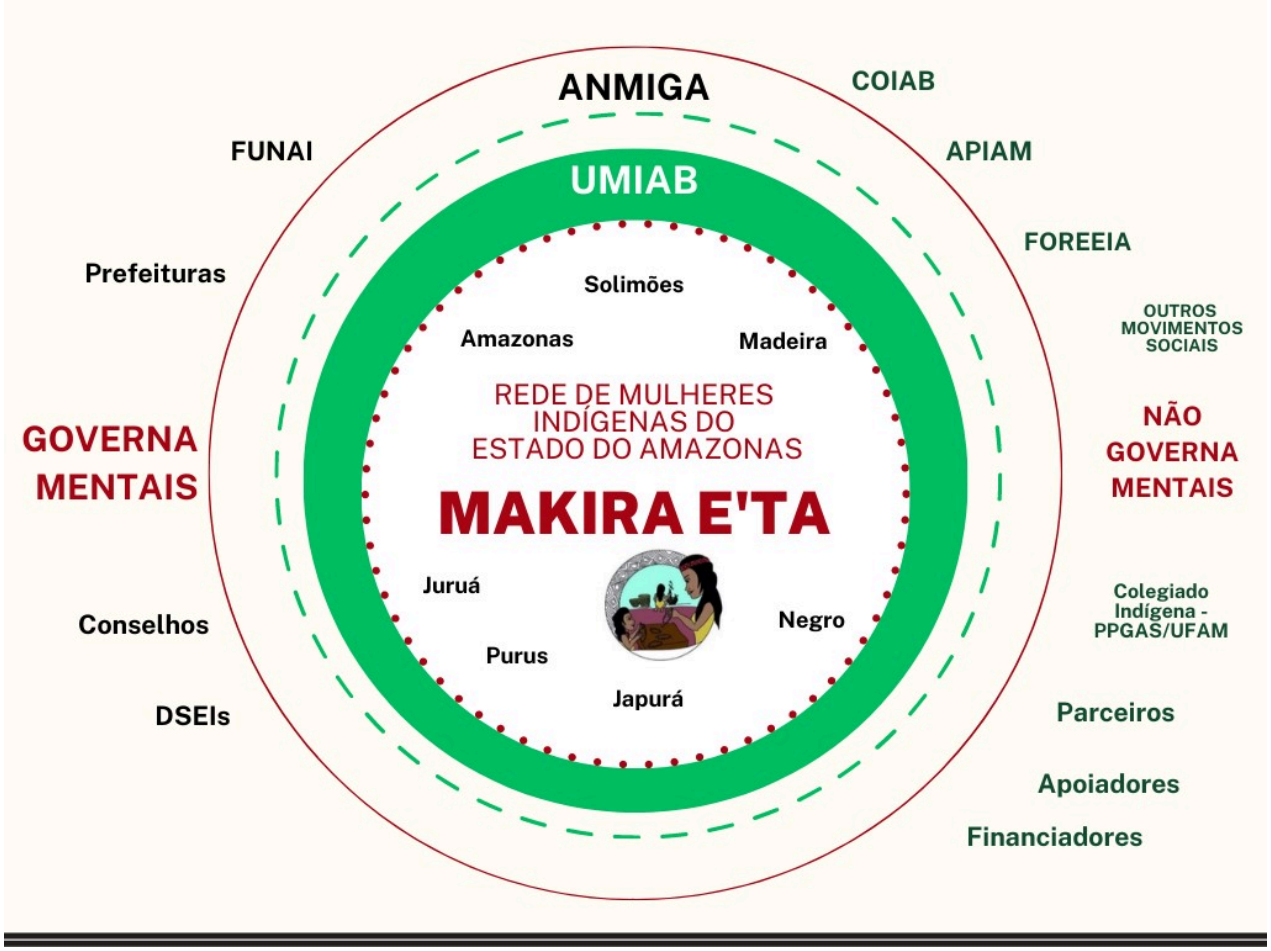
> Quando a gente pensou nas regionais, nós pensamos nas regionais do rio Negro e seus afluentes, nós pensamos no Rio Solimões e seus afluentes, nós pensamos no Rio madeira seus afluentes, nós pensamos no Vale do javari, nós pensamos no Juruá e Purus, nós pensamos no Rio Madeira e seus afluentes, e do mesmo jeito nós pensamos no baixo Amazonas, que é uma regional muito, muito grande, Rio Amazonas e seus afluentes, aqui, Manaus e entorno. (Rosimere Arapaço, 2023)

A lista de organizações de mulheres é um indicativo da jurisdição da Makira E'ta e, além desse considerável número de organizações e coletivos de mulheres indígenas em contextos e regiões diversas do estado, há uma intensa agenda de construção política no movimento indígena do Amazonas, onde as mulheres estão inseridas, e definem ou consolidam conexões, exercendo, a partir de suas realidades e oportunidades, suas intervenções políticas, e neste sentido Angela Sacchi se manifesta:

> O que denomino de participação política das mulheres indígenas que compreende as múltiplas relações estabelecidas entre as mulheres indígenas e as diferentes instituições e que se realizam em diversos âmbitos: movimento indígena, associativismos locais e inter-comunitários, organizações que articulam regionalmente mulheres, articulações nacionais e internacionais. (Sacchi, 2022, p. 17)

Para dar conta do campo de atuação da rede de articulação da Makira E'ta, elaborei a seguinte imagem:

Figura 4 - Rede de articulações da Makira E'ta



Fonte: Souza e Silva, 2024.

Como exemplo dessa articulação em rede da Makira E'ta, faço referência a uma empreitada de grande impacto. No início do ano de 2022, um grupo de indígenas se mobilizou para compor a Retomada Coletiva do Movimento Indígena do Amazonas, com o objetivo de rediscutir a necessidade de uma organização estadual, com nova assembleia geral para criação, aprovação do estatuto e eleição de diretoria para o mês de dezembro. .A mobilização se justificava num longo e infrutífero processo de mais de 20 anos para emplacar uma organização estadual indígena do Amazonas, pois, A COIPAM que, naquele momento, figurava como a organização representativa do Amazonas, não desenvolvia nenhuma atuação política, nem mesmo havia providenciado os trâmites para a regularização jurídica, o que motivou a convocação de todos os indígenas do Amazonas, e de suas lideranças para a discussão e definição de um posicionamento sobre os rumos dessa representatividade estadual.

Importante destacar que a iniciativa ora mencionada foi das organizações regionais e de categorias do Amazonas, lideradas majoritariamente por mulheres indígenas cujo protagonismo pode ser explicado pela dedicação com que vêm tratando suas organizações, demonstrando que elas poderiam contribuir para a revitalização do movimento indígena do Amazonas.

A mobilização denominada "Retomada Coletiva do Movimento Indígena do Amazonas", ocorrida entre os meses de março e abril de 2022, foi dividida em 3 momentos: o primeiro com a I Marcha das Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, o segundo com a Reunião de Retomada Coletiva do Movimento Indígena e, o terceiro momento, no Acampamento Terra Livre, em Brasília. Era uma estratégia ideada para que o movimento indígena do Amazonas apresentasse o seu posicionamento ante aos inúmeros ataques sofridos pelos povos originários no governo Jair Messias Bolsonaro, além de revisitar as suas demandas para serem apresentadas no Acampamento Terra Livre daquele ano e, assim, juntarem forças no evento em Brasília.

Nesse raciocínio, a carta convite endereçada aos indígenas de todo o Amazonas foi uma convocatória sob o título "Protagonismo e autonomia pelo Bem Viver dos povos indígenas", com o objetivo de "Unificar e fortalecer o movimento indígena do Amazonas em defesa dos direitos coletivos".

O documento foi assinado por 09 (nove) organizações indígenas do Amazonas: COPIME, FOREEIA, MAKIRA-ETA, MEIAM, AMISM, AKIM, COIPAM, AMARN, COIAB, a maioria já estabelecida e com histórico atuante na pauta indígena. A junção dos nomes que compunham a comissão organizadora do evento foi decisiva para adesão das "bases" e apoio de organizações não indígenas parceiras, e o próprio sucesso do evento. A Makira E'ta participou intensamente das articulações e logística preparatória dos eventos. Registra-se que a vice-coordenadora da Makira E'ta, Rosimere Arapaço, participou também da comissão como representante da COIAB, por ser referência naquela instituição para os assuntos de gênero, infância e juventude indígena na Amazônia.

Figura 5- Card da Retomada Coletiva do Movimento Indígena

Fonte: @makiraeta

O primeiro evento, da Marcha das Mulheres, realizado em Manaus, foi organizado em tempo recorde, contou com uma participação relativamente vultosa, de aproximadamente 300 pessoas, entre homens e mulheres, além das crianças. A presença maciça foi de indígenas moradores da capital, além de delegações de municípios da região metropolitana de Manaus, como Itacoatiara e Manacapuru. As discussões foram realizadas no Centro de Convenções Vasco Vasques com uma programação voltada para as comemorações do Dia Internacional das Mulheres e se encerrou com a marcha das mulheres indígenas feita no trajeto entre o mencionado Centro de Convenções e a bola do Eldorado, local escolhido por ser próximo da Delegacia de Mulheres, onde se juntou ao movimento de mulheres negras. O modelo de manifestação com a realização de uma marcha foi inspirado nos atos realizados pelos movimentos sociais, feministas, inclusive pelas mulheres indígenas, que têm ocorrido, desde 2019, a cada dois anos, em Brasília.

Figura 6: I Marcha das Mulheres Indígenas do Amazonas

Fonte: Instagram @makiraeta.

O segundo momento da retomada coletiva do movimento indígena do Amazonas mobilizou delegações de várias partes do interior do Estado e, durante dois dias, numa chácara localizada na área urbana de Manaus, reuniram-se cerca de 600 indígenas para discutir, refletir e deliberar sobre quais rumos seguiria o movimento do Estado. Isso implicou em discutir os rumos da então COIPAM que, embora tivesse passado a compor a comissão organizadora da mobilização, não demonstrou atuação satisfatória. Como encaminhamento, dentre os outros a serem apresentados no ATL, foi deliberada a criação de uma nova comissão para discutir os passos seguintes da COIPAM ou de outra entidade representativa do Estado do Amazonas. As atividades dessa nova comissão só foram iniciadas no período após a realização do ATL.

Embora essa mobilização articulada para revigorar o movimento indígena do Estado do Amazonas não se tratasse de uma pauta voltada para a questão de gênero, é importante destacar que a comissão organizadora estava composta quase que na sua totalidade por mulheres indígenas, representativas de organizações indígenas de mulheres ou de organizações indígenas lideradas por mulheres. A exceção foi a então representação da COIPAM, um homem indígena do povo Baré. Essa presença de mulheres se materializou na mesa de abertura do evento. Os discursos emitidos pelas mulheres, inclusive pela própria liderança da Makira E'ta, foram no sentido de abarcar a coletividade, a família, os homens, as mulheres, os jovens e as crianças indígenas. Portanto, as

mulheres indígenas no Amazonas sempre estiveram posicionadas como agentes políticas, mesmo que não explicitado o gênero da liderança como relevância política de sua atuação.

Desta forma, o documento final desse momento da retomada elencou, por tópicos, assuntos de interesse da coletividade indígena como Direitos de Participação, Reconhecimento e Orçamento Próprio, Demarcação de Terras e Gestão Territorial, Fiscalização Territorial e Repressão ao Garimpo e Invasão de Terras Indígenas, Educação e Saúde e Protagonismo das Mulheres Indígenas[17].

Essas passagens de atuação marcante da Makira E'ta, desde a sua concepção enquanto uma rede articuladora dos coletivos e organizações de mulheres do Estado do Amazonas, indica uma luta não somente dos assuntos afetos à perspectiva de gênero e sim de uma militância voltada para a coletividade indígena, para o bem viver dos povos indígenas do Amazonas. A perspectiva de gênero é um dos temas, tão importante quanto as demais pautas essenciais para uma qualidade de vida minimamente satisfatória aos povos originários. Ser uma organização de mulheres não limita o lugar na luta indígena, ao contrário, a fortalece.

Ao analisar esse envolvimento direto da Makira E'ta de articulação política empenhada em organizar os rumos políticos do movimento indígena estadual do Amazonas é possível perceber o alcance mais amplo dessa entidade que atua, essencialmente, na defesa dos direitos dos povos indígenas como um todo que, naquele momento, se direcionava para ocupar naturalmente a lacuna deixada pela ausência de uma representação estadual.

Essa quase representação não se concretizou porque, até que fosse definido novamente os encaminhamentos sobre a entidade representativa do movimento indígena do Amazonas, se COIPAM ou outra configuração, foi instituída uma comissão representativa do Movimento de Retomada Coletiva do Movimento Indígena do Estado do Amazonas, composta também pela Makira E'ta, além do FOREEIA, FOIRN, COIAB e outras.

Por fim, vencidos todos os obstáculos e depois de uma articulação intensa de organizações regionais e representativas de segmentos do movimentos indígena do Amazonas, como o FOREEIA e o MEIAM, em dezembro de 2022, foi criada a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amazonas – APIAM, tendo Mariazinha Baré, como a sua primeira coordenadora. A Makira E'ta figura, estatutariamente, como organização base da APIAM. Nesse processo de regularização jurídica pude contribuir participando da assembleia eletiva, de aprovação do estatuto

[17] Uma versão, não assinada, está disponibilizada no anexo.

e criação da diretoria executiva. Passado mais de um ano de sua criação, a APIAM está juridicamente regularizada e tem cumprido seu papel de articuladora política no movimento indígena.

1.6. OS PROJETOS INSTITUCIONAIS DA MAKIRA E'TA

> Importante chamar atenção às categorias e conceitos utilizados no campo discursivo das ONGs e agências de cooperação – ênfase no empowerment e equidade de gênero, maior "participação" e "parceria" das mulheres nos projetos de desenvolvimento com perspectiva de gênero, para citar alguns deles – que são transpostos ("traduzidos") de um campo estritamente feminista e ocidental para outras realidades que não as mesmas em que não foram criados (SACCHI, 2003, p. 113).

À despeito da intensa atuação política na miríade de agendas nas diversas instâncias do movimento indígena, reforçando o teçume da rede de articulações, a Makira E'ta enquanto organização que possui personalidade jurídica regular está apta a firmar parcerias e executar projetos, com toda a carga de responsabilidade que a atividade exige, desde o início até a final prestação de contas. Essas atribuições, de competência da Coordenação Executiva, consomem uma parte considerável do tempo da equipe, que precisa cumprir com o papel político para criar ou consolidar conexões com e em prol da rede de mulheres, mas que também precisa administrar a gestão de projetos, seja exercendo funções de natureza técnica ou mesmo gerenciando a execução das atividades conforme pactuado com o parceiro financiador.

A primeira gestão executiva da associação Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas – Makira E'ta já experimentou a operacionalização de recursos que obedecem aos critérios basilares das boas práticas da administração geral. Ressalte-se que as organizações indígenas compõem o chamado Terceiro Setor da administração e estão sujeitas às regras estatais gerais, além do próprio estatuto social que prevê cláusulas com obrigações a serem cumpridas pelas diversas instâncias da instituição.

Parcerias estabelecidas com o Fundo das Nações Unidas – UNICEF, Fundo Brasil de Direitos Humanos – FBDH, Instituto Geledés e, mais recentemente, o Projeto SETA vem demandando uma estrutura administrativa mais reforçada da Makira E'ta. Com exceção do UNICEF, que garantiu uma equipe para a gestão do projeto, a execução dos demais projetos sobrecarregam a coordenação executiva. O equilíbrio entre a agenda política e o cronograma de

atividades pactuadas com cada parceiro/financiador exige um complexo equilíbrio para a distribuição de atividades.

Os projetos firmados são importantes para estabelecer uma presença concreta da Makira E'ta nas localidades beneficiárias e, ao tempo que as mulheres da Makira E'ta se fazem presentes nas aldeias, comunidades ou sede de municípios para executar alguma atividade de caráter técnico de cada projeto, aproveitam a oportunidade para estreitar os laços políticos com as lideranças locais num fortalecimento mútuo institucional.

O escopo de cada projeto está inserido em um dos eixos estruturantes da Makira E'ta, sendo eles: Fortalecimento institucional, Economia sustentável das mulheres indígenas, Comunicação, Políticas públicas para as mulheres, Fortalecimento da cultura indígena, Assuntos geracionais (crianças, adolescentes, jovens e anciãos), Meio ambiente e mudanças climáticas e, por fim, Soberania alimentar.

A parceria com o Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF, o qual pude acompanhar a execução da Makira E'ta de forma mais próxima, na qualidade de consultora do UNICEF, se configurou como a primeira experiência de grande vulto operacional com aporte financeiro considerável e gestão administrativa direto da Makira E'ta. O projeto, elaborado pelo UNICEF ainda sob o contexto da COVID-19, consistia em pelo menos seis frentes macros de atuação em quatro estados da Amazônia brasileira (Amazonas, Pará, Roraima e Maranhão) e contava com vários parceiros implementadores, como FIOCRUZ, ADRA, CIR, FEPIPA, Saúde e Alegria e Makira E'ta[18].

Nesse projeto, em específico, cabia à Makira E'ta a atividade de mobilização, engajamento e formação de jovens comunicadores para atuação comunitária na prevenção a covid-19, no Amazonas (Manaus e entorno, rio Negro e, prioritariamente, no Alto Solimões – área de outras iniciativas desenvolvidas pelo UNICEF) e no Maranhão. Aproveitando a oportunidade de parceria formalmente estabelecida, o UNICEF propôs à Makira E'ta a criação de espaços seguros para infância e adolescência no Distrito de Iauareté, em São Gabriel da Cachoeira, que posteriormente se estendeu para os três Distritos do triângulo Tukano (Iauareté, Pari Cachoeira e Taracuá) e uma comunidade na sede do município. A parceria com o Unicef foi desenvolvida no período de junho a dezembro de 2022, sob a gestão administrativa de Rosimere Arapaço e mobilizou cerca de 40

[18] FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz), ADRA (Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais), CIR (Conselho Indígena de Roraima), FEPIPA(Federação dos Povos Indígenas do Pará), Projeto Saúde e Alegria e Rede de Mulheres do Estado do Amazonas Makira E'ta

pessoas (a maioria indígenas), entre equipe administrativa, técnica, jovens comunicadores e mobilizadoras indígenas.

A experiência viabilizou a estruturação inicial da rede de comunicadores indígenas da Makira E'ta, que continuam suas atividades fortalecendo uma rede maior de comunicadores indígenas fomentada durante a pandemia da COVID-19 a fim de informar de forma rápida e eficiente as comunidades em situação de isolamento sanitário, combatendo, inclusive, as *fake news*. A Makira E'ta teve a sua prestação de contas aprovada pelo UNICEF com algumas recomendações de caráter organizacional.

Além dos parceiros mencionados, cujos projetos já foram executados ou estão em fase de execução, a Makira E'ta, assim como outras organizações da sociedade civil, submete projetos para serem avaliados no âmbito de chamadas ou editais[19], que são oportunidades de garantir uma estrutura administrativa e técnica suficiente para uma gestão adequada considerando a sua abrangência estadual.

A execução de projetos na Amazônia são, invariavelmente, projeções de políticas públicas onde o Estado não alcança, com atividades bastante diversificadas que dependem do escopo que motiva o financiador, como oficinas de qualificação técnica, palestras educacionais, apoio às atividades produtivas da sociobiodiversidade, prevenção e mitigação dos efeitos da crise climática, e até a cessão de equipamentos de uso comum das aldeias e comunidades.

Essas parcerias possibilitam estar institucionalmente presente nas localidades onde as atividades previstas em projeto são executadas, proporcionando reforçar alianças, dialogar sobre os aspectos políticos do movimento indígena, e de mulheres indígenas, apresentar os trabalhos realizados, receber novas demandas, identificar potencialidades locais, dentre outras possibilidades de um exercício contínuo de articulação política.

1.7. A ARTICULAÇÃO POLÍTICA E A PERSONALIDADE JURÍDICA

Protagonizar ativismos sociais demanda responsabilidade e compromisso. E no movimento indígena não é diferente ou menos impactante em relação aos demais. Para os que nele estão inseridos, a demanda é constante e intensa. Atuam numa luta eterna pelo direito à vida digna,

[19] Na Amazônia há uma considerável carteira de entidades (nacionais e internacionais) financiadoras de projetos que apoiam a preservação da floresta e de seus povos no enfrentamento à crise climática e aos ilícitos ambientais. O Fundo Amazônia, que consiste num mecanismo do governo brasileiro redução de emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e da degradação das florestas, é um exemplo. (https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/).

assim como outros movimentos sociais militam para terem acesso à políticas públicas de qualidade, na esperança que o Estado brasileiro cumpra suas finalidades institucionais previstas no mandamento constitucional em prol do povo.

O movimento indígena se junta às demais iniciativas populares na mobilização pela garantia de direitos, pela implementação de políticas inclusivas que contemplem a diversidade de povos indígenas existentes no Brasil. O IBGE, no censo de 2022, revelou que no Brasil há 1,7 milhão de indígenas, dentre os quais, um pouco mais de 750.000, estão no norte do país, correspondendo a 44, 48% do total, e no Amazonas, somos 490, 9 mil indígenas.

Além de números que demonstram a presença dos povos indígenas no Brasil, representam também a resistência pelo direito de existir enquanto povos originários com garantias constitucionais de respeito à diversidade étnica e sobre territórios tradicionalmente ocupados.

Entretanto, direitos previstos constitucionalmente não são a garantia de que serão efetivamente respeitados. O movimento indígena tem, ao longo dos últimos anos, uma intensa pauta de defesa de direitos ante às constantes ameaças sobre os seus territórios e sobre o direito de permanecerem neles. A recém superada tese do marco temporal, vencida no Supremo Tribunal Federal por ser considerada inconstitucional e ressurgida na forma de lei instituída pelo Congresso Nacional, é apenas um exemplo de como os indígenas precisam desenvolver estratégias políticas para defenderem suas pautas. No caso em questão, quando da votação no STF, todos os povos indígenas se mobilizaram diuturnamente para defenderem o direito aos seus territórios.

As mulheres indígenas tiveram um papel fundamental nesse episódio de resistência. Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, fez a incidência junto aos ministros da alta corte brasileira, e Célia Xakriabá, deputada federal, juntou aliados no Congresso Nacional para lutar contra a tese inconstitucional. Nos acampamentos, em Brasília, as mulheres indígenas se fizeram presentes nas mobilizações de defesa dos territórios indígenas.

Para além dos inúmeros embates enfrentados no panorama nacional, os povos originários se unem no enfrentamento à crise climática. Estudos apontam que, no Brasil, os territórios indígenas mantêm suas coberturas vegetais em comparação aos territórios de propriedade de não indígenas, que, em geral, são operadores do agronegócio.

Temas como a luta pela justiça climática e o direito à terra, que remetem ao fundamento da existência harmônica no planeta, definem essencialmente a razão de ser e de existir dos movimentos sociais de uma forma geral, e também do movimento indígena, inclusive o de

mulheres indígenas como a Makira E'ta, com a constante busca pela qualidade de vida e pela prática do "bem viver", em respeito ao modo de vida tradicional dos povos originários.

A personalidade jurídica das organizações indígenas como a Makira E'ta, regularmente oficializadas, com inscrição no CNPJ, possibilita a materialização de atitudes concretas para dar conta dos objetivos e planejamentos. Rosimere Arapaço expressa essa preocupação que justificou a transição da Makira E'ta de um coletivo de mulheres para uma organização juridicamente formalizada.

> A gente precisaria de ter recurso financeiro mesmo e com os potenciais parceiros que nos entendam que nós precisamos desse apoio financeiro deles, enquanto nós não temos o nosso próprio. Porque a gente não tem condição de falar que a gente tem autonomia financeira. Esse é um grande desafio, então foi nesse sentido que a gente veio com a nova ideia de dizer assim, como é que nós vamos fazer a partir de agora? Aí começamos consultar de novo, dialogar mais com as mulheres e chegamos ao consenso de que a gente precisaria realmente de ter corpo jurídico como Rede Makira, como rede das mulheres indígenas do estado do Amazonas. Então foi esse processo. (Rosimere Arapaço, 2023)

Essa transição nem sempre é necessária ou possível, a articulação política de uma rede, como se propõe a Makira E'ta, independe de estar revestida de personalidade jurídica. A motivação para ter o status de uma organização juridicamente constituída se fundamentou na necessidade de ter recursos financeiros para vencer o obstáculo de uma logística cara para chegar até às mulheres sediadas no interior do Amazonas.

CAPÍTULO II – AS MULHERES QUE DÃO VIDA À CONSTELAÇÃO

2.1. AS ESTRELAS DA MAKIRA E'TA

> "As mulheres da Rede Makira são todas as mulheres. Quando idealizamos a Rede Makira foi pensando na mulher que é mãe, que está dentro da sua comunidade, dentro da sua aldeia, a mãe que produz, que trabalha na roça, na mulher que trabalha na roça, com artesanato e com extrativismo, com as mulheres que já estão envolvidas na discussão de políticas dentro do movimento indígena. De mulheres que já têm um pouco de entendimento, de discutir temáticas como educação, saúde, território, sustentabilidade dos povos indígenas, direitos das mulheres, direitos dos jovens, crianças e adolescente, mulheres que já estão entendendo o papel da política do movimento indígena. Essas e também das jovens que estão nas suas aldeias, das jovens que estão fora de suas aldeias, nas áreas urbanas, nos municípios e na capital, com as mulheres indígenas que estão nas organizações formais e informais, com as mulheres acadêmicas, enfim, isso foi pensado, as mulheres indígenas fazendo parte da Rede Makira" (Rosimere Arapaço, áudio, julho/23).

Neste capítulo, apresento as mulheres que dão vida à rede, o motivo pelo qual a rede de mulheres indígenas do Amazonas existe. Para uma melhor compreensão de sua participação, a descrição e a análise estão organizadas a partir do I Encontro da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas e, na sequência, nos seguintes grupos: i) as mulheres idealizadoras da Makira; ii) as associadas e as mulheres da coordenação executiva; iii) as mulheres de organizações base da Makira E'ta (referências regionais e locais) e de organizações indígenas parceiras como APIAM, FOREEIA; iv) as mulheres do grupo de whatsapp criado em abril de 2017, com 212 participantes, até a data desta escrita. Encerro o capítulo com a discussão acerca da percepção do feminismo pelas mulheres indígenas.

Do relato da Rosimere Arapaço, ao falar sobre o I Encontro de Mulheres Indígenas do Amazonas, em 2017, foi possível compilar a tabela abaixo que, numa análise preliminar, permite identificar a participação de indígenas e não indígenas, homens e mulheres, dos movimentos e organizações de mulheres das regiões dos rios Amazonas, Solimões, Madeira, Purus e Negro, além de representantes de órgãos governamentais e de indígenas de outros estados, como a Maria Simão Ingarikó, do povo Ingarikó, de Roraima, e João Neves, representante da COIAB, do povo Galibi Marworno, do Amapá.

Quadro 02- Participantes do I Encontro de Mulheres Indígenas do Amazonas

Nome	**Povo**	**Localidade**[20]	**Organização**
Alcilei Vale Neto	Mura	*Manaus*	GEEI/SEDUC
Anpi	*Não informado*	Aldeia São Francisco, Maraã	*Não informado*
Cecilia Piratapuia	Piratapuia	São Gabriel da Cachoeira	ASSAI – Associação das Artesãs Indígenas
Daria Monteiro Nery	Piratapuia	*Não informado*	ACIMRN
Dimiciana	*Não informado*	Aldeia Quatá, Canumã	CASAI (acompanhante)
Elizabete Tikuna;	Tikuna	*Não informado*	*Não informado*
Fatima	*Não informado*	*Não informado*	CIMI
Francinara Martins	Baré	*Manaus/São Gabriel da Cachoeira*	COIAB
Fernanda Souza Mura	Mura	Aldeia Terra Preta, Murutinga/ Autazes	*Não informado*
Glades Kokama	Kokama	Alto Solimões	Associação de Tuxauas de Tabatinga
Jean Maia	*Não informado*	-	assessor Makira E'ta
Joana Dessana	Dessana	Manaus	AMARN – Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
João Neves	*Galibi Marworno*	*Manaus*	COIAB
Joao Pedro	*Não informado*	*Manaus*	Ex- presidente da Funai e Ex-Senador
Leia	*Não informado*	*Não informado*	Unisol Brasil
Leda *Mara Albuquerque*	*Não informado*	*Manaus*	MPE
Luana Sateré	Sateré Mawé	Maués	*Não informado*
Luiza Hexkariana	Hexkaryana	Presidente da associação[21]	*Não informado*
Madalena Cardoso Lopes	Tuyuca	Manaus	AMARN
Maria Assunta	*Tukano*	*Manaus/São Gabriel da Cachoeira*	UMIAB
Maria Nazaré	*Não informado*	Lábrea, Rio Purus	CASAI (acompanhante)
Maria Simão Ingarikó	Ingarikó	Roraima	CASAI (acompanhante)

[20] A localidade diz respeito ao domicílio (fixo/temporário) quando da realização do evento. Os quadros preenchidos em itálico foram de livre preenchimento da autora.

[21] A participação de Luiza Hexkaryana, apontada na lista de participantes informada por Rosimere Arapaço como representante de uma associação de mulheres Hexkaryana, apresentou-se como um ponto de destaque, considerando que, com exceção dessa participação no I Encontro de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, não identificamos nenhuma interação política das mulheres Hexkaryana com o movimento indígena, ao contrário dos homens Hexkayana. Ao buscarmos outras informações sobre essa associação, uma liderança Hexkaryana informou que as mulheres vem se organizando e discutindo internamente no âmbito da Coordenação Geral dos Povos Hexkaryana (CGPH), e a regularização de uma associação de mulheres está prevista no planejamento de 2024.

Maria do Socorro da Silva	*Não informado*	Itacoatiara	*Não informado*
Mariazinha Baré	Baré	Cucuí	*idealizadora da Makira E'ta*
Milena Kokama	Kokama	Manaus	FEI
Raimunda Sateré	Sateré-Mawé	*Não informado*	*Não informado*
Raquel Macedo	Munduruku	*Manaus/Nova Olinda do Norte*	*idealizadora da Makira E'ta*
Rosa Alves Monteiro	*Não informado*	Fonte Boa	*Não informado*
Rosa Barbosa Martins	*Não informado*	vice-Tuxaua de Itaboca, Itacoatiara	*Não informado*
Roseane Mura	Mura	Itacoatiara	*Não informado*
Rosilda Cordeiro da Silva	Tukano	Distrito de Taracuá – São Gabriel da Cachoeira	Organização de Mulheres Indígenas de Taracuá –AMIRT
Rosinete Kokama	Kokama	Fonte Boa	*Não informado*
Rosimere Teles	Arapaço	*Manaus/São Gabriel da Cachoeira*	*idealizadora da Makira E'ta*
Sandra Sateré	Sateré-Mawé	*Não informado*	AMISM
Selma Apurinã	Apurinã	Manacapuru	movimento indígena de Mulheres em Manacapuru
Terezinha Barbosa	Nação Ninjabo	*Não informado*	*Não informado*
Walcirene	*Não informado*	Autazes	*Não informado*
Wanderleia Kanamari (Uanum)	Kanamari	Maraã	*Não informado*

Fonte: Souza e Silva, 2024.

Outra percepção sobre essa lista de participantes nos permite avaliar o poder de articulação do coletivo, pois naquele momento nasceu de fato a rede, com o aval de representantes de relevantes organizações como a COIAB, CIMI, UNISOL, MPE, GEEI/SEDUC e, principalmente, com a participação de mulheres indígenas e de algumas das mais importantes representações do movimento de mulheres, a exemplo da UMIAB, AMARN, AMISM, além dos demais participantes e representações indígenas que merecem igual destaque.

Figura 7 - Fotografia do I Encontro da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas

Fonte: Facebook Makira E'ta[22]

Nesse encontro, as principais pautas discutidas foram o empoderamento e autonomia política das mulheres indígenas, fortalecimento da questão socioeconômica, ambiental e cultural e a defesa dos seus direitos. O formato adotado de articulação, sem qualquer formalismo jurídico, contribuiu para organizar o primeiro encontro dessa rede, conforme esclarece Rosimere Arapaço :

> A estratégia de articulação foi nosso forte: com a COIAB, UMIAB, com as parentas das organizações de Mulheres indígenas já existentes na época, articulação com instituições indigenistas, organizações parceiras e parceiros das Universidades, articulação com Defensoria Pública do Estado do Amazonas foi fundamental para conseguirmos trazer as parentas indígenas no I Encontro em Manaus. A ideia de se trabalhar com uma rede, era a oportunidade de incluir todas as mulheres, as militantes antigas com grande experiência no movimento, com mesmo peso, com mesma medida das mulheres jovens que representam as organizações de mulheres constituídas ao longo dos rios e calhas, de incluir também mulheres que não estão organizadas, mulheres que vivem em comunidades e pensar ao mesmo tempo na noção de Espaço, de Estado, de Territórios, de Municípios (Rosimere Arapaço, 11/08/2022).

[22] Disponível em <:https://m.facebook.com/p/Makira-%C3%8Ata-Rede-de-Mulheres-Indigenas-do-Estado-do-Amazonas-100089610916461/. Acesso em 20 jan.2024.

Desde o passo inicial, a partir do primeiro encontro, a Makira E'ta veio se fortalecendo e ocupando seu espaço dentro do movimento indígena. Começaram a se fazer reconhecidas pelas instâncias públicas, como a Fundação Estadual do Índio (FEI)[23], Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania (SEJUSC), por outras agências não governamentais e pelas próprias organizações do movimento indígena, passando a captar recursos para viabilizar suas pautas e reforçar laços entre mulheres. Inicialmente, ainda sem personalidade jurídica, foram beneficiárias de projetos como forma de contornar a situação até que tivessem habilitadas a gerir recursos.

Nesse momento, puderam contar com o apoio de outras organizações indígenas, já formalizadas, para receber doações financeiras. Houve, por exemplo, o apoio da Associação Yepah Mahsã, organização responsável pelo Centro de Medicina Indígena, para receber um valor referente a uma premiação do Fundo Internacional de Mulheres Indígenas (FIMI); da COIAB para ser beneficiária de recursos da ONU Mulheres destinado a mitigar os impactos causados pela pandemia, e também da Associação de Mulheres Indígenas do Rio Negro - Numiã Kura (AMARN), para receber aporte financeiro do Fundo Social Elas+[24].

O período compreendido entre o primeiro encontro e a formalização propriamente dita, com a aquisição da personalidade jurídica, foi de cerca de três anos, onde parte desses anos coincidiu com o período da pandemia da COVID-19. As dificuldades impostas pela pandemia desafiaram a recém criada rede de mulheres a se firmar e todo o esforço, naquela época, foi conjuntamente desempenhado entre indígenas e suas organizações para garantir que os territórios e comunidades se protegessem ao máximo possível da contaminação.

A relevância de organizações não governamentais, como a Makira E'ta, firmar parcerias para executar projetos se justifica por, juridicamente, ser uma instituição sem finalidade lucrativa e, que para se manter precisa do cumprimento do pagamento das taxas associativas pelas associadas, receber doações, ou captar recursos através de projetos que permitem viabilizar atividades planejadas dentro dos eixos de atuação pactuados no planejamento estratégico ou para

---

[23] O governo do Estado do Amazonas desde 2001, instituiu uma política indigenista e tem na sua estrutura organizacional um órgão para tratar de questões afetas aos povos indígenas. Essa instância já passou por algumas denominações como Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI) - 2001, Secretaria de Estado para Povos Indígenas (Seind) - 2009, Fundação Estadual do Índio (FEI) - 2015 e, mais recentemente, em 2023, atende pelo nome de Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (FEPIAM) a partir de uma reivindicação dos indígenas presentes num evento promovido pela APIAM.

[24] O Fundo Social Elas+ é uma organização social não governamental feminista brasileira (https://fundosocialelas.org/)

atender questões emergenciais, como o caso da pandemia de Covid-19. Os recursos proporcionados pelos parceiros financiadores, acessado através de editais, na maioria das vezes, permite inclusive a remuneração da equipe gestora possibilitando uma dedicação exclusiva para estar no movimento indígena, é o que chamamos de fortalecimento institucional.

2.2. AS MULHERES IDEALIZADORAS DA MAKIRA

Passados seis anos da criação da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas, é possível identificar uma trajetória de estruturação e fortalecimento, sendo que a Makira E'ta já alcançou no movimento indígena o seu reconhecimento enquanto uma organização de referência. Essa constatação é a materialização de um anseio coletivo de três mulheres que, a partir de suas experiências e atuação na UMIAB, identificaram a importância da existência de uma representação estadual de mulheres indígenas do Amazonas. São elas: Mariazinha Baré, Raquel Munduruku e Rosimere Arapaço.

Figura 8: Mariazinha Baré

Fonte: @apiam

Figura 9: Rosimere Arapaço

Fonte:@rosimerearapaco

Figura 10: Raquel Munduruku

Fonte:Raquel Munduruku

Mariazinha Baré (Maria Auxiliadora Cordeiro da Silva) é indígena do povo Baré, originária do Distrito de Cucuí, Rio Negro - Terra Indígena Cué Cué Marabitanas, região da tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Venezuela, mãe de três filhos. É atuante no movimento indígena da Amazônia Brasileira. Sócia-fundadora da Rede de Mulheres Indígenas do Amazonas – MAKIRA E'TA. É pós-graduanda no Curso de Direitos e Políticas para Povos Indígenas (PUC-RIO); graduanda em gestão de projetos (UEA); foi mestranda do curso de Antropologia Social pela Universidade

Federal do Amazonas (UFAM). Atuou como Diretora Técnica na então Fundação Estadual dos Povos Indígenas; prestou consultoria no Programa Territórios da Cidadania e foi coordenadora do Programa de Agricultura Indígena pela Secretaria Estadual de Produção Rural (SEPROR); foi Consultora Técnica de Projetos e Coordenadora da Agenda Indígena na Fundação Amazonas Sustentável (FAS); Coordenadora de Projetos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Gerente de Projetos da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Tem experiência na área de políticas públicas indigenistas, na captação, execução, monitoramento e gestão de projetos sobre povos indígenas e ribeirinhos e, em dezembro de 2022, foi eleita a Coordenadora da Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Estado do Amazonas - APIAM.

Raquel Munduruku (Raquel Macedo dos Santos) é do povo Munduruku, Aldeia Laranjal, do Rio Mari Mari, Terra Indígena Kwata Laranjal, município de Borba; tem 48 anos e é mãe de 6 filhos. Atua profissionalmente como assessora do DSEI Manaus onde articula parcerias interinstitucionais, articula diálogo entre os trabalhadores e os gestores de saúde, apoia no diagnóstico das aldeias, faz a mediação de conflitos, assessora e apoia as ações de controle social pelas aldeias indígenas e facilita a articulação da SESAI com as organizações do movimento indígena. Tem a União dos Povos Indígenas Munduruku e Sateré Mawé (UPIMS) como sua organização de "base". Compôs o Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB e, posteriormente, a direção da UMIAB. Foi a primeira representante da Makira E'ta.

Rosimere Arapaço (Rosimere Maria Vieira Teles) é do povo Arapaço, da Terra Indígena Alto Rio Negro, comunidade de Loiro, Médio Rio Uaupés, no Município de São Gabriel da Cachoeira, tem 53 anos, mãe de três filhos, possui ensino médio, é civilmente solteira. Perdeu o seu companheiro na pandemia. Atualmente ocupa o cargo de vice-coordenadora da Makira E'ta; atuou como gestora de um projeto da Makira E'ta e como articuladora política do Instituto Amazônia Açu, num projeto de proteção de enfrentamento à violência contra crianças, infância, juventude e mulheres, ambos em parceria com o UNICEF. Rosimere Arapaço é uma personagem indispensável quando o assunto é movimento de mulheres indígenas. Sua organização de "base" é a União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê- UNIDI. Mudou-se para Manaus em 2002 com a missão de coordenar o então Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB. As relações com a sua

“base” ainda são mantidas via Departamento de Mulheres Indígena da FOIRN (DMIRN/FOIRN), é associada da AMARN; já compôs a diretoria da UMIAB; foi consultora política para o assunto de gênero na COIAB; foi representante da COIAB na Comissão de Família da COICA e Conselheira da Fundação Amazônia Sustentável. E, no meio de uma intensa agenda de ativismo, encontra tempo para cuidar de seu roçado localizado na zona rural de Manaus.

A apresentação dessas mulheres é essencial para a compreensão da criação da instância política estadual representativa das mulheres do Amazonas. A inserção das três interlocutoras nas agendas de gênero e a atuação em organizações de alcance regional na Amazônia foi o pano de fundo para constatarem a necessidade de se criar um referencial estadual no Amazonas, para articular as representatividades das diversas calhas de rios com o propósito de fortalecer o movimento de mulheres indígenas e evidenciar seu papel político.

Inicialmente, o formato de articulação, sem qualquer formalismo jurídico, foi o modelo adotado, o que contribuiu para organizar o primeiro encontro dessa rede, conforme demonstram os trechos a seguir:

> A estratégia de articulação foi nosso forte: com a COIAB, UMIAB, com as parentas das organizações de Mulheres indígenas já existentes na época, articulação com instituições indigenistas, organizações parceiras e parceiros das Universidades, articulação com Defensoria Pública do Estado do Amazonas foi fundamental para conseguirmos trazer as parentas indígenas no I Encontro em Manaus. A ideia de se trabalhar com uma rede, era a oportunidade de incluir todas as mulheres, as militantes antigas com grande experiência no movimento, com mesmo peso, com mesma medida das mulheres jovens que representam as organizações de mulheres constituídas ao longo dos rios e calhas, de incluir também mulheres que não estão organizadas, mulheres que vivem em comunidades e pensar ao mesmo tempo na noção de Espaço, de Estado, de Territórios, de Municípios (Rosimere Arapaço, agosto/2022).

> Após muitos desafios que enfrentamos na frente da coordenação de mulheres indígena da Amazônia Brasileira – UMIAB, então veio a fase final do nosso mandato. E nas nossas malas a semente da criação da rede, na época éramos eu, Rosimere e Maria, e foi aí diante de tantas demandas, sonhos e grandes perspectivas das mulheres, tivemos a brilhante ideia de criar uma rede de mulheres indígenas do estado, e fomos nos fortalecendo. Vale ressaltar que isso não foi uma simples ideia que surgiu assim de uma hora para outra, fizemos um trabalho de formiguinhas que valeu a pena ouvindo os acadêmicos, nossas lideranças indígenas masculinas e femininas, que sempre tiveram ao nosso lado e nos ajudaram muito, foi assim que chegamos a conclusão e aí surgiu a rede de mulheres indígenas do estado do Amazonas, para trabalhar em defesa dos direitos dos povos indígenas e direitos da mulher, especificando as temáticas voltadas às mulheres, dentro do contexto territorial do estado (Raquel Munduruku, setembro/2022).

> Por que que a gente resolve criar uma organização como é a Makira, em 29 de julho de 2017, né? Mas antes mesmo de 2017 quando a gente estava na UMIAB (…) a gente não tinha uma líder mulher, mas nós já tínhamos (...) as mulheres indígenas, as lideranças que estão no movimento indígena, mesmo aqui, um pouco invisível, uma ou duas, e isso foi muito importante essas mulheres que nos antecederam, ocuparam os espaços, que não foi fácil, muitas vezes escanteadas, num cantinho, mas elas estavam ali, e isso foi muito importante. E quando a gente pensou na Makira, lá atrás ainda, quando a gente fez parte (...) da UMIAB , do Departamento de Mulheres da UMIAB[25], a gente sentia falta de outras representatividades nossas, de mulheres, de a gente estar mais presente nas discussões, de podermos falar, não só para as mulheres, mas para outras mulheres indígenas, para os homens, para as próprias instituições, sobre os nossos posicionamentos, a nossa visão enquanto mulher. E a gente surge para fortalecer e não para dividir. E aí eu digo para vocês, parentas, que quando a gente pensa em criar uma organização a gente cria uma organização para fortalecer as outras organizações, né? Para afirmar as nossas lutas. (Mariazinha Baré, II Assembleia Extraordinária da Makira Eta, nov/22)

O elenco que fundamenta a estrutura da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas é o alicerce, o ponto de partida que define o lugar de fala, enquanto movimento que representa a abrangência de um Estado, e que une a sua voz aos demais coletivos, juridicamente organizados ou não, para defenderem seus direitos enquanto povos e mulheres indígenas.

Registrar na literatura as idealizadoras de uma rede de mulheres indígenas no Estado do Amazonas é reafirmar o histórico do movimento indígena para a geração atual e futura. A concepção dessa estrutura estadual fundamentou, inicialmente, nas experiências pessoais e coletivas dessas três mulheres, Mariazinha Baré, Raquel Munduruku e Rosimere Arapaço, lideranças atuantes do movimento indígena, materializando, a exemplo de outras experiências já existentes, um espaço de conexão, de rede, com outras indígenas das diversas realidades do Amazonas com o propósito de discutir questões de interesse específico das mulheres não dialogados ou evidenciados em outros espaços coletivos do movimento indígena e, ainda, fortalecer a própria luta do movimento indígena.

Nenhuma narrativa sobre mulheres indígenas do Amazonas deve desconsiderar a importância das que vieram antes, das mulheres que são a ancestralidade da Makira E'ta. Neste

[25] Leia-se COIAB.

trabalho citarei duas mulheres de indiscutível importância: Deolinda de Freitas[26], do povo Dessana, fundadora da AMARN, e Tereza Ferreira[27], do povo Sateré-Mawé, fundadora da AMISM.

2.3. AS ASSOCIADAS E AS MULHERES DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Associação é a reunião de pessoas em torno de um objetivo comum, para a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas e afins. Essas pessoas são as associadas. A previsão legal do modelo de associativismo está descrita no Novo Código Civil (Lei 10.406/2002), onde menciona os requisitos obrigatórios para a constituição de uma associação, sem finalidade lucrativa. Basicamente, há o registro em cartório da ata da reunião que contém informações sobre a constituição da associação e a definição da diretoria, que terá a atribuição da representação legal, além da aprovação do estatuto social, que contém regras sobre direitos e deveres.

As mulheres da Makira E'ta, em determinado momento da sua trajetória, em 2020, avaliaram a necessidade de se estruturarem juridicamente, por meio de uma associação. Rosimere Arapaço, num dos momentos de interlocução para a pesquisa, explica essa transição:

> E agora, o que que nós vamos fazer? Quando a gente começou a mudar estratégias de estar pensando apenas como uma rede. Porque primeiro a ideia era pensar uma rede que não fosse como pessoa jurídica e que a gente tivesse uma liberdade grande de articular mesmo, mas as necessidades financeiras para a gente conseguir avançar o nosso projeto político da Makira E'ta, que é para fortalecer as mulheres que estão ao longo das regionais no estado do Amazonas. Temos 62 municípios aqui no estado do Amazonas. Para a gente chegar nas grandes regionais, onde moram os povos indígenas, é um desafio que não é nós que respondemos, não é só nossa vontade que responde.

Nesse modelo, com personalidade jurídica já constituída, a associação nasceu para o mundo civil e tem no registro cartorial a sua certidão de nascimento e, então, as associadas passaram a ter direitos e obrigações legalmente constituídos. Dentre os direitos das associadas estão os de votar e serem votadas, ter voz nas assembleias gerais, ter acesso à documentação, dentre outros. E sobre as obrigações a serem observadas:

---

[26] Sobre Deolinda Freitas: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0AD00476.pdf e VIEIRA, Ivânia Maria Carneiro. Lugar de Mulher: A participação da indígena nos movimentos feministas e indígenas do estado do Amazonas. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, 2017.

[27] Sobre Tereza Ferreira: Santos, Luciano Cardenes. Etnografia Sateré-Mawé: Sahu-Apé, turismo e cultura. Editora Valer, 2015.

> Art. 8. São deveres das associadas:
> a) Observar e cumprir as disposições estatutárias e regimentais da Associação, tais como: regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da MAKIRA ËTA;
> b) Prestigiar a MAKIRA ËTA através da participação ativa em suas atividades;
> c) Tratar com cordialidade todas as pessoas vinculadas à entidade, assim como a comunidade em geral;
> d) Ser fiel às finalidades sociais da MAKIRA ËTA;
> e) Manter-se em dias com suas contribuições e obrigações sociais;
> f) Acatar as determinações da Diretoria Executiva da MAKIRA ËTA, após aprovadas em Assembleia Geral;
> g) Comparecer, quando convocada, às reuniões das Assembleias Gerais;
> h) Contribuir pontualmente com as mensalidades, seja em espécie, depósito ou transferência bancária, cujo valor será definido em Assembleia Geral;
> i) evitar dentro da associação qualquer manifestação de caráter político, religioso e racial;
> j) apresentar à diretoria, por escrito, sugestões visando melhoria no atendimento às associadas e familiares.
> k) preencher ficha cadastral, apresentando-a junto a Diretoria Executiva que apreciará e decidirá pela admissão, ou não, e aprovação em Assembleia Geral;
>
> Parágrafo único. As associadas, membros ou não da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, exercerão suas atividades não adquirindo direito sobre o patrimônio da MAKIRA ËTA e nada podendo exigir pelo tempo que nela permanecer.

Até final de 2023, a Makira E'ta contava com 40 associadas aproximadamente, e são dentre as associadas que, em assembleia geral eletiva, foram escolhidas aquelas que iriam representar legalmente as associadas da Makira E'ta, sendo as responsáveis pela articulação política em nível interno e externo e pelas demandas burocráticas rotineiras que devem dar conta. Além da articulação política mencionada, devem também conduzir a gestão de projetos. Reitera-se que as organizações indígenas, organizadas no modelo jurídico de associação, são regidas por um estatuto social que descreve as diretrizes gerais da instituição e define o modelo de governança onde, em assembleia, instância maior, são eleitas as mulheres que comporão a coordenação executiva, para fazerem a gestão administrativa e ressoarem a finalidade institucional.

A Associação Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta é composta de seis mulheres eleitas em assembleia geral eletiva para um mandato de três anos, entre titulares e suplentes. Em 2020, na Comunidade Três Unidos, na Assembleia de criação, aprovação de estatuto e eleição da diretoria, o quadro executivo da Makira E'ta foi composto da seguinte forma:

Coordenadora: Maria do Socorro Elias Gamenha - povo Baniwa

Vice-Coordenadora: Rosimere Maria Vieira Teles - povo Arapaço

Primeira Secretária - Nazide Arantes Fernandes - povo Kokama
Segunda Secretária - Eraldina da Costa Carlos - povo Tikuna
Primeira Tesoureira - Maria José Melgueiro Onofre - povo Baré
Segunda Tesoureira - Rosineide Gomes Vasques - povo Kokama
Conselho Fiscal: Rosilda Maria Cordeiro da Silva (povo Tukano), Sandra Gomes Castro (povo Baré), Maria Lucia Braga Cruz (povo Kambeba) e Antonia Maria Barbosa Abreu (povo Baré).

Esse grupo de mulheres, ao serem eleitas em assembleia, representam o coletivo e tem a missão de repercutir os anseios definidos em assembleia geral em alinhamento com as diretrizes do estatuto social. As boas práticas administrativas recomendam a elaboração de um planejamento estratégico para direcionar as atividades em sintonia com os objetivos da entidade e para melhor acompanhamento das associadas.

Desde a sua criação jurídica, as associadas da Makira E'ta realizaram quatro assembleias: a primeira, eletiva, em outubro de 2020; a segunda[28] em março de 2021, uma assembleia extraordinária, para atender uma exigência cartorial com a finalidade de retificação de endereço; em novembro de 2022, outra assembleia extraordinária para substituição de membras da diretoria e, a mais recente, em setembro de 2023, a segunda assembleia eletiva, cujo resultado foi a recondução da diretoria para o segundo mandato consecutivo.

[28] Considerando a figura 11, que menciona a a assembleia extraordinária de 13 e 14/11/2022, como a primeira, verificamos que a Makira E'ta não contabiliza a assembleia extraordinária realizada para alteração de endereço, em março de 21, embora, juridicamente, tenha sido.

Figura 11 - Card da I Assembleia Extraordinária

Fonte: Instagram @makiraeta.

Figura 12 - Card da II Assembleia eletiva

Fonte: Instagram @makiraeta.

Sobre esta segunda assembleia eletiva, também participei, desta vez como associada com direito a voz e voto. Diferente da primeira Assembleia, ocorrida no período pandêmico da Covid-19, e com participação reduzida, esta teve o auditório Gabriel Gentil[29], do Centro Cultural da Amazônia, em Manaus, lotado de parentas[30] das diversas regiões do Amazonas, o que se deveu ao aproveitamento da logística para a III Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília. A programação de dois dias foi dividida, sendo o primeiro dia para apresentar os feitos na gestão que se encerrava e, o segundo dia, para a eleição propriamente dita.

Passados três anos da primeira assembleia é possível identificar o processo de fortalecimento enquanto representação estadual e isso se deve a um conjunto de situações relativas ao movimento indígena ocorridas nesse período, como: o acolhimento da Makira E'ta pelas outras organizações indígenas do Amazonas, a participação ativa no processo de retomada do movimento

[29] Gabriel dos Santos Gentil, pajé do povo Tukano, é autor de O resgate da mitologia Tukano e Povos Tukanos: cultura, história e valores. Recebeu da Fiocruz o título de Pesquisador Honorário. Faleceu no ano de 2006, em Manaus (Fonte: https://portal.fiocruz.br/personalidade/indio-tukano-gabriel-dos-santos-gentil) .

[30] Utilizarei aqui definição do colega de Mestrado, Genildo da Silva, do povo Mura extraída do grupo do Colegiado Indígena: Para nós, indígenas, em especial ao povo Mura, o termo parente é um tratamento que utilizamos como forma de reconhecer o outro indígena, mesmo pertencendo a outros povos indígenas. Quando chamamos o outro de parente é como expressar um sentimento de familiaridade, de irmão, de reconhecer que este também faz parte da mesma luta que a nossa. Durante as grandes reuniões, nos encontros regionais ou estaduais onde muitos indígenas, de diversos povos se fazem presentes, é comum expressarmos uns aos outros o termo "parente".

indígena do Estado do Amazonas, estar presente em importantes mobilizações indígenas como o *Acampamento Terra Livre*, *Não ao Marco temporal*, *Marcha de Mulheres Indígenas*, todas em contexto nacional. Outro motivo são as parcerias institucionais firmadas para desenvolvimento de projetos. Esse histórico confere à Makira E'ta um reconhecimento e a solidifica.

É importante considerar um hiato existente entre o que preconiza a norma legal sobre o conceito de uma associação, com os parâmetros regulamentadores, competências e limites e entre o que de fato é, ou seja, os movimentos sociais, também compostos pelo movimento indígena, tomam corpo jurídico, as chamadas organizações indígenas, como a Makira E'ta, com direitos e responsabilidades civis, e que coexiste com a tradicionalidade ancestral dos povos indígenas.

O revestimento oficial conferido pelo registro em cartório pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) não transforma o grupo de pessoas unidas em torno de um objetivo social e sem finalidade lucrativas, em exímias gestoras com conhecimentos administrativos, contábeis e fiscais para dar conta das responsabilidades que passam a ter. A gestão burocrática de uma associação é um desafio comum a ser enfrentado pela maioria das organizações indígenas. As indígenas, no caso, passam a acumular tarefas distintas das suas rotinas de artesãs, de agricultoras ou de líderes políticas, por exemplo. Investir na formação técnica tem sido uma solução adotada ao longo dos anos, além de poderem contar com o crescente número de profissionais indígenas graduados e disponíveis no mercado.

Na prática, essa realidade recai sobre as mulheres da Coordenação para materializar o objetivo da associação, através de articulações com o movimento indígena da sua base política e com agentes externos, parceiros e governo, através da participação em mobilizações, reuniões, conselhos e outros. É importante que haja o monitoramento da ocupação de espaços de importância política para mensurar o alcance da rede de articulação e identificar expoentes que possam potencializar o fortalecimento do movimento de forma qualificada.

2.4. AS MULHERES DAS ORGANIZAÇÕES BASE DA MAKIRA E'TA

São as mulheres referência da base política da Makira E'ta, as destinatárias das ações realizadas pela Makira, estejam elas na capital ou no interior do estado, nas sedes dos municípios ou

nas comunidades, associadas ou não. Essa abrangência reflete o tamanho da rede a ser constantemente tecida e fortalecida.

Como demonstrado no quadro de organizações e de grupos de mulheres indígenas do Amazonas, no capítulo anterior, aquelas organizações são a estrutura política da Makira E'ta. Contudo, é preciso ter a clareza que cada um desses coletivos são autônomos nas suas respectivas áreas geográficas e de atuação. À Makira E'ta cabe exercer sua finalidade enquanto articuladora entre esse universo de referências no Amazonas a fim de reverberar as demandas de natureza diversa, em geral, por implementação de políticas públicas de caráter inclusivo que considerem o modo de viver indígena, que promovam a melhoria na geração de renda, no atendimento da saúde, no enfrentamento à violência, na educação, etc.

Lembrando o que mencionei no capítulo anterior, é importante considerar que essa representação estadual de mulheres indígenas do Amazonas foi pensada por algumas mulheres que já atuavam em organizações pré-existentes, militantes com históricos robustos, e isso quer dizer que em nem todo o rol dos grupos de mulheres indígenas há conhecimento sobre a existência da Makira E'ta. Isso se deve à dificuldade da comunicação e da própria logística para chegar até essas mulheres. Cito o exemplo de uma recente experiência que tive na companhia de Mariazinha Baré, na região do Alto Solimões, município de Benjamin Constant, por ocasião de um trabalho de assessoria num projeto da Makira E'ta. Nesse momento, tive um feliz encontro com as senhoras indígenas Elizabeth, Hilda e Rosa Chota, que falaram sobre a AMIT, AMATU e AMIPC, todas organizações de mulheres indígenas daquela região do Solimões, com longa data de existência e de contribuição para o movimento indígena. Dona Hilda, antiga militante do movimento indígena, disse conhecer a Makira E'ta através da Rosimere Arapaço, mas que não havia mais outras informações.

Assim, pude refletir sobre as dificuldades de capilarização de uma organização do status da Makira Eta, que traz no seu nome a representação estadual. Ao tempo que também percebi que os laços estabelecidos na jornada do movimento de mulheres, ao mencionar Rosimere Arapaço e reconhecer Mariazinha Baré como companheiras de militância, foi a chancela que garantiu à Makira E'ta o voto de confiança.

Esse episódio revela um ponto de atenção para considerarmos entre o que é ideal e o que é real. O ideal seria que a articulação de mulheres proposta pela Makira E'ta, pudesse, de fato, alcançar todas as mulheres e grupos de mulheres indígenas de todo o território e calhas de rios do Estado do Amazonas. O real é que esse alcance ainda não existe, pois somente parte das mulheres indígenas do Amazonas conhecem ou se sentem parte da Makira E'ta, pela razões já anteriormente mencionadas, como dificuldades na comunicação e de logística ou, ainda, por decidirem seguir seus caminhos sem vinculação direta com essa rede estadual de mulheres. Mais uma vez fica claro o desafio de alcance de articulação para sedimentar a proposta da Makira E'ta em ser uma rede de conexões no Estado.

Neste caso, destaco que é compreensível a vontade de uma ou outra organização, ou coletivo, não querer uma vinculação direta à Makira E'ta, contudo, indiretamente, por vezes os caminhos são os mesmos, alianças, ainda que temporárias, são feitas, materializando uma articulação e, assim, cumprindo a finalidade da Makira E'ta. Como, por exemplo, a delegação do Amazonas para a Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, estava sob o "guarda-chuva" da Makira E'ta e, assim, todas as mulheres do Amazonas, com ou sem vínculo com a Makira E'ta, foram, tacitamente, a ela relacionadas.

Essa distribuição em grupos que busquei trazer para esse tópico também se replica nas organizações base da Makira E'ta, num recorte mais localizado, de acordo com as respectivas realidades e finalidades. Também há as mulheres que estão na linha de frente, se dividindo entre os deveres burocráticos, as responsabilidades políticas e familiares; as associadas e os grupos de whatsapp.

Em suma, são todas indígenas, mulheres que, de forma direta ou não, são impactadas pelas articulações da Makira E'ta. São mulheres que, dia a dia, vivem seus costumes e ancestralidades em contextos múltiplos, de aldeia, de comunidade, de cidades, como artesãs, agricultoras, professoras, donas de casas, mães solo, doutoras, militantes, resistindo e unindo forças na causa indígena para conquista, garantia e melhoria de direitos para mulheres e homens indígenas.

2.5. AS MULHERES DO GRUPO DE WHATSAPP

O grupo de *whatsapp* denominado MAKIRA-E'TA, criado em 14 de abril de 2017, ou seja, antes do primeiro encontro realizado em julho de 2017, foi utilizado como uma ferramenta para articular a mobilização para a reunião presencial. Neste sentido, o grupo de aplicativo converge as mulheres indígenas (coordenação, associadas, às mulheres das organizações de base, simpatizantes e não indígenas) num fórum informal num constante e diário exercício de troca de informações de toda natureza, em geral de importância para o movimento indígena ou para as mulheres indígenas, de forma mais específica. Até outubro de 2023, o grupo possuía 212 participantes, o qual também integro.

Figura 13 - Tela do grupo de Whatsapp da Makira E'ta

Fonte: print da tela do celular

As informações trocadas vão desde replicar cards ou links de interesse geral do movimento indígena que já estão em circulação nos outros grupos de *whatsapp*, como os impactos das secas ou cheias dos rios no Estado, informações sobre cursos, denúncias, falecimentos, oportunidades em editais, alinhamento sobre mobilizações, notícias do cotidiano das comunidades, etc. O grupo de *whatsapp* tem fundamental importância para uma comunicação rápida e eficiente entre as mulheres indígenas da capital e do interior do estado, contudo, deve-se considerar as variantes regionais sobre

o acesso ao sinal de internet. Mesmo com as limitações ao seu acesso, é a ferramenta que cumpre uma função importante na rede de articulação, a de comunicar.

É possível observar que a movimentação no grupo é constante, com informes diários, contudo, em geral as interações são poucos frequentes, não geram grandes discussões, a não ser que seja um assunto de interesse coletivo, como informações sobre mobilizações e, mais raros ainda são os embates provocados por divergência de opiniões.

Sobre a utilização da mídia social *Whatsapp* que permite uma interação cotidiana de mulheres indígenas na diversidade do contexto amazônico é possível mencionar J. B Thompson, um estudioso da influência da mídia e da ideologia na formação das sociedades modernas, ao afirmar que o desenvolvimento desses meios de comunicação permite novas formas de ação, interação e relacionamentos sociais, onde "os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não partilhem do mesmo ambiente espaço temporal" (THOMPSON, 2011, p. 119).

O grupo de *Whatsapp* permite, de fato, uma interação mínima necessária entre as mulheres e numa frequência diária, apesar das dificuldades de acessibilidade à internet, onde se utilizam das estruturas tecnológicas de uma rede social para viabilizar a comunicação da rede de articulação política da qual fazem parte. Sobre utilizar as redes sociais, Vermelho, Velho, Bonkovoski e Pirola (2012), fazem a seguinte referência:

> Quem adota o termo "redes", como os autores Pretto e Silveira (2008), lembra que este tem servido como metáfora para a reflexão sobre princípios de organização social, política, econômica, cultural e educacional. A palavra vem do latim *retis*, que significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. Por isso seu emprego em diferentes situações e em aplicações nos mais diversos campos de conhecimento. Segundo os autores, quando se trata de ferramentas disponibilizadas pela internet, atualmente, "[...] a noção de rede diz respeito a um princípio de organização de sistemas, o qual envolve as redes tecnológicas, as redes sociais, as redes acadêmicas e, claro, as redes das redes, gerando conhecimentos que podem contribuir para uma maior integração de ações e conhecimentos" (PRETTO; SILVEIRA, op. cit., p. 76).

O aplicativo também tem sido utilizado para fazer a inscrição de novas associadas na Makira E'ta, de mulheres de forma individual e de organizações de mulheres, ou ainda, o recadastro de associadas, através de formulários específicos disponibilizados no grupo de whatsapp. Os formulários contêm perguntas básicas sobre as associadas. Um dos itens corrobora a concepção amazônida de orientar pelos rios, conforme mencionado anteriormente, embora no formulário

disponibilizado no grupo, conste, como opções de origem das associadas, rios que não são da jurisdição do Estado do Amazonas, como o rio Xingu, rio Jari e rio Tapajós.

Essa é a constelação Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta, que protagoniza e motiva as articulações em rede, atuando dentro de suas possibilidades e localidades em torno de pautas comuns ao movimento indígena e, em especial, às mulheres indígenas.

2.6. FEMINISMO: UM TEMA QUE PERMEIA O MOVIMENTO

Em meio às discussões de gênero, torna-se inevitável relacionar uma organização do movimento de mulheres a uma organização feminista. A proposta neste tópico é um breve recorte no âmbito do universo sobre gênero a partir da vivência dos povos indígenas, questão abordada por Gramkow e Sacchi na coletânea Gênero e Povos Indígenas (2012, p. 20) e, especificamente sobre a abordagem do feminismo, dão o tom:

> Na contramão do discurso feminista pela igualdade universal de gênero, as mulheres indígenas propõem a valorização de tradições culturais diversas. O que não significa que repudiem os valores ocidentais, pois elas se inserem no universo indígena quando utilizam recursos e estratégias próprios a este sistema de valores e buscam maior informação e capacitação em diversas áreas para poderem dialogar em outras esferas, lutar pelo reconhecimento e conquistar suas demandas. Assim, não buscam nem uma dissolução da "tradição" cultural de seus povos nem uma rejeição aos valores "modernos".

O tema feminismo tem sido cada vez mais difundido e faz parte também das rodadas de conversas entre as mulheres indígenas. Entretanto, generalizar o movimento de mulheres indígenas como feminista ainda não é o momento. Percebe-se que o termo não foi apropriado pelas mulheres indígenas ao ponto de se identificarem publicamente como feministas.

Importante destacar que há organizações de mulheres indígenas que são lideradas e compostas por indígenas que se autodeclaram feministas, militantes, contudo, não necessariamente essa militância se associa ao movimento indígena de mulheres que lideram. Essa percepção merece uma análise mais reflexiva. Sacchi (2022, p. 167) descreve o tema com a devida propriedade quando afirma que: "Explicitar a existência de um feminismo indígena é fruto de uma análise externa, conforme afirma Sánchez Néstor (2005b), pois o feminismo não é um tema relevante no

interior das lutas indígenas e, embora algumas mulheres indígenas possam se definir individualmente como feministas, no espaço coletivo-organizativo isto não ocorre".

Ainda que não de maneira uníssona entre as mulheres indígenas, o conceito sobre o que possa ser considerado "feminismo indígena" vem sendo paulatinamente moldado pelo desenvolvimento de um nicho próprio, a exemplo do feminismo negro que, ao contrapor o feminismo hegemônico a uma perspectiva interseccional, passou a evidenciar a realidade das mulheres pretas, pobre e periféricas. Neste sentido, Gonzalez (1988), na sua obra intitulada *Por um feminismo afro-latino-americano*, pontua os motivos pelos quais a realidade sul americana, com toda a multiplicidade sociocultural nela contida, não se faz contemplada no conceito europeu de feminismo. Para ela, o feminismo passa a ter sentido se considerado a partir da ótica e vivências das mulheres latinas, pobres, negras e indígenas.

Heloísa Buarque de Hollanda, em "Explosão Feminista" (2018, p.302), uma coletânea que reflete a multiplicidade de feminismos, considera a temática indígena no capítulo denominado "Os feminismos da diferença" que menciona Sônia Guajajara, atual Ministra dos Povos Indígenas, ao descrever o feminismo indígena:

> "Existe um feminismo indígena, mas do nosso jeito. (...) Talvez esse não seja o termo mais adequado para nossa realidade. O feminismo soa radical, longe da gente. Mas temos sim buscado protagonismo dentro das aldeias e fora, nas nossas lutas, buscando visibilidade. (...) Para gente, esse é o nosso feminismo, se empoderar e assumir o protagonismo."

Acompanhando a linha de raciocínio de Guajajara, Márcia Mura (2022), numa matéria publicada no jornal da USP, em sua página virtual, (jornal.usp.br, afirma que para as Wayrakunas a palavra "feminismo" não pertence aos indígenas e que o movimento da qual faz parte converge com outros movimentos de mulheres, como o feminismo comunitário.

Outras mulheres indígenas têm suas falas e posicionamentos registrados quanto a não perceberem suas militâncias sob uma perspectiva feminista. Um artigo publicado em 2019 na página virtual do Governo do Estado da Bahia, intitulado "Existe feminismo indígena? Seis mulheres dizem pelo que lutam", convidadas a debaterem sobre questões como violência, igualdade de direitos e hipersexualização. Elas reiteram esse não alinhamento ao termo:

> As feministas se unem e se apoiam, mas o indígena tem um olhar diferenciado que, talvez, só convivendo ou sendo indígena para entender. Ele não é sozinho, tem muitos atrás dele.

> Então, esse pertencimento e essa força fazem com que eu não me identifique com o feminismo. (Potyra Tê Tupinambá, 2019)

> Eu não me identifico como feminista indígena. O movimento é de luta das mulheres indígenas. O feminismo não contempla as nossas pautas, dificilmente somos colocadas em debate. Nossa luta pelas mulheres indígenas é bem estabelecida. Acho que teria que ocorrer uma descolonização e ressignificação do feminismo muito grande para atrair os olhos em larga escala para nós. (Laís dos Santos Maxakali, 2019)

> Esse feminismo do jeito que é colocado não atende às visões das mulheres indígenas. A luta das mulheres indígenas está casada com a luta do movimento indígena. As pautas são interligadas, são lutas que se somam. Nossas conquistas estão relacionadas com nossa maior participação nos processos de debate, de conseguirmos pautar assuntos de nosso interesse e nos posicionarmos sem a necessidade de estarmos numa posição de disputa com os homens. (Sônia Guajajara, 2019)

> Essa palavra (feminismo) é um conceito que os brancos falam. Vamos contextualizar: o que é o feminismo? É a atuação da mulher? São espaços que a mulher assume? São responsabilidades? Se for nesse sentido, acho que sim (sou feminista), porque já venho atuando, sendo responsável por uma série de defesas e assumindo responsabilidades. Se isso for feminismo, que dizem que é a atuação da mulher, então sim. (Joênia Wapichana, 2019).

Ana Manuela Primo dos Santos Soares (2021, p.10), do povo Karipuna, Antropóloga e Socióloga, em seu artigo "Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas", aborda, sob o viés acadêmico e indígena, suas percepções sobre o feminismo indígena, uma vez que há uma constância de questionamento no meio acadêmico sobre a existência ou não e sobre como seria o feminismo indígena. Após desenvolver suas reflexões tendo por fundamento as oralidades do movimento de mulheres indígenas, Ana Manuela Soares conclui:

> Em diálogo com as vozes e escrita das parentas, busco demonstrar que nós indígenas mulheres, em contexto nacional, estamos tecendo diálogo com gênero e empoderamento feminino, isto inclusive, é algo demarcado no Manifesto da ANMIGA (2021). Mas este diálogo não está a nos definir como movimentos feministas indígenas. Reconhecemos e fortalecemos as lutas e demandas de nossas aliadas. Mas temos raízes distintas. Compreendendo também, que conversar com outros movimentos de mulheres é algo que nos traz conhecimentos para contribuir e fortalecer as nossas próprias lutas enquanto mulheres originárias.

O termo "indígenas mulheres" vem sendo difundido no meio e Ana Manuela Soares (2021, p. 2, nota de rodapé) explica: Utilizo o termo "indígena mulher" ao invés de "mulher indígena", pois, em diálogos e convivências com parentas que também são discentes na Universidade Federal

do Pará (UFPA), percebi em seus discursos o consenso de que a palavra indígena deveria vir antes da palavra mulher. Isso porque, antes de sermos mulheres, somos indígenas, somos Karipuna, Guajajara, Baré, Tembé. Uma vez presenciei uma parenta relatar: “nós nascemos indígenas, já ser mulher é algo que é construído posteriormente”. Ou seja, nascemos com a identidade de um povo e mais tarde nos constituímos como mulheres dentro dele. Em acordo com o que dizem as parentas e com o que escreve a antropóloga Camille Castelo Branco (não indígena), o povo ao qual uma indígena mulher pertence é um marcador mais específico em suas trajetórias e narrativas do que os marcadores de gênero (Barata, 2018, p. 13).

A não apropriação do termo feminista pelas organizações de mulheres indígenas não significa a inexistência de discussões que reflitam sobre o assunto, principalmente no meio acadêmico. Ao contrário, já é considerável a bibliografia que discute a temática e constata a ressignificação do feminismo (colonial) e abre um nicho que passa a destacar as especificidades das mulheres ameríndias como forma de descolonização do termo.

Neste sentido, as análises se direcionam às pautas e lutas das mulheres indígenas como uma nova aba do feminismo, descolonizado, comunitário ou ecofeminismo que, invariavelmente, remete à ancestralidade dos povos originários e a sua perspectiva em relação ao seu modo de existir e de se relacionar com o planeta, em franco contraponto ao feminismo ocidentalizado. Sabino e Santos (2023, p. 03) consideram o feminismo decolonial:

> Assim, a partir de uma nova lente, o feminismo decolonial alia as lutas contra a violência de gênero, o estupro, o feminicídio e a dominação masculina às lutas contra as desapropriações, o neoextrativismo, a destruição do meio ambiente, o uso de agrotóxicos, os latifúndios, a monocultura (Vergès, 2020). São lutas que têm como base os conhecimentos e as sabedorias ancestrais das mulheres autóctones, expropriadas de seus próprios territórios; das mulheres negras e de suas antepassadas escravizadas, que tinham seus corpos disponibilizados e sexualizados; e das mulheres que sempre se posicionaram contra o capitalismo e o imperialismo, contra o apagamento e a alienação cultural.

Nessa linha, Julieta Paredes, indígena do povo Aymara, da Bolívia, se destaca como uma das principais defensoras da proposta do feminismo comunitário como uma vertente própria das mulheres originárias da América Latina e que não se confunde com o feminismo de origem europeia, em razão do contexto e concepções totalmente diversas. Paredes (2020), ao proferir uma

palestra ao PPGAS/UFMS, de forma remota, afirmou não se reconhecer como feminista e sim como feminista comunitária, por não serem filhas da Revolução Francesa.

E é justamente esse distanciamento da origem do feminismo advindo de uma realidade e contexto diverso ao das mulheres indígenas latinoamericanas a essência do feminismo comunitário, que busca dissociar a luta das indígenas do feminismo hegemonicamente disseminado como forma de resistência às opressões colonizadoras e reafirmando o vocábulo originário das línguas indígenas, rechaçando as palavras introduzidas pelos colonizadores, prática que Paredes, numa entrevista ao site Catarinas, em 2020, denomina como epistemologia descolonial:

> As irmãs perguntavam porque nós nos chamávamos feministas, uma palavra feia, colonizadora. Nós passamos a nos chamar em nosso idioma *Q'amasa Warminanaka*, que significa a força das mulheres, na Língua Aymara. Nós podemos entrar em um congresso de mulheres feministas assim lindas como nós somos, as mulheres indígenas, e nos posicionarmos. Nós também somos mulheres que lutamos. Não somos aprendizes de feministas.

Outra vertente do feminismo que pode ter proximidade com o movimento de mulheres indígenas é o Ecofeminismo pela conexão dos princípios similares que almejam uma sociedade climaticamente justa, ambientalmente sustentável e igualitária.

Bárbara Flores (2022, p.3), ao pesquisar comunidades indígenas, identificou que as práticas tradicionais das mulheres estão alinhadas aos fundamentos do ecofeminismo a partir da ancestralidade no exercício do bem-viver que evidencia uma relação diferenciada dos povos indígenas com o seu território. A autora acredita que princípios do ecofeminismo e práticas das comunidades, ambos numa perspectiva ampla, estão em consonância com a tentativa de mitigar os impactos ambientais nas variadas nuances. No mesmo entendimento, Valéria Andrade (2008, p. 69) defende que,

> A abordagem ecofeminista considera a relação que as mulheres indígenas possuem com a biodiversidade como uma relação com o sagrado, que reelabora a preservação e integridade das futuras gerações com a natureza, seus ciclos, animais, água, terra. No ecofeminismo, o termo Mãe-Terra conceitua a Terra como um ser vivo, que tem a diversidade como limite da natureza (Shiva, 1993). A contribuição das mulheres indígenas na elaboração das políticas públicas coloca em perspectiva maiores opções para um futuro sustentável, tanto nos projetos quanto nos processos de gestão ambiental.

A perspectiva da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) evoca a ancestralidade contidas nos "corpos-territórios" das mulheres indígenas dos diversos biomas brasileiros, como a Amazônia, onde se insere a Makira E'ta. Os

corpos das mulheres indígenas, para além do físico, são carregados de conhecimentos, heranças ancestrais e espirituais, e de sabedoria coletiva sobre como interagir em harmonia com os recursos naturais do ambiente terrestre e, para tanto, é necessário "reflorestar mentes".[31]

> (...) trata-se de um grande chamamento que fazemos à humanidade, na tentativa de proporcionar a todos os povos do mundo uma nova forma possível de nos relacionarmos com a mãe terra e também entre nós, seres que nela vivemos (Mulheres:corpos-territórios indígenas em resistência!- COMIM)".

Embora, em momento algum, a ANMIGA faça relação ao feminismo, a evidência ao protagonismo sobre os corpos-territórios de mulheres indígenas, atrai abordagens que teorizam sobre o cunho feminista dessa iniciativa.

Ivânia Vieira (2017, p.140), na sua tese intitulada "Lugar de mulher: a participação da indígena nos movimentos feministas e indígenas do estado do Amazonas", descreve o feminismo na visão das indígenas da seguinte forma:

> No conjunto das preocupações das indígenas, o feminismo aparece como ideia diluída nas lutas das mulheres nas organizações e nos movimentos indígenas. Não tem centralidade. Quando instadas a falar sobre feminismo ou quando situam episódios relacionando-as ao feminismo, as indígenas não recorrem a uma conduta de tendenciosidade, transmitem uma sensação de cuidado no trato do tema, de respeito mesmo quando demonstram ter dificuldade em se autoafirmarem feministas e em localizar nas lutas feministas uma pauta que as inclua sem generalizá-las. Existe uma percepção comum a essas mulheres que o modelo vigente de feminismo as oculta ou secundariza o lugar das indígenas nesse movimento. É como se mais uma vez fossem tornadas invisíveis. Esse sentimento é explicitado sem rancor, sem críticas abertas ou cobranças às feministas. As indígenas se posicionam cordial e afetivamente em relação às outras mulheres feministas, enquanto seguem em suas lutas à procura de aproximações, das elaborações de atitudes solidárias entre as mulheres e na feitura de possibilidades de abrir caminhos próprios não isolados e em experimentos de convivência intercambiáveis.

Aline Regitano e Chloe Nahum-Claudel (2021) entendem que há pontos de diálogo quando os feminismos de várias convicções se encontram com as vidas das mulheres indígenas, pois eles se implicam, transbordam e, neste sentido, as autoras exemplificam: o fortalecimento das práticas coletivas das mulheres; o criar/transmitir pedagogia feminina; o nutrir redes através do espaço e entre gerações; o inovar as respostas a novas ameaças ao bem-estar/as novas formas como os códigos de gênero os restringem.

---

[31] De acordo com uma matéria veiculada pela comunicação da ANMIGA no site do CIMI, reflorestar mentes "Trata-se de um grande chamamento que fazemos à humanidade, na tentativa de proporcionar a todos os povos do mundo uma nova forma possível de nos relacionarmos com a Mãe Terra, e também entre nós, seres que nela vivemos".

Sobre essa diversidade de possibilidades abarcada pelo tema feminismo, ao considerar a ótica das mulheres indígenas sobre o tema, a antropóloga Ângela Sacchi (2022, p. 169) afirma:

> Diante da pluralidade de mulheres, é igualmente necessário uma análise da aplicabilidade de categorias construídas como universais (gênero, igualdade, empoderamento) em contextos diversos. A possibilidade de um feminismo da diversidade, conforme Hernández Castillo (2003), pode ser produzida a partir da historicidade das categorias de gênero (para evitar o feminismo universal) e de cultura (para evitar o essencialismo cultural). Além disso, considerar a inter-relação entre as lutas sociais e os processos globais de dominação capitalista, pois reconhecer essas conexões permite a construção de articulações e de redes de solidariedades entre mulheres (Hernández Castillo 2008a). O reconhecimento e a historicidade das diferenças possibilita repensar as estratégias globais a partir de uma política de alianças que recupera a diversidade entre mulheres e enriquece os projetos políticos feministas (Hernández Castillo, 2003). Tais perspectivas vão de encontro às palavras de Rivera Zea no início desta seção em que declara que o mais importante não é a identificação ao feminismo, mas a possibilidade de se estabelecer alianças entre mulheres na luta por todas as formas de injustiça.

Nesse contexto de discussões sobre a inclusão do movimento de mulheres indígenas na caixa do feminismo, seja sob qual título for, a Rede de Mulheres do Estado do Amazonas - Makira E'ta continua a desenvolver suas atividades, como a grande maioria das organizações de mulheres indígenas, discutindo a melhoria de políticas para as famílias indígenas, melhor saúde, melhor educação, oportunidades geradoras de renda, garantia e proteção de territórios, enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres, sem se identificar como uma organização feminista.

As interlocutoras da Makira E'ta Rosimere Arapaço, Raquel Munduruku e Socorro Baniwa foram questionadas se consideravam a Makira E'ta uma organização feminista e se elas próprias se consideravam feministas. Rosimere Arapaço disse que a Makira E'ta é uma organização idealizada para defender os direitos das mulheres indígenas, sob as perspectivas de gênero e assuntos geracionais, é uma organização liderada pelas mulheres indígenas, voltada para o bem coletivo e individual, seja dentro dos territórios indígenas demarcadas e não demarcadas, nas sedes dos municípios, na sede da capital.

Fabiana Vinente dos Santos e Maria Assunta Pedrosa Ferreira (2022) igualmente mencionam uma fala de Rose Arapaço ao refletirem sobre feminismo decolonial a partir do movimento de mulheres da Amazônia brasileira:

> Em qualquer lugar que eu vou me perguntam: 'Você é indígena feminista?' Minha resposta é: Trabalho pela coletividade, pelo meu povo, pelas mulheres indígenas. Nós não pensamos exatamente igual como pensam as feministas da cidade. Não é assim. E penso que nossa forma de atuação não pode ser comparada às formas como as feministas atuam para que

> não digam que somos isso ou aquilo, como tanto pesquisador já escreveu ao tentar enquadrar a forma de ser das indígenas pelo aquilo que eles acham que somos. Estamos juntos com as companheiras feministas em várias frentes, elas são importantes para nós, nos apoiam, estamos aprendendo a nos respeitar, mas não somos feministas. Não somos nem melhores nem piores, nem mais nem menos em relação a elas. Apenas temos outra forma de ver e compreender o mundo enquanto povo e mulher indígena (ROSEMEIRE TELES apud VIEIRA, 2017, p. 68).

Sobre considerar a Makira E'ta uma organização feminista, Raquel Munduruku, ao responder o questionário, preferiu dizer que são movimentos diferentes devido às características do feminismo. E sobre se considerar feminista:

> Sou mulher indígena com visão e pensamentos diferentes, sou a favor sim dos direitos da mulher, direito dos povos indígenas para que possamos ter e viver em paz com liberdade de ir e vir dentro dos nosso territórios, sem nenhuma descriminação, preconceitos e ou rancor, afinal somos uma sociedade indígena que só fazemos o bem para natureza. Esta natureza que o homem branco só pensa em destruir, ao destruir a natureza é declarar o extermínio da nossa sociedade que só prezamos pelo respeito e sabedoria dos nossos anciões (Raquel Mundukuru, setembro/22).

Percebo que as temáticas prioritárias para as mulheres indígenas o são também para o movimento feminista como, por exemplo, a busca por uma justiça climática, o enfrentamento à violência baseada em gênero, ou a própria importância do protagonizarem suas pautas. Entretanto, tentar enquadrar ou rotular o movimento de mulheres indígenas como feminista, seja em qual vertente for, não haverá ressonância porque talvez ainda não seja uma questão e nem venha a ser.

Não faz parte da agenda a busca por um nivelamento ao patamar dos homens indígenas, onde supostamente eles estejam numa posição hierarquicamente diferenciada. Mulheres indígenas ancestralmente não foram subjugadas pelo patriarcado. Mulheres indígenas se unem e visibilizam assuntos que importam ao seu coletivo, à sua comunidade, aos seus pares, e neles estão incluídos os homens indígenas, numa relação de complementaridade: "Diferentemente do posicionamento político antagônico assumido por feministas, as mulheres indígenas se colocam no movimento indígena, sobretudo em sua fase inicial, de modo complementar à luta dos líderes masculinos (ORTOLAN MATOS, 2012, p. 140)".

Fabiana Vinente (2012, p. 103) ao analisar mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia conclui que "Ao movimento feminista fica a tarefa de buscar o diálogo junto a estas novas "atrizes sociais", abrindo mão das "certezas" sobre as relações de gênero da

sociedade ocidental, em função da construção de novos paradigmas apresentados como desafios na abordagem do gênero em outras culturas e alteridades."

Apesar do movimento de mulheres indígenas e o feminismo eurocêntrico não caberem na mesma caixa, isso não quer dizer que sejam antagônicos. São movimentos sociais que defendem a garantia de direitos e a efetivação de políticas públicas que contemplem as respectivas bandeiras de luta. Neste sentido, é a reflexão de Aline Regitano e Chloe Nahum-Claudel (2022, p. 19) sobre as perspectivas feministas na Amazônia indígena:

> Fazer torções dos feminismos múltiplos se provou útil para dialogar sobre experiências de pessoas que se entendem por mulheres, em contextos diversos, e compartilham de pautas e estratégias comuns. Se as agendas dos movimentos feministas não-indígenas não contemplam as questões de mulheres indígenas, vemos que as ferramentas de luta, de organização e de manifestação política sim, as serviram.

Rita Segato (2012, p. 19), ao tecer suas reflexões sobre gênero e colonialidade, demonstra que, ao relacionarmos a mulher indígena ao feminismo, incorremos no que ela descreve como universalização da cidadania:

> Em suma e recapitulando, quando, em um gesto que pretende a universalização da cidadania, pensamos que se trata de substituir a hierarquia que ordenava a relação de homens e mulheres por uma relação igualitária, o que estamos realmente fazendo é remediando os males que a modernidade já introduziu com soluções também modernas: o Estado entrega com uma mão o que já retirou com outra. De modo distinto do "diferentes, porém iguais" da fórmula do ativismo moderno, o mundo indígena se orienta pela fórmula, difícil para a nossa compreensão, de "desiguais, porém distintos". Ou seja, realmente múltiplos, porque o outro, distinto, e ainda inferior, não representa um problema a ser resolvido. O imperativo da equiparação desaparece. É aqui onde entra, proveitosamente, o entre-mundo da modernidade crítica, fertilizando a hierarquia étnica com seu discurso de igualdade e gerando o que começa a chamar-se cidadania étnica ou comunitária, que somente poderá ser adequada quando partir do foro interno e a da jurisdição própria, ou seja, do debate e deliberação de seus membros, que tecerão os fios de sua história particular.

A intenção neste capítulo foi apresentar as mulheres que compõem a rede e construir uma linha de raciocínio sobre qual seria o posicionamento das organizações de mulheres indígenas em relação aos feminismos. A percepção é que não há uma resposta definidora, pois configura-se como um processo em construção onde ser ou não feminista não é uma preocupação das mulheres indígenas ou de suas organizações, considerando que as pautas pelas quais lutam dentro do universo de defesa de direitos indígenas já são suficientes. Se pensarem como feministas não é uma pauta, ainda, a questão vem sendo academicamente desenvolvida, inclusive por autoras indígenas que

trazem para o feminismo uma versão descolonizadora, como pensar o corpo-território e consideram uma ótica ancestral a partir do modo de vida dos povos originários e de sua relação com a Mãe Terra. De qualquer forma, nesse momento do processo, ainda é imaturo afirmar que ser uma organização de mulheres indígenas a torna uma organização feminista.

CAPÍTULO 3 – A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA REDE

3.1. A REDE QUE SE ESTENDE PARA ALÉM DO AMAZONAS

Para além do Estado do Amazonas, as vozes dos povos indígenas do Amazonas ecoam também, e fortemente, através da Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Como o próprio nome diz, é composta por organizações indígenas representativas dos 9 (nove) estados da Amazônia Brasileira. No período de 2017 a 2022, a rede COIAB[32], pela primeira vez teve uma mulher, Nara Baré, do Rio Negro, noroeste amazônico, ocupando o cargo máximo da coordenação executiva.

Respeitando as configurações territoriais e de afinidade étnica, de forma mais local, foram estabelecidas 64 sub-regiões que não necessariamente dizem respeito a uma única unidade federativa. A COIAB compõe como organização de base da articulação nacional da APIB, juntamente com as organizações indígenas das outras regiões do país: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN SUL); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPIN-SUDESTE); Grande Assembleia Guarani Kaiowa-ATY GUASU; Comissão Guarani Ivyrupa e Conselho do Povo Terena.

No âmbito da América Latina compõe e dialoga com a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), representativa do movimento indígena dos seguintes países, além do Brasil: Colômbia, Peru, Equador, Suriname, Guiana, Venezuela e Guiana Francesa.

No contexto amazônico, nacional e internacional, essa teia também é tecida pelas mulheres do Amazonas, assim como as dos outros estados, pois são a base da UMIAB, hoje organização

[32] A COIAB define a sua atuação em rede que é composta por associações locais, federações regionais, organizações de mulheres, professores, estudantes indígenas, e subdividida em 64 regiões de base. https://coiab.org.br/quemsomos

"irmã" da COIAB, que se originou do Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB. A UMIAB compõe o organograma da COIAB como uma organização do movimento indígena da Amazônia para mulheres e está situada ao lado da COIAB, conforme figura abaixo:

Figura 14: Estrutura da Rede COIAB

FONTE: coiab.org.br

A UMIAB dialoga também no cenário nacional com a APIB e com a recém-criada ANMIGA e, internacionalmente, com a COICA através da Coordenação de Mulheres e Família. Esse organograma, retirado do site da COIAB, não está atualizado, considerando que onde figura a logomarca da COIPAM enquanto base da COIAB no Amazonas, ela deverá ser substituída pela APIAM.

A configuração da articulação política indígena apresenta-se da seguinte forma: uma comunidade/aldeia/organização local está ligada a um movimento indígena regional de caráter federativo regional (juridicamente constituído ou não), que compõe uma representatividade estadual, formando a base da COIAB. Esta, por sua vez, compõe a APIB no âmbito nacional e, no internacional latino, a COICA. Parece, de fato, uma rede formada por unidades autônomas com representatividade própria, arranjo de união que tem surtido bastante efeito prático na defesa dos direitos, haja visto o plano emergencial da COIAB para o enfrentamento da pandemia da Covid 19[33]. A atuação articulada da com as suas organizações de base foram determinantes para que o mal não se alastrasse entre os povos indígenas. A organização coordenada de ações permitiu a contabilização de números através do aplicativo Alerta Indígena Covid-19 para confrontar dados

[33] Sobre o Plano de Ação Emergencial de Combate ao Avanço do Coronavírus e de Tratamento entre os Povos Indígenas da Amazônia Brasileira ver https://coiab.org.br/covid

oficiais divulgados pelo governo brasileiro que não retratavam a realidade das comunidades indígenas[34].

Nesse panorama organizativo, a pauta de ordem gira em torno da importância planetária do modo de viver ancestral indígena, no respeito aos territórios e à diversidade de cosmovisões de cada povo, constituindo-se em força política da agenda ambiental e também de reivindicação pelo reconhecimento dos direitos indígenas. Cada vez mais os povos indígenas do Brasil e, em especial, da Amazônia, tem espaço de fala em eventos internacionais como, por exemplo, a Convenção das Partes (COP), realizada anualmente. No ano de 2021, a participação dos povos indígenas da Amazônia foi maior do que a de anos anteriores, onde a jovem indígena Txai Suruí fez um discurso de impacto destacando a emergência climática e a necessidade de defender os territórios e povos indígenas. A manifestação foi proferida por ela em inglês. As mulheres indígenas do Brasil e do Amazonas tiveram participação ativa, COIAB, UMIAB e ANMIGA se somaram à delegação brasileira. Mais recentemente, em 2023, pela primeira vez, a delegação brasileira na COP foi chefiada por uma mulher indígena, a Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, o que significa um marco a ser celebrado.

No passado muito próximo, marcado pelo governo Bolsonaro, o contexto político de flagrante desrespeito aos povos indígenas e à Amazônia demandou esforços redobrados e estratégias refinadas e modernas de ataque e proteção com o apoio de parcerias que buscam se unir pela defesa da vida.

As mulheres indígenas do (e no) movimento se juntam e somam forças em torno dessa estratégia, trazendo as pautas que lhes são caras e que convergem para o todo, a defesa pelo território como fonte de vida material, espiritual e cultural, a luta pelo respeito à diversidade de ser indígena em todos os espaços e a partir de contexto diversos, de aldeias, de comunidades interiorizadas ou urbanas. O movimento indígena vive a constante luta pela defesa e garantia do direito de existir indígena.

Nesse contexto, a Makira E'ta vem cumprindo sua representatividade estadual participando da complexa e intensa agenda do movimento indígena, não somente de mulheres, mas das políticas públicas em geral, com participação ativa em conselhos estaduais, municipais, fóruns,

[34] Sobre o Relatório do Plano Emergencial COIAB: https://s3.amazonaws.com/appforest_uf/f1621606455846x599118826368316700/RELATO%CC%81RIO%20DO%20PLANO%20EMERGENCIAL%20COIAB_versa%CC%83ofinal.pdf

reuniões e, principalmente, em mobilizações, como a *Terceira Marcha das Mulheres Indígenas*, que ocorreu no período de 10 a 13 de setembro de 2023, em Brasília.

3.2. QUANDO AS MULHERES SE ENCONTRAM

Em 2020, no período de 23 a 26 de outubro, na comunidade Três Unidos, no rio Cuieiras, no Baixo Rio Negro, ocorreu a I Assembleia Geral Eletiva da Rede de Mulheres Makira E'ta, com eleição de diretoria e aprovação do Estatuto Social. A ameaça do vírus COVID-19 impediu uma presença mais robusta na reunião, contudo, a reunião contou com a presença de 38 participantes, de regiões diversas do Amazonas, como rio Negro, rio Solimões, baixo rio Amazonas, além de representantes de importantes organizações de mulheres indígenas se fizeram presentes como a AMARN, AMINSA, o DMIRN/FOIRN. A presença dessas organizações imprimiu uma maior legitimidade à organização que estava sendo criada naquele momento e reforçou o propósito da existência de uma rede de mulheres indígenas no Amazonas, como já estabelecido na reunião realizada em 2017, na sede da COIAB.

A realização de reuniões presenciais na região Amazônica, a exemplo da assembleia eletiva da Makira E'ta, significa despesas consideráveis, pois a prática adotada é que o convite para participar de eventos (reuniões, assembleias, oficinas, etc) já garanta o deslocamento (passagens, hospedagem e alimentação). O recurso que garantiu arcar com as despesas da realização do evento eletivo foi fruto de um projeto denominado "Cunhã Eta", realizado em parceria com a FAS, e no qual a Makira E'ta era a beneficiária.

Figura 15 - Local da I Assembleia eletiva da Makira E'ta

Fonte: Acervo próprio

A dinâmica dos três dias de assembleia manteve o padrão usual do movimento indígena, onde a programação destina o primeiro dia para a cerimônia de abertura, com a fala de boas-vindas, agradecimento aos anfitriões pela acolhida, seguida pela rodada de apresentação dos participantes, atividade que se deu na primeira noite. Os dois dias seguintes foram destinados a discutir sobre a importância da criação de uma representação estadual, sua finalidade, proposta de estatuto e, enfim, no último dia, a eleição da diretoria executiva e conselho fiscal[35].

Figura 16 - Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

Fonte: instagram @makiraeta

Embora a Makira E'ta estivesse naquele momento nascendo como uma organização representativa de mulheres indígenas do Estado, ela já se desenhava com um status de uma federação, ou seja, congregando mulheres individualmente, mas também mulheres representantes de organizações indígenas representativas de suas localidades, correspondendo à aspiração inicial para a qual foi criada, a de ser o meio para ressoar as vozes das mulheres indígenas do Amazonas. E isso significou reunir e ecoar a diversidade étnica e regional através das demandas das organizações já estabelecidas a partir de suas realidades locais.

A leitura do estatuto provocou discussões diversas para que o texto final ficasse de fato representativo do que a organização se propunha a executar em rede. Artigo por artigo foi repassado

[35] Os nomes das mulheres eleitas foram dispostos anteriormente no item 4.2 - As associadas e as mulheres da Coordenação Executiva.

e discutido atentamente, um exercício que me fez dividir a atenção enquanto assessora, razão para a qual tinha sido convidada, e pesquisadora.

Estatutariamente, no seu art. 1º, parágrafo único, a Makira E'ta se reconhece como uma *entidade de promoção e defesa dos direitos e protagonismo da mulher indígena do Amazonas.* O documento legal segue mencionando as finalidades da organização, cuja primeira é "*Promover os direitos das mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos indígenas, com objetivo de diminuir as vulnerabilidades sociais e desenvolver potencialidades".*

A partir dessa diretriz já se observa o caráter abrangente, não restritivo, de coletividade inerente ao modo de viver indígena e define a luta coletiva, da família como bandeira, não limitando o ativismo somente na figura das mulheres. A leitura dessa primeira finalidade durante a assembleia ocasionou uma discussão sobre gênero que, particularmente, esperava que ocorresse, mas não tinha certeza se aconteceria e nem legitimidade para provocá-la caso não fosse mencionada.

O assunto em questão era sobre a identidade de gênero e orientação sexual da juventude indígena. A manifestação foi provocada por uma então doutoranda de Antropologia do Museu Nacional, Maria Isabel de Oliveira da Silva, do povo Dessana, Tesoureira da AMARN. A intervenção foi no sentido de que a Makira E'ta também teria a atribuição de discutir e acolher a diversidade de gênero, o que foi acatado por todas, sem resistência. E em dezembro de 2023, a Makira E'ta banca a demanda da juventude indígena e realiza um encontro mais estruturado sobre a temática da diversidade sexual entre os indígenas com o evento denominado 1º Encontro de Cacicas: Troca de Saberes, Aliança e Fortalecimento de Mulheres Indígenas e LGBTQIAPN+, realizado em Manaus, no Centro Cultural Povos da Amazônia.

Outro momento de destaque foi a escolha da logomarca da organização que, até aquela data, era o desenho de um pentagrama, que representava o formato da estrela (*eta*, na língua Tikuna) de aparência artesanal. Na assembleia, à guisa de uma espécie de concurso, foram apresentados quatro desenhos elaborados por jovens da comunidade de Cartucho, município de Barcelos, para que o público presente escolhesse a futura logomarca oficial da Makira Eta. O desenho escolhido representa uma mulher artesã. A elaboração de desenhos pela juventude da Comunidade Cartucho, em Barcelos, surgiu, segundo relato da Coordenadora da Makira E'ta, Socorro Baniwa, quando da realização de uma atividade de um projeto. Identificaram que a juventude estava desolada pelo fato de um outro jovem ter cometido suicídio e a proposta para elaboração de um desenho que seria escolhido para ser a novo logomarca da Makira E'ta trouxe um novo ânimo.

Figura 17 - Primeira logomarca da Makira E'ta

Fonte: Amazônia Real Foto : Fábio Zuker, disponível https://amazoniareal.com.br/mulheres-indigenas-sentem-na-pele-o-retrocesso-na-demarcacao/

A realização da assembleia geral da Makira Eta como um dos requisitos formais a serem cumpridos para a aquisição da personalidade jurídica constituiu-se também como um espaço de encontros e reencontros, construção de agendas à guisa de um esboço de planejamento e, principalmente, articulações, propósito inicial para qual foi gerada.

Na prática, a Rede Makira E'ta, passado o seu primeiro triênio de gestão, tem buscado o diálogo com as suas bases em todo o Estado do Amazonas. Essa conexão para uma construção conjunta de agenda, principalmente política, alinhada com as pautas do movimento indígena local, regional e nacional, garantem o seu fortalecimento enquanto organização de representação estadual.

3. 3. A MARCHA DE MULHERES INDÍGENAS

Embora seja recorrente alegar as dificuldades de logística do Amazonas em razão das grandes distâncias e o alto custo financeiro para garantir a presença de participantes das diversas regiões do estado num encontro, as mobilizações têm sido possíveis e relativamente constantes. As organizações indígenas, ao longo dos últimos anos, estão conseguindo, com o apoio de parceiros, mobilizar grandes caravanas para os acampamentos em Brasília, como estratégia política para defesa de direitos

dos povos indígenas. O *Acampamento Terra Livre*, que ocorre anualmente em Brasília há quase 30 anos, e a *Marcha das Mulheres Indígenas* são exemplos da superação das adversidades geográficas e financeiras.

A *Marcha das Mulheres Indígenas* ocorre a cada dois anos, em Brasília, e vem se estratificando como o ápice de articulações políticas no movimento de mulheres originárias, a exemplo do *Acampamento Terra Livre* (ATL). Sobre a Marcha, uma matéria de 08/08/2019 no site do CIMI descreve:

> A Marcha é uma conquista de muitas mulheres, pertencentes a diversos povos que lutam diariamente a fim de dar visibilidade e voz para as suas causas próprias. A Marcha é fruto de uma extensa luta por reconhecimento e espaço dentro dos movimentos indígenas e também perante a sociedade brasileira. Telma Taurepang, atual coordenadora da UMIAB – União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira – vem de um povo de mulheres de luta e foi a primeira coordenadora mulher no Conselho Indígena de Roraima. Telma conta que essa luta vem de longe: "No ATL (Acampamento Terra Livre) de 2016, aconteceu a primeira plenária de mulheres indígenas. Aquele momento foi um marco histórico para nós mulheres. Esse reconhecimento da luta das mulheres, do nosso protagonismo dentro da Mobilização Nacional Indígena, dentro do país. Em 2017, surge a segunda plenária, em que foi homenageada nossa liderança Rosane Kaingang. Na sequência, em 2018, ocorreram três plenárias das mulheres indígenas. Então, isso impulsionou o coletivo, a voz das mulheres indígenas pra que realmente acontecesse a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. Mas antes disso, lá em 2014, em Campo Grande, surgiu a discussão para que houvesse essa marcha. Esse grupo deu referência à voz das mulheres indígenas em um projeto dentro da ONU. Começaram lá as discussões e o planejamento para essa marcha que vai acontecer. Então essa é uma luta muito grande, em um contexto que vem há muito tempo sendo de muita resistência e que muitas das vezes nos deixam um pouco de lado, quando temos algumas organizações que não reconhecem ou que não nos veem dessa forma positiva dentro do próprio movimento indígena." https://cimi.org.br/2019/08/mulheres-em-luta-as-principais-pautas-da-1a-marcha-das-mulheres-indigenas/

A primeira Marcha, em 2019, teve como tema "Território: nosso corpo, nosso espírito". A segunda Marcha foi realizada em 2021, com a frase de emblema "Mulheres Originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra". Destaca-se que as duas primeiras Marchas ocorreram no período do governo Jair Messias Bolsonaro (2019/2022), cuja gestão estatal orientava-se por princípios antidemocráticos, fundamentalistas, e se posicionava de forma contrária aos direitos sociais, de minorias e, declaradamente, de indígenas. Nesse contexto, mulheres indígenas demarcaram territórios políticos na capital federal demonstrando resistência.

Da mesma forma, as mulheres originárias do Amazonas estiveram também unindo forças nesses momentos emblemáticos fazendo jus ao importante histórico de participação ativa na luta pelos direitos dos povos indígenas e pelo fortalecimento do movimento. Mais especificamente, a

Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta participou da construção coletiva desses momentos de articulação política de alcance nacional, como registrou o jornalista Luis Miguel Modino, do Instituto Humanitas Unisinos, ao citar uma das mulheres idealizadoras e fundadoras da Rede Makira E'ta que, atualmente, ocupa o cargo de Vice-Coordenadora da associação:

> Uma das participantes dessa marcha será Rosimere Maria Vieira Teles, que faz parte da coordenação da Rede das Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas – Makira-Êta, e da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira – UMIAB. Ela afirma que "o discurso do governo hoje é acabar com a população indígena", algo que se sustenta nos constantes ataques de um governo ao serviço do capitalismo que mata."(IHU - Instituto Humanitas Unisinos)

Mesmo com as dificuldades impostas pelo recém eleito governo Bolsonaro ao movimento indígena no contexto político, social e econômico, as mulheres indígenas do Amazonas contabilizam conquistas significativas, a exemplo do ocorrido no dia 17 de outubro de 2019, quando uma nota na rede social da Mídia Ninja registrou que a Coordenadora Geral da COIAB, do povo Baré, primeira mulher a ocupar o cargo na instituição, foi agraciada com o prêmio internacional de liderança indígena do ano – ALNOBA. A homenagem foi prestada por empresas norte-americanas a líderes indígenas fora dos EUA "*que atuam como um defensor da Mãe Terra, inspirem as comunidades à ação, honrem e apliquem as crenças e conhecimentos tradicionais aos problemas ambientais mais prementes de nossos dias"*.

Outra conquista ocorreu por ocasião do Dia dos Direitos Humanos, comemorado em 10 de dezembro, quando as Embaixadas da França e da Alemanha concederam o Prêmio Franco-Alemão de Direitos Humanos e do Estado de Direito também à representante da COIAB em reconhecimento ao seu compromisso com a proteção do meio ambiente e a defesa dos direitos indígenas, fato registrado no site da COIAB. Nara Baré é uma das mulheres indígenas que participou da reunião de criação da Makira E'ta em 2018, na sede da COIAB e, atualmente, ocupa uma posição de destaque na área técnica de uma organização não governamental internacional que financia projetos dos povos indígenas.

Passados seis anos da primeira edição da I *Marcha das Mulheres Indígenas*, é possível analisar o conjunto que dá forma à mobilização nacional. A convocação para participar desse momento bianual parte, atualmente, da Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade – ANMIGA.

As duas primeiras Marchas servem de parâmetro para delinear a dinâmica dessa mobilização exclusiva das mulheres indígenas que se assemelha à do *Acampamento Terra Livre*. Delegações de mulheres de todos os estados do país organizaram-se para participarem de quatro dias de intensa programação, que consiste em palestras, debates, reuniões que ocorreram num espaço cedido pelo Governo do Distrito Federal, no qual estabeleceram o acampamento e a tenda maior onde ocorreram as reuniões.

Parceiros, pretensos financiadores, apoiadores, universidades, políticos e simpatizantes da causa aproveitaram a oportunidade para fazerem reuniões paralelas, individualizadas com lideranças e representações de determinadas regiões. Desses momentos de mobilização em Brasília, assim como no ATL, surgiram ou se fortaleceram conexões variadas que fomentam o movimento indígena.

Mulheres indígenas de outros países também têm participado, como demonstra parte de uma matéria veiculada virtualmente pela Plataforma de Aprendizagem Todos os Olhos na Amazônia , em 19/10/2021:

> Durante a tarde, houve uma mesa destinada à expressão das mulheres indígenas internacionais presentes no evento. Ainda que a Marcha tenha um enfoque na agenda brasileira, desde sua primeira edição, em 2019, há uma grande abertura em relação à participação de mulheres indígenas de outros países. Conforme reiterado diversas vezes ao longo da programação, as fronteiras nacionais foram estabelecidas por colonizadores que não compreendiam e tampouco consideraram os povos, comunidades, rios e florestas existentes na região. A luta dos povos indígenas é a mesma e a união das mulheres indígenas se faz ainda mais necessária para fortalecer alianças regionais e lutar contra desafios que lhes são comuns, independentemente de nacionalidades. A mesa reuniu representantes de organizações nacionais indígenas de seus respectivos países, que compartilharam os desafios enfrentados em seus territórios, o impacto da pandemia de COVID-19 em suas comunidades, e a dupla discriminação que enfrentam por serem mulheres e indígenas. Também foi citada a importância da união entre essas mulheres pela proteção das florestas, dos rios, dos territórios e, inclusive, de seus corpos. Estiveram presentes nessa mesa: Nemo Andy (Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana – CONFENIAE, Equador) e Violeta Irey (Federação Nacional do Rio Madre de Dios e Afluentes – FENAMAD, Peru), cuja participação contou com o apoio da Hivos; além de Nina Gualingua (Organização Mulheres Amazônicas, Equador); Lineth Calapucha (Povo Kichwa de Pastaza, Equador); Cándida Dereck (Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas – AMPB, Honduras); Amalia Hernandez (Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas – AMPB, Honduras); Bernice Serataya (Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia – Oriente, Chaco e Amazônia – CIDOB, Bolívia), cujas participações tiveram o apoio de organizações internacionais como Amazon Watch, Aliança Global e Consórcio TICCA (Territórios de Comunidades Indígenas e Tradicionais Conservadas). (https://toamazonia.org/ii-marcha-das-mulheres-indigenas/?lang=pt-br)

Os temas de debate foram de interesse das mulheres e dos povos indígenas em geral e as plenárias foram intercaladas com momentos culturais de cada povo, homenagens e, principalmente, alinhamentos políticos sobre temas de ordem.

Em maio de 2022, a Makira E'ta convocou as mulheres indígenas do Amazonas para uma reunião na sede da AMARN para dar início aos preparativos necessários à organização da delegação de mulheres do Amazonas rumo à Terceira Marcha. Na reunião, houve o repasse de informações acerca de um primeiro diálogo com a ANMIGA, responsável pela chamada nacional do evento.

Para o ano de 2023, o julgamento do Marco Temporal ainda continuou como assunto nas discussões da programação da Marcha. Outro destaque na programação da Terceira Marcha foi a participação de mulheres indígenas na política partidária, exemplificada pela eleição de duas indígenas, ferrenhas ativistas do movimento de mulheres indígenas, para o parlamento brasileiro. Sônia Guajajara e Célia Xacriabá, membras da coordenação da ANMIGA se elegeram como deputadas federais nas eleições de 2021. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ofereceu à Sônia Guajajara o Ministério dos Povos Indígenas e, complementando, Joênia Wapichana, ex-deputada federal, é a primeira indígena a ocupar o cargo de presidência da FUNAI. Tanto Sônia Guajajara quanto Célia Xacriabá estavam na coordenação da ANMIGA antes de assumirem seus cargos políticos e continuam dialogando, de forma muito próxima, com a atual direção da ANMIGA, Braulina Hipaamalhe, do povo Baniwa, do alto rio Negro, Amazonas.

A ocupação desses espaços de poder tem grande significado para o movimento de mulheres indígenas que tomou maior vulto em razão do novo governo federal eleito, defensor da democracia, dos povos indígenas, sendo que a Makira E'ta tem sido parte desse processo participando direta ou indiretamente em reuniões, fóruns e mobilizações. Indígenas do Amazonas estão ocupando importantes cargos no governo federal, como Mislene Metchacuna Martins Mendes[36], do povo Tikuna, Diretora de Administração e Gestão da FUNAI; Lúcia Alberta Andrade de Oliveira,[37] do povo Baré, Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, também da FUNAI, e Suliete Gervásio Monteiro[38], do povo Baré, Diretora de Justiça Climática do Ministério dos Povos Indígenas, que são exemplos concretos.

---

[36] Mislene Tikuna é Mestre em Antropologia pelo PPGAS/UFAM; é servidora pública concursada da FUNAI.
[37] Lúcia Alberta Baré é Mestre em Educação pela UFAM.
[38] Suliete Gervásio Baré é Mestre em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH/CEAM/UnB).

As mulheres do Amazonas devem estar alinhadas às orientações da UMIAB, atendendo a uma hierarquia tácita em razão da região de abrangência, como explicado anteriormente. Visando facilitar a organização, foram criadas comissões (projetos, logística, cultura) para agilizar o levantamento de dados fundamentais para viabilizar o recurso necessário para levar a delegação do Amazonas até Brasília. Há que se pensar no deslocamento desde as aldeias, comunidades e sedes dos municípios, no interior do Estado, até Manaus, e de Manaus até Brasília, tanto no trecho de ida quanto no de retorno. Previsão de alimentação e hospedagem são igualmente importantes durante todo o percurso. O que num primeiro momento aparenta ser complexo, é rotina no movimento indígena, inclusive no Amazonas, onde todos já assimilaram a dinâmica, até certo ponto burocrática, para participar dos eventos.

As despesas inerentes aos itens indispensáveis à mobilização são garantidas através de articulações das organizações com parceiros, novos e de longa data: políticos, embaixadas, rifas, outras organizações indígenas mais estruturadas. São várias frentes a serem consideradas com o objetivo de participar efetivamente da mobilização. A Makira E'ta estimou, inicialmente, a participação de mais de cem mulheres indígenas do Amazonas em Brasília. Estiveram presentes cerca de 200 mulheres.

Durante os dias de acampamento que antecedem a Marcha propriamente indígena, houve uma programação disponibilizada pela coordenação do evento que tratou de assuntos debatidos numa tenda principal. Na programação de 2023, foram debatidos temas como emergência climática, a bancada do cocar, violência de gênero, apresentação das delegações por região (biomas). O evento na capital federal permitiu agregar à programação a presença de parlamentares mulheres simpáticas à causa indígena. Manifestações culturais encerraram os dias de debates.

Os dias de acampamento são oportunos para intensas trocas de experiências com povos de outras regiões, alinhamentos políticos, conversas com organizações apoiadoras, venda de artesanatos e visitas e reuniões aos ministérios de interesse, conforme o assunto a ser tratado.

O documento final da Terceira Marcha de Mulheres Indígenas trouxe basicamente reivindicações para o enfrentamento à crise climática, à violência de gênero, saúde mental, educação, fortalecimento da participação política.

3.4. A PARTICIPAÇÃO NA UMIAB E NA ANMIGA

Feita as considerações no tópico anterior, retornemos ao universo do movimento social indígena e, mais especificamente, ao movimento de mulheres indígenas cuja parte considerável se manifesta através da constituição de organizações de mulheres indígenas, como a Makira E'ta. As antropólogas Maria Helena Ortolan Matos (2012) e Angela Sacchi (2022) fornecem a base analítica necessária para outras reflexões sobre as organizações de mulheres indígenas.

Esse capítulo dedica-se a demonstrar a amplitude da rede Makira E'ta com mulheres de outras regiões, para além do estado do Amazonas. Para tanto, é importante evidenciar as iniciativas das indígenas que intencionaram organizar, ao longo do tempo, uma representatividade nacional como o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas - CONAMI, criado em meados dos anos 80 e o GRUMIN - inicialmente Grupo de Mulher - Educação Indígena e, posteriormente, Rede GRUMIN de Mulheres Indígenas.

Maria Helena Ortolan Matos (2012) reflete a importância de compreender os movimentos de representatividade feminina, que ganharam um caráter mais amplo no cenário nacional a partir dos anos 80, a partir do contexto político interétnico que definiu seu caráter de complementariedade ao movimento mais amplo liderado por homens indígenas:

> Para quem pretende compreender o lugar das mulheres indígenas no movimento indígena, é importante considerar todas essas iniciativas de articulação de mulheres indígenas tomadas para exercer a representatividade feminina nacional nos espaços públicos de atuação do movimento indígena, sem precisar, no entanto, entrar em qualquer análise avaliativa das organizações por elas fundadas. Ou seja, a postura de quem analisa dados etnográficos sobre o movimento indígena não pode ser prejulgamento das ações, caso contrário, corre-se o risco de empobrecer a análise ao deixar de fora contextos significativos à política indígena. Por isso, a criação do CONAMI e do GRUMIN faz sentido desde que a consideremos no conjunto maior dos dados pesquisados e não como atos isolados de fundação de organizações. Essas iniciativas fazem parte da dinâmica do processo político das relações interétnicas, no qual o movimento indígena brasileiro tem articulado formas distintas de organização para garantir sua atuação (ORTOLAN MATOS, 2012, p.162).

Na atualidade, o modelo dos coletivos de abrangência nacional passou a adquirir novos contornos, a exemplo da, relativamente, recém criada ANMIGA - Articulação Nacional de Mulheres Guerreiras da Ancestralidade.

Figura 18 - Card ANMIGA

Fonte: internet @anmiga.org

De acordo com a apresentação da ANMIGA, no seu site anmiga.org se trata de um coletivo nacional composto de mulheres indígenas que se define como "uma grande articulação de Mulheres Indígenas de todos os biomas[39] do Brasil, com saberes, com tradições, com lutas que se somam e convergem a partir das mulheres mobilizadas pela garantia dos direitos indígenas e da vida dos nossos Povos".

Essa articulação de mulheres indígenas, das diversas regiões do território brasileiro, já gestada, nasceu em pleno período pandêmico, através das telas dos computadores em 2021. Reuniu mulheres de todo o país[40] numa *live* e, estrategicamente, também de forma remota, manteve as mulheres mobilizadas com processos formativos. Logo que foi possível o retorno das atividades presenciais com o advento da vacina contra a COVID 19, a ANMIGA iniciou o projeto de seu fortalecimento enquanto articulação com a aproximação física das mulheres, através da Caravana da ANMIGA em todos os biomas. Essas caravanas consistiram numa estratégia de fortalecer o vínculo, de forma presencial, com as mulheres de base dos diferentes biomas brasileiros.

Tomando, por exemplo, a presença da caravana em Manaus, no mês de julho de 2022, verifiquei que a pauta da conversa foi definida após consulta às mulheres que definiram suas necessidades a partir dos seguintes eixos: 1) Mudanças climáticas e "reflorestamentes"; 2) Participação de Mulheres Indígenas no espaço de poder e representações; 3) SocioBioEconomiaindígena; 4) Formação sobre Violência baseada em gênero e violações de direitos contra as Mulheres Indígenas dos territórios e fora dos territórios; 5) Articulação das Redes

[39] O Brasil possui seis biomas: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal.
[40] Representando os biomas em que vivem.

de apoio às mulheres vítimas de violência de gênero; 6) Mobilização e fortalecimento de coletivos/associação de jovens e mulheres indígenas. Manaus optou por discutir os eixos de sustentabilidade socioeconômica, espaço de poder e representação e formação sobre violações de direito contra mulheres.

Figura 19 - Card de divulgação da Caravana das Originárias

Fonte: https://comin.org.br/tag/caravana-das-originarias-da-terra/

A ANMIGA classifica as mulheres em terra, sementes, raízes e digitais, o que imprime um certo ar de mobilização orgânica, fazendo uma relação direta do movimento social com a ancestralidade indígena. Ao utilizar a denominação mulheres digitais, traz essa relação com a ancestralidade a um patamar da comunicação contemporânea representada pelas mídias digitais.

Entretanto, apesar de, num primeiro momento, avaliar a proposta da ANMIGA como um novo passo no fortalecimento das mulheres indígenas no cenário da militância indígena, é preciso sopesar com um certo estranhamento identificado, nos bastidores, a essa proposta, que traduzo

como uma resistência ao novo formato. Algumas falas de expoentes tradicionais do movimento de mulheres indígenas do Amazonas, expressaram certa antipatia ao não reconhecerem o projeto inicialmente idealizado para uma representatividade no cenário nacional.

Contudo, fato é que a ANMIGA tem se apresentado como uma trajetória de sucesso e fortalecimento contínuo. E a possível resistência, talvez se justifique pela proposta atualizada, além de termos conceituais ainda não familiarizados como "corpo território", "mulher semente", "mulher digital". De qualquer forma, a iniciativa não ameaça as organizações tradicionais, ao contrário, somente fortalece e evidencia as pautas de luta das mulheres e do movimento indígena, que também encampou e visibilizou as candidaturas indígenas.

A Makira E'ta recepcionou a ANMIGA e contribuiu na articulação das mulheres e organizações da região de Manaus para participarem das discussões. Ao participar dos dois dias de programação da Caravana, em Manaus, na sede da FAS, pude constatar o quanto é necessária a promoção de mais espaços de partilhas de experiências e conhecimentos para reforçar o sentimento de coletividade entre as mulheres em todas as pautas e, em especial, quando se discute o tema da violência contra as mulheres. Nesses momentos, predomina o sentimento de pertença a uma causa única, a da luta pelo direito de ser indígena.

A análise sobre esse movimento de mulheres é delicada porque há, de fato, uma grande articulação onde organizações, coletivos, formam um mosaico em torno das mesmas agentes/personagens do movimento indígena, seja em contexto de territórios indígenas interiorizados ou nos centros urbanos e suas imediações. As pautas basicamente permanecem as mesmas quando nas primeiras discussões, a exemplo do CONAMI, buscaram ter um espaço próprio no movimento. A diferença talvez seja devido ao espaço que foi conquistado, a voz já se faz ouvida, está amplificada e encontra ressonância, o retorno vem através de políticas públicas, embora ainda tímidas.

Braulina Baniwa, uma das cofundadoras da ANMIGA, em entrevista à ONU Mulheres (2021) defende o movimento das guerreiras da ancestralidade "a partir da consolidação do entendimento de luta por direitos indígenas e enquanto mulheres, pessoas que podem falar por si e reivindicar os seus espaços na construção coletiva no sentido de continuar os nossos

conhecimentos. É muito fortalecimento da identidade a partir do território e corpo das mulheres indígenas".

Outra organização de mulheres indígenas de abrangência nacional foi apresentada por uma mestranda do PPGAS, Taynara Alves Lobato, indígena do povo Munduruku, o Movimento Plurinacional Wayrakuna, que se identifica nas redes sociais como uma rede ancestral, filosófica, artística e cosmológica de indígenas mulheres. Note-se que este grupo se apresenta não como um grupo de mulheres indígenas e sim de indígenas mulheres e, segundo Márcia Mura, participante da Wairakuna, "a inversão do termo "mulheres indígenas" por "indígenas mulheres" é uma forma "de valorizar sua ancestralidade e seu papel enquanto indígena". A defesa dos territórios e a demarcação das terras indígenas para a efetiva prática do bem viver é a principal pauta desse grupo.

Esses exemplos de representatividade mais ampla e de caráter nacional seguem a mesma lógica do movimento indígena geral. Os coletivos, grupos ou organizações, nas suas respectivas esferas e realidades, atuam de forma autônoma. Contudo, em algum momento da trajetória, atendem ao chamado convergente, o da defesa dos direitos dos povos originários. Nesse sentido, foi possível presenciar na 3ª Marcha de Mulheres Indígenas, realizada em Brasília, em setembro, como a materialização dessa convergência, como descrevi no item anterior. O evento organizado pela ANMIGA, a cada biênio, teve a presença de organizações de mulheres de todos os biomas e estados, inclusive representantes da Wayrakuna e representantes da antiga CONAMI, com a participação em rodadas de conversas na plenária geral ou paralelas.

Reforçando o modelo tácito de governança nesse universo de organizações de mulheres indígenas, entre as organizações do Amazonas que estão sob o guarda-chuva da representação nacional (ou representações) está uma organização de caráter intermediário de articulação política, no caso, a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira - UMIAB, que tem sob a sua jurisdição as organizações que compõem o movimento de mulheres indígenas da Amazônia.

Figura 20. Logomarca da UMIAB

Fonte: internet

A UMIAB traz, na sua denominação, a importante missão de dar conta do movimento de mulheres indígenas da Amazônia brasileira, adotando a concepção da sua organização de origem, a COIAB. Angela Sachi (2022) descreve que a UMIAB, inicialmente criada como um departamento da COIAB, no início dos anos 2000, que tinha o objetivo principal de promover e fortalecer a participação das mulheres na área de atuação da COIAB. Passados pouco menos de 10 anos, em 2009, a partir de um processo de desafios vencidos e conquistas dos movimentos de mulheres indígenas, o departamento passou a ter autonomia jurídica e se transformou na UMIAB, perpetuando o objetivo de fortalecimento dos processos de organização de mulheres na Amazônia. Parte mais recente desse processo tem sido fortalecer a ANMIGA como representação nacional.

Nessa direção, a Makira E'ta se insere e contribui como afluente, tendo sob sua responsabilidade representar as mulheres do Amazonas, reforçando o histórico de luta e resistência em prol de um objetivo comum, que se define no bem estar de suas respectivas famílias e comunidades, formando um coletivo maior, o das mulheres indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas – Makira E'ta se insere, numa análise preliminar, num contexto mais abrangente do movimento indígena regional e nacional e, também se configura como um segmento no movimento de mulheres no Brasil, como uma peça de uma engrenagem maior, parte de um processo no cenário dos movimentos sociais.

Para um primeiro olhar, o caráter de uma representação estadual que reveste a Makira E'ta a coloca em um panorama hierarquizado que obedece a uma lógica que nasce nas bases, os coletivos e/ou organizações locais, se direciona à organização de mulheres no contexto amazônico (UMIAB), e segue para compor uma representatividade nacional (ANMIGA). Todavia, há várias outras camadas a serem consideradas, além dessa primeira impressão. A materialização de uma ideia de caráter estadual se reveste de importância estratégica, política, que permite ocupar espaços, visibilizar problemas, tendências, potências, unir, pautar políticas e outras possibilidades em torno do tema "mulheres indígenas". A característica de ser uma organização circunscrita ao Amazonas deve considerar o histórico e autonomia das organizações locais que a compõem.

A gama de possibilidades de atuação política traduz-se num grande desafio de conexão da rede de articulação a que se propõe a Makira E'ta, no seu território de abrangência. A compreensão sobre a dimensão geográfica, dificuldades de comunicação e de logística, diversidade étnica, de organizações e de peculiaridades políticas locais é fundamental para estabelecer essas conexões. A essência da Makira E'ta é ser uma rede implicando, necessariamente, num processo de articulação.

O fortalecimento institucional aliado às técnicas de gestão administrativa são elementos que precisam ser priorizados para dar o suporte ao desenvolvimento das funções políticas desenvolvidas pela organização, além da execução de projetos com parâmetros previamente definidos e que exigem um conhecimento burocrático ainda relativamente estranho ao contexto indígena.

Por outro lado, nem tudo são desafios, a Makira E'ta representa uma pluralidade de conhecimentos ancestrais dos diversos povos da Amazônia, do Amazonas, no caso. Mulheres indígenas nas suas comunidades, no interior do Estado ou nas sedes dos municípios. A organização mantém e fortalece suas conexões, coletivamente, em torno de pautas que lhes são comuns,

cotidianas, como a garantia de renda para família, acesso à saúde, educação, o enfrentamento à violência, uma realidade que tem sido cada vez mais evidenciada. E essa dinâmica local é entremeada de práticas tradicionais na confecção dos artesanatos, na entoação de cantos, ervas medicinais e outras especificidades inerentes aos costumes cosmológicos inatos de cada etnia representadas pelas mulheres que dão corpo à rede de mulheres indígenas do Amazonas.

Nas reuniões, encontros, mobilizações e eventos de outras naturezas, são comuns a venda de artesanatos, manifestações na língua materna, culinária típica, vestimentas que valorizam os grafismos indígenas e danças de grupos culturais indígenas, ações que fazem parte da paisagem ornando as discussões de interesse das mulheres, dos povos indígenas, pela defesa e garantia de direitos, em geral.

A Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira E'ta, nos seus seis anos de existência, apresenta uma trajetória exitosa, de um processo que busca vencer os desafios para manter uma rede estruturalmente fortalecida e articulada que dê conta das complexidades de comunicação e de acessibilidade que o Amazonas apresenta.

Neste sentido, este trabalho teve a pretensão de apresentar a complexidade que envolve o coletivo de mulheres originárias representativas do Estado, numa perspectiva abrangente, considerando a grandeza dessa organização de importância estratégica ao movimento indígena e, ainda, poder visibilizar e sensibilizar o olhar sobre mulheres indígenas que re-existem em cada calha de rio, aldeia, comunidade e bairros do Amazonas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. BH: Letramento/justificando, 2018.

ANDRADE, V. M. A VISIBILIDADE DAS MULHERES KRAHÔ: ECOFEMINISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Revista Ártemis, [S. l.], n. 9, 2008.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Mariana Wiecko Volkmer de; GUIMARÃES, Sílvia. Corpo político e crítica decolonial: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. erCursos, Florianópolis, v.22, n.48, p. 319 - 353, jan./abr. 2021.

CORRÊA, Mariza. A natureza imaginária do gênero da história da antropologia. IN: Antropólogas & Antropologia. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003, p. 20-32.

FLORES, B. F. (2022). Ecofeminismo e comunidades indígenas: rumo à cultura de sustentabilidade ambiental e reconhecimento das identidades locais para enfrentamento de crises globais. *Sustentabilidade:Diálogos_Interdisciplinares*,*3*,1–23

FLORES, Luiza Dias. Alargar bordas: entre o saber e o conhecer. Revista Mundaú, n. 9, p. 84-104, 2020

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Márcia Lima - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos Movimentos Sociais. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GROSSI, Miriam. Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998 (revisado em 2010).

GUBER, Rosana. La etnografía: método, campo y reflexividad. Siglo XXI editores, 2019.

GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. Representação, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. Revista Lua Nova, São Paulo, n.67, p.49-103, 2006.

hooks, bel. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. *Feminism is for everybody.* Tradução de Ana Luiza Libânio. 1ª ed., Rio de Janeiro. Ed. Rosa dos Tempos, 2018.

LATOUR B. Reagregando o social. Salvador, Bauru: Edufba, Edusc; 2012.

MELO, Flávia . Tecendo a vida sobre braços fortes - Caracterização da violência contra mulheres na cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM. OVGAM. Manaus, 2023.

SOCIOLOGIAS, C. E.; MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. Sociologias, *[S. l.]*, v. 9, n. 18, 2008

ORTOLAN MATOS, Maria Helena, Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari / Maria Helena Ortolan Matos. Campinas, SP : [s. n.], 2006.

ORTOLAN Matos, Maria Helena. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementaridade ao lugar da especifidade. In: Ângela Sacchi; Márcia Gramkow. (Org.). Gênero e Povos Indígenas. 01 ed. Rio de Janeiro; Brasília: Museu do Índio-FUNAI; GIZ, 2012.

PAREDES, Julieta. Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario, Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2013.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. Ponto Urbe, São Paulo: NAU/USP, ano 2, versão 2.0, fev. 2008.
Peirano, Mariza. A favor da etnografia - Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995. 180 p.
Pingret, A. (2012). Os movimentos sociais contemporâneos e a Marcha Mundial das Mulheres. *Revista História: Debates E Tendências*, *13*(1), 205-220. https://doi.org/10.5335/hdtv.13n.1.2628
PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: Palavras, Instituições e Idéias. Revista Lua Nova, São Paulo, n.67, p.15-47, 2006.
SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Marcia Maria. Gêneros e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo gênero 9" e para a "27ª Reunião brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro: Museu do índio: GIZ: FUNAI, 2012.
SACCHI, Ângela. União, luta, liberdade e resistência:as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
SACCHI, Ângela. Mulheres Indígenas e Participação Política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. Revista ANTHOPOLÓGICAS, v. 14, p. 105-120, 2003.
SACCHI, Ângela. Mulheres Indígenas e suas demandas de gênero. In: Maria das Graças Silva Nascimento; Joseli Maria Silva. (Org.). Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial. 1ed. Ponta Grossa: Toda palavra, 2014, v.1, p. 229-241.
SACCHI, Ângela. Mulheres Indígenas e Organização Política: União, luta, força e resistência. Edição da autora. Recife, 2022.
SCHOR, Tatiana; COSTA, D. P.. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do rio Solimões - AM. In: Elson Manoel Pereira; Leila Christina Duarte Dias. (Org.). As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro..1ed.Florianópolis: Insular, 2011, v.1.p.129-146.
SAMPAIO, Paula Faustino. Indígenas mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração - séculos XX e XXI. ed. Cancioneiro, 2021.
Scherer-Warren, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
SILVA, Marcio.Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira: um rápido sobrevôo. Publicado em *Ponto Urbe*, 7 | 2010
SIQUEIRA, P., & Favret-Saada, J. (2005). "Ser afetado", de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, *13*(13), 155-161.
SOARES (KARIPUNA), Ana Manoela Soares, Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas, Cadernos de Campo (São Paulo, online) | vol. 30, n. 2 | p.1-12 | USP 2021
SOUSA, L. GÊNERO E COLONIALIDADE: INDÍGENAS MULHERES DESCOLONIZANDO OS ESTUDOS DE GÊNERO. Revista Feminismos, *[S. l.]*, v. 11, n. 1, 2023. DOI: 10.9771/rf.v11i1.52498.Disponível:https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/52498. Acesso em: 9 dez. 2023.

Wehbe Sabino, Luíza; dos Santos, Pollyanna. Religación: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, 2023, Vol 8, Issue 35, p1; ISSN 2477-9083; Tipo de publicação Academic Journal; DOI 10.46652/rgn.v8i35.1025

Vermelho SC, Velho APM, Bonkovoski A, Pirola A. Refletindo sobre as redes sociais digitais. Educ Soc [Internet]. 2014 Jan; 35 (126):179-96. Available from: http://doi.org/10.1590/s0101-73302014000100011

VIEIRA, Ivânia Maria Carneiro. Lugar de Mulher: A participação da indígena nos movimentos feministas e indígenas do estado do Amazonas. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

VINENTE, Fabiane. Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. Revista EducAmazônia: Educação, Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, ano 5, v. 8, p. 94-104, jan.-jun. 2012.

La naturaleza como sujeto de Derechos en el Constitucionalismo Democrático / editores académicos Liliana Estupiñan Achury … [et al.]. -- Bogotá: Universidad Libre, 2019.

Maloca - Revista de Estudos Indígenas | Campinas, SP | v. 5 | p. 01-23 | e022003 | 2022

_____ PROGRAMA AMAZONAS INDÍGENA, Subsídios para uma nova Política Estadual de Etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas no Amazonas, Manaus, 2004.

https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/52498. Acesso em: 9 dez. 2023.

https://catarinas.info/julieta-paredes-debate-a-forca-das-mulheres-indigenas-e-o-feminismo-comunitario/

https://www.onumulheres.org.br/noticias/articulacao-nacional-das-mulheres-indigenas-guerreiras-da-ancestralidade-fortalece-lideranca-local-e-atuacao-em-rede-pelos-biomas/

https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/ricardo-noblat/em-relatorio-da-policia-federal-o-desprezo-do-governo-pela-amazonia

https://catarinas.info/julieta-paredes-debate-a-forca-das-mulheres-indigenas-e-o-feminismo-comunitario/

https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591475-o-discurso-do-governo-hoje-e-acabar-com-a-populacao-indigena-entrevista-com-rosimere-teles-da-uniao-das-mulheres-indigenas-da-amazonia-brasileira

https://cimi.org.br/2021/09/reflorestarmentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia/

https://amazoniareal.com.br/mulheres-indigenas-sentem-na-pele-o-retrocesso-na-demarcacao/

https://cimi.org.br/2019/08/mulheres-em-luta-as-principais-pautas-da-1a-marcha-das-mulheres-indigenas/

https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil

https://foirn.org.br/

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7590/1/2013_BrunaSthefanySouzadosReis.pdf

https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100011

https://jornal.usp.br/atualidades/indigenas-mulheres-lutam-pelo-direito-de-todos-ao-bem-viver/
http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/05/2390/Existe-feminismo-indigena-Seis-mulheres-dizem-pelo-que-lutam.html
https://capitalreset.uol.com.br/diversidade/projeto-quer-levar-a-internet-de-musk-a-5-mil-povos-da-amazonia/
https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Lanc807amentoCFemNheengatuFinal.pdf
https://www.sosmulher.sp.gov.br/news/detalheNews/20220615_MulheresIndigenas.html
https://ipam.org.br/combinacao-nefasta-pl-490-e-marco-temporal-ameacam-direitos-indigenas/?gclid=CjwKCAiAq4KuBhA6EiwArMAw1BxTmUyOlOKOIAR5TaOgkcLDUFp_EkdJSFU0RQuAiQLPwRDOOTrQ4xoC-5gQAvD_BwE

ANEXOS

1. Convite para Assembleia de criação da Makira E'ta
2. Estatuto Social e ata de criação da Makira Eta
3. Documento final da retomada do movimento indígena do Amazonas
4. Formulário de inscrição associada – Pessoa Física
5. Formulário de inscrição associada – Pessoa Jurídica